

**FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO
TRABALHADOR
MESTRADO PROFISSIONAL**

ABADIA DE FÁTIMA ROSA MACEDO

**PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DO DOCENTE DE UNIVERSIDADE
PÚBLICA: INQUIETAÇÕES SOBRE O SOFRIMENTO PSÍQUICO NA
UFU**

**UBERLÂNDIA, MG
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SAÚDE AMBIENTAL
E SAÚDE DO TRABALHADOR
MESTRADO PROFISSIONAL**

ABADIA DE FÁTIMA ROSA MACEDO

**PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DO DOCENTE DE UNIVERSIDADE
PÚBLICA: INQUIETAÇÕES SOBRE O SOFRIMENTO PSÍQUICO NA
UFU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saúde do Trabalhador

Orientadora: Profa. Dra. Lucianne Sant’Anna de Menezes

**UBERLÂNDIA, MG
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M141p
2017 Macedo, Abadia de Fátima Rosa, 1958-
 Processo saúde-doença do docente de universidade pública :
 inquietações sobre o sofrimento psíquico na UFU / Abadia de Fátima
 Rosa Macedo. - 2017.
 103 f. : il.

 Orientadora: Lucianne Sant'Anna de Menezes.
 Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.
 Inclui bibliografia.

 1. Geografia médica - Teses. 2. Saúde e trabalho - Teses. 3. Doenças
 profissionais - Teses. 4. Professores universitários - Stress ocupacional -
 Teses. I. Menezes, Lucianne Sant'Anna de. II. Universidade Federal de
 Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde
 do Trabalhador. III. Título.

CDU: 910.1:61

Nome: MACEDO, Abadia de Fátima Rosa

Título: Processo saúde-doença do docente de universidade pública: inquietações sobre o sofrimento psíquico na UFU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia para obtenção do título de Mestre.

Data 31, 03, 2017

Resultado APROVADO

BANCA EXAMINADORA



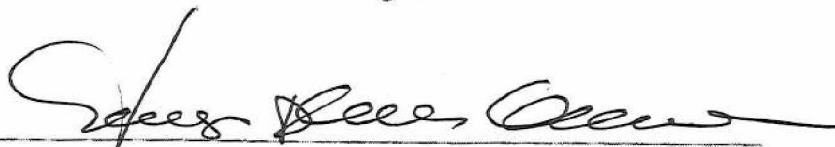
Prof. Dra. Lucianne Sant'Anna de Menezes (orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia — Instituto de Psicologia/Núcleo da Intersubjetividade



Prof. Dra. Marisa Aparecida Elias

Faculdade Pitágoras



Prof. Dra. Rosimar Alves Querino

Universidade Federal do Triângulo Mineiro — Instituto de Ciências da Saúde

Dedico este trabalho a meus pais. Sempre primaram pelos valores da ética, da solidariedade, do respeito, do amor e do carinho, com os quais construíram nossa família.

*A meu pai, pela dignidade com que viveu sua vida.
À minha mãe, pela vontade sempre renovada de aprender.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia, representada pela Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde, que me oportunizou a possibilidade crescimento de profissional e pessoal com o mestrado.

Aos colegas do Setor Integrado de Ações de Promoção a Saúde, que me incentivaram, com carinho e compreensão, a passar por mais uma etapa da vida e do trabalho que interfere de algum de modo na vida daqueles com quem convivo dia a dia.

À professora doutora Lucianne Sant'Anna de Menezes, cuja orientação marcada pela compreensão e pelos ensinamentos foi essencial para a confecção deste trabalho.

Aos professores que compuseram a banca do exame de qualificação, que, com presteza e disponibilidade, contribuíram muito para delinear com segurança os rumos da pesquisa.

Igualmente, aos professores da banca examinadora para a defesa desta dissertação, que se dispuseram a avaliar o trabalho e cujo olhar crítico certamente contribui para a versão final da dissertação.

Aos colegas de turma do Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, em especial do meu grupo de trabalho, com quem compartilho momentos de discussão, aprendizado e amizade.

A meus filhos, Aline e Igor, sempre prontos para ajudar, e sempre com amor, a carinho e compreensão.

A meu genro, Maurício, e minha nora, Simone, que não só me incentivaram a encarar o desafio, mas também me ofereceram suporte no momento de desenvolver a pesquisa.

Aos netos, Davi, Júlia, Anna Mei e Gabriela, cujo carinho me renova e fortifica a cada dia.

Ao meu marido, companheiro e amigo, que compreendeu minha ausência mesmo estando por perto, além me apoiar e ajudar incondicionalmente.

A todos os professores presentes nesta etapa de mestrado.

Ao revisor, Edinan, cujo trabalho foi não só competente, mas também prestativo e atencioso.

Por fim, agradeço aos que, mesmo sem ser aqui nomeados, me apoiaram diretamente e se fizeram presentes de alguma forma ao longo do processo.

RESUMO

MACEDO, A. F. R. **Processo saúde–doença do docente de universidade pública: inquietações sobre o sofrimento psíquico na UFU.** 2017. 104p. Dissertação (Mestrado profissional) — Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

Tendo como pano de fundo a temática dos novos modos de produção de subjetividade na contemporaneidade e de seus efeitos nos sujeitos e nos laços sociais, o objetivo geral desta pesquisa é examinar como o referencial da teoria de Christophe Dejours poderia colaborar para a compreensão do processo saúde–doença do professor de universidade pública. E, como consequência, os objetivos específicos são investigar as condições de trabalho e aspectos do processo de trabalho que podem gerar sofrimento no docente e, a partir disso, procurar delinear algumas características do sofrimento docente na Universidade Federal de Uberlândia, de modo a poder subsidiar o setor de ações de promoção à saúde dessa instituição com conhecimentos sistemáticos que possam ser úteis para planejar ações voltadas à saúde do trabalhador docente dessa universidade. Trata-se de uma pesquisa que espera estabelecer uma articulação teórica na interface do campo da saúde do trabalhador com a Psicodinâmica do Trabalho, em que o material selecionado para estudo foi analisado segundo a abordagem de análise de conteúdo, na modalidade temática. Foi possível criar cinco categorias temáticas: condições e organização do trabalho; causas de sofrimento e desprazer; defesas detectadas; sintomas e adoecimentos; e, causas de prazer e realização. Os dados foram remetidos, em especial, à categoria teórica de sofrimento psíquico de Christophe Dejours, por meio de trabalho comparativo entre textos deste autor relativos ao objeto recortado para investigação. Este repertório conceitual foi colocado em interlocução com autores do campo da saúde do trabalhador e com comentadores do tema do sofrimento e do adoecimento do professor universitário. Os resultados apontam novas configurações da organização do trabalho cujas características e condições indicam a precarização do trabalho docente na universidade pública. Este cenário vai levando o docente a se afastar de sua função social. Com relação aos professores da UFU foi possível detectar o adoecimento psíquico, de modo que compreendemos que os transtornos mentais seriam um indicativo de sofrimento patogênico no trabalho.

Palavras-chave: 1. Saúde do trabalhador. 2. Sofrimento psíquico. 3. Adoecimento psíquico. 4. Trabalho docente. 5. Psicodinâmica do Trabalho.

ABSTRACT

MACEDO, A. F. R. **Health and illness process of public university professor**: thoughts on psychic suffering at UFU. 2017. 104pp. Master' degree (dissertation) — Geography Institute, Uberlândia Federal University.

Having as background the subject of new ways of subjectivity production and its effects on the individual and its social bonds, the overall aim of this research is to examine how Christophe Dejours' theory could help understanding the health and illness process amongst public university professors. As a result, its specific aims include examining work conditions and working process' aspects that may cause professors to suffer as well as to systematize characteristics of such suffering at Federal University of Uberlândia so that it may be useful for the planning of actions to promote health among professors. It does so interfaced with the fields of work psychodynamics theory, workers' health, and sociology of work. The research is supposed to establish a theoretical articulation of occupational health field and the psychodynamics of work theory. Research data were analyzed according to the content analysis approach, in its thematic modality. Five thematic categories were work conditions and work organization, causes of pain and displeasure, detected defenses, symptoms and illnesses; and causes of pleasure and accomplishment. Data were placed within Dejours' theoretical category of psychic suffering through a comparison of texts this author related to the research's subject matter and data. This conceptual repertoire was considered in dialogue with occupational health field's authors and with commentators of university professor suffering and illness as a theme. Results point out new work organization settings whose characteristics and conditions indicate the precariousness of teaching work setting at public universities. This scenario tends to lead professors to withdraw from his/her social function due to sickness. Regarding professors at UFU, results allowed recognizing the existence of psychic illness. Therefore, mental disorders would be indication of pathogen suffering in work settings.

Keywords: 1. Occupational health. 2. Psychic suffering. 3. Psychic illness. 4. Teaching work. 5. Psychodynamics of work.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Condições e organização do trabalho docente	61
QUADRO 2	Causas de sofrimento e desprazer	66
QUADRO 3	Defesas detectadas para o sofrimento em meio a docentes de universidades federais	70
QUADRO 4	Causas de prazer e realização no trabalho do professor	72
QUADRO 5	Sintomas e adoecimentos	74

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Sintomas, adoecimentos e sua frequência	75
GRÁFICO 2	Número de matrículas iniciais na UFU, 2008–12	79
GRÁFICO 3	Número de candidatos inscritos nos processos seletivos	80
GRÁFICO 4	Número de turmas e salas de aulas alocadas por ano	80
GRÁFICO 5	Número de provas corrigidas em processos seletivos	81
GRÁFICO 6	Expansão das universidades federais e campus	82
GRÁFICO 7	Crescimento do número de cursos na graduação presencial em universidades federais	82
GRÁFICO 8	Número de docentes por ano nas universidades federais	83
GRÁFICO 9	Comparação entre licença-saúde docente e licença-saúde docente CID F	84
GRÁFICO 10	Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2010	85
GRÁFICO 11	Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2011	86
GRÁFICO 12	Licença saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2012	87
GRÁFICO 13	Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2013	88
GRÁFICO 14	Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2014	88
GRÁFICO 15	Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Relação entre docentes em licença-saúde e professores atendidos pelo SIAPS/UFU	63
TABELA 2	Afastamentos de técnicos administrativos e docentes da UFU	78
TABELA 3	Panorama da expansão universitária no Brasil — 2002–14	81
TABELA 4	Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior — universidades federais por região	83

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

OPAS – Organização Pan-americana da Saúde

PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SIAPS – Setor Integrado de Promoção a Saúde

SIASS – Sistema de Saúde do Servidor Público Federal

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	1
1	SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR	5
1.1	Um curto passeio histórico	7
1.2	Sobre o processo saúde–doença e o trabalho	9
1.3	Algumas considerações sobre o tema trabalho	12
2	PRINCIPAIS ASPECTOS DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	20
2.1	Considerações iniciais	20
2.3	Sufrimento criativo e sofrimento patogênico	23
3	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE	
3.1	O que rege a universidade pública e a UFU	29
3.2	Reestruturação e expansão de universidades federais	36
4	O TRABALHO DO DOCENTE DE UNIVERSIDADE PÚBLICA	
4.1	Principais características do trabalho docente	39
4.2	Docência e saúde	47
4.3	O processo saúde–doença do professor universitário e o sofrimento patogênico	49
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO DO MATERIAL OBTIDOS	52
5.1	Condições e organização do trabalho docente	53
5.2	Causas de sofrimento e desprazer docente	62
5.3	Defesas detectadas	67
5.4	Causas de prazer e realização no trabalho docente	70
5.5	Sintomas e adoecimento	72
5.6	Sufrimento psíquico do docente da UFU	85
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Meu interesse no processo saúde–doença do professor de universidade pública teve início no trabalho desenvolvido ao longo de minha vida profissional e nas inquietações provocadas por atendimentos a pessoas com sofrimento psíquico. Porém, o que me impulsionou a fazer esta pesquisa foi o aumento recente na procura por atendimento de docentes no departamento onde trabalho: o Setor Integrado de Promoção a Saúde (SIAPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Esse setor está alocado na Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor, parte da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas.

A dimensão da relação entre saúde e trabalho docente pode ser compreendida no contexto da UFU, cujo histórico de afastamento de professores nos últimos seis anos (1º/1/2010 a 31/12/2015) foi de 367 docentes, dos quais 167 casos foram em razão de transtornos mentais e comportamentais, e em um total de 5.652 servidores afastados (UFU, 2015). À parte esses dados exemplificativos, a experiência de onze anos de trabalho no SIAPS dá uma medida dos problemas de saúde que levam os professores a buscar o suporte desse setor, onde é ofertado o projeto “Acolhimento psicossocial”, relativo ao pronto-atendimento: sem necessidade de pré-agendamento, com apoio no momento exato do padecimento e ajuda para lidar com recursos e limites pessoais, orientações e encaminhamentos.

Em 2014, aumentou o comparecimento de docentes ao acolhimento psicossocial (plantão) do setor, tal qual em 2010, quando ainda se oferecia o acompanhamento psicoterápico.¹ Dado o comprometimento da saúde, chegavam necessitando de cuidados assistenciais imediatos. Embora seja uma categoria profissional com acesso privilegiado à informação e ao conhecimento, alguns mostravam resistência a buscar ajuda e orientação para lidar com seus problemas.

O que estava ocorrendo naquele momento provocou os seguintes questionamentos: quais articulações podemos estabelecer entre os modos de produção de subjetividade na contemporaneidade e o aumento dos casos de professores que procuraram o acolhimento psicossocial com conflitos de ordem psíquica? Quais seriam as relações desse aumento com as condições de trabalho e o processo produtivo do docente? Tais indagações avançaram para uma reflexão cujo problema de investigação se refere às relações entre a saúde e o trabalho do professor de universidade pública.

¹ Com a chegada do Sistema de Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), as indicações de psicoterapias passam a ser encaminhadas ao convênio médico do servidor por meio da saúde suplementar. O SIAPS atende apenas em psicoterapia de curta duração.

Situar a relação entre trabalho e saúde no centro da análise supõe problematizar o caráter social do processo saúde–doença, procurando entender sua articulação com o processo histórico da produção: o processo saúde e doença dos grupos humanos na sua relação com o trabalho. Nesse quadro, um enfoque viável para a relação saúde–trabalho seria a categoria analítica processo de produção. Na sociedade capitalista, tal processo organizaria a vida social valorizando o capital e as formas específicas de trabalhar — o processo de trabalho.

O mundo do trabalho foi submetido a interferências radicais com a crise do capitalismo nos anos 1970. A ideologia do neoliberalismo e o processo de privatização do Estado são dois exemplos de fenômenos que reestruturam o trabalho: as condições laborais, o tempo e espaço, os salários, os direitos trabalhistas, os planos de carreira, a estabilidade e outros atributos. Além disso, campos como a saúde e a educação entraram no radar do capital. No caso da educação, ela foi vista como instância apta a atender aos interesses do mundo da produção capitalista, a exemplo da intensificação da globalização econômica, sustentação do crescimento de novas tecnologias e da flexibilização. A profissão de professor passou a agregar mais atividades ao seu processo de trabalho — que se diferencia cada vez mais do que a formação inicial oferece; atividades que ele tem de cumprir no mesmo espaço de tempo.

Tendo em vista essas considerações e a temática dos novos modos de produção de subjetividade na contemporaneidade e seus efeitos nos sujeitos e nos laços sociais, a presente pesquisa tem o *objetivo geral* de examinar como o referencial da teoria de Dejours poderia colaborar para a compreensão do processo saúde–doença do professor de universidade pública. Em consequência disso, seus *objetivos específicos* são: 1) investigar as condições de trabalho e aspectos do processo de trabalho que podem gerar sofrimento no profissional e, a partir disso, 1.1) procurar delinear algumas características do sofrimento docente na UFU, de modo a 1.2) poder subsidiar o setor de ações de promoção à saúde da UFU com conhecimentos sistemáticos que possam ser úteis para planejar ações voltadas à saúde do professor da UFU.

Trata-se de uma pesquisa que espera estabelecer uma articulação teórica na interface do campo da saúde do trabalhador com a psicodinâmica do trabalho, em que o material selecionado para estudo será submetido aos objetivos da pesquisa e analisado segundo a abordagem de análise de conteúdo, na modalidade temática (BARDIN, 2011). Essa análise é realizada em três etapas — 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados/inferência/interpretação — para podermos definir as categorias temáticas, o que será detalhado no capítulo cinco. Os resultados foram remetidos, em especial, à categoria teórica de sofrimento psíquico de Christophe Dejours, por meio de trabalho

comparativo entre textos desse autor relativos ao objeto recortado para investigação. Esse repertório conceitual será colocado em interlocução com autores do campo da saúde do trabalhador e com comentadores do tema do sofrimento e do adoecimento do professor universitário, visando às considerações finais.

Para levar a cabo essa proposta, primeiro foi realizada uma revisão narrativa bibliográfica (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014), no período de 2005 a 2016. O idioma escolhido para o estudo foi o português, para sabermos quais são as pesquisas produzidas no Brasil acerca do tema. A coleta do material foi realizada, primeiro, nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO); PePsic; Dedalus — Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo (USP); Biblioteca Virtual Saúde (BVS); Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Banco de Teses e Dissertações da USP; Banco de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), além do *website* Google Acadêmico. Foram usados os seguintes descritores, isoladamente e combinados entre si para refinar ao máximo os resultados e ampliar a abrangência: “saúde do trabalhador”, “adoecimento psíquico”, “sofrimento psíquico” “professor universitário”, “trabalho docente”, “psicodinâmica do trabalho”, “ensino superior”. Foram encontradas 4 teses, 4 dissertações e 18 artigos; porém, foram selecionados para a pesquisa 4 teses, 1 dissertação e 9 artigos, tendo em vista que atenderam aos critérios de inclusão descritos acima. Além disso, encontramos 6 livros, dos quais 4 foram utilizados na pesquisa porque também atenderem aos critérios de inclusão.

O presente estudo se apresenta em cinco capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, buscou-se recortar os principais aspectos do campo da Saúde do Trabalhador, em especial seu objeto de estudo, que, segundo Mendes e Dias (1991), diz respeito ao *processo saúde–doença* dos grupos humanos na sua relação com o trabalho. A compreensão desse processo — como e por que ocorre — é importante para o desenvolvimento de alternativas de intervenção que levem a uma transformação em prol da apropriação da dimensão humana do trabalho pelos trabalhadores. Em especial, a construção de saberes que possam subsidiar a abordagem do problema da saúde em associação com o trabalho como fenômeno coletivo e social pode oferecer lastro a uma prática que suponha interpretação do processo saúde–doença e dê embasamento para compreender o adoecimento do professor.

Para podermos recortar os principais aspectos da teoria dejouriana, *no segundo capítulo* buscamos a compreensão de como os trabalhadores conseguem manter a estabilidade

psíquica mesmo em locais onde a organização e as condições de trabalho podem desestabilizar psiquicamente o trabalhador. Isso ajudou a entender o processo saúde–doença do docente de universidade pública.

Procuramos situar o professor nas mudanças oriundas da reestruturação produtiva e do neoliberalismo com transformações instituídas nas políticas educacionais para podermos verificar em quê esse processo pode ter afetado o trabalho do docente. Para tanto, reservamos *terceiro capítulo*, em que comentamos leis reguladoras da educação e da saúde pertinentes à carreira em universidade pública e ao programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O *capítulo quatro* dedicamos ao tema das características do trabalho docente e de sua realidade atual, em que há muitos atributos diferentes para a carreira mesmo dentro de uma mesma universidade e a nova configuração no mundo do trabalho interfere na carreira e organização do processo de trabalho.

O *capítulo cinco* traz resultados e discussões do material obtido, em que foi possível criar cinco categorias temáticas de análise: *condições e organização do trabalho, causas de sofrimento e desprazer, defesas detectadas, causas de prazer e realização docente, sintomas e adoecimentos*. Nessa parte, insere-se a discussão da *hipótese de que as condições e a organização do trabalho do professor de universidade pública podem levar ao sofrimento patogênico, ao adoecimento psíquico*.

Convidamos o leitor a nos acompanhar neste caminho em que o corpo do texto nos parece mais significativo.

1 SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR

O campo da Saúde do Trabalhador reúne práticas e estudos no âmbito da saúde coletiva, assim como de setores sindicais e acadêmicos que buscam compreender os determinantes sociais do processo saúde-doença relacionados com o trabalho. É um campo interdisciplinar e interinstitucional construído por atores de lugares sociais distintos e ligados por objetivos comuns. Seu objeto, conforme Mendes e Dias (1991, p. 347), “[...] pode ser definido como o *processo saúde e doença* dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho”. É um esforço de compreensão desse processo — *como e por que* ocorre — e do desenvolvimento de alternativas de intervenção que levem a uma transformação em prol da apropriação da dimensão humana do trabalho pelos trabalhadores.

No Brasil, a concepção de saúde do trabalhador teve influência marcante do modelo operário italiano e da medicina social latino-americana (LACAZ, 1997; MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997). A posição da medicina social surge com o questionamento global à organização capitalista do trabalho, do fim dos anos 1960 a meados da década de 1970, com efeitos análogos ao Maio de 68 na França. Acompanha, portanto, a luta do trabalhador pela vida e pela saúde, além de retomar “[...] o processo de trabalho como o espaço concreto de exploração. Daí em diante, não se está longe de recuperar a saúde do operário como expressão, igualmente concreta, desta exploração” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 23).

Na relação entre saúde e trabalho, o adoecimento dos trabalhadores se associa a questões não só sociopolíticas e econômicas, mas também biopsíquicas próprias das coletividades nas sociedades capitalistas industriais, como esclarecem Laurell e Noriega (1989, p. 95):

Para que se compreendam as características que assume o processo de trabalho no capitalismo, tem-se que lembrar que sua finalidade é a extração da mais-valia. É preciso, pois, remeter ao conceito de processo de produção, com suas duas facetas: o processo de valorização (de produção de mais-valia) e o processo de trabalho (de bens).

Como se pode depreender dessa passagem, não basta produzir. Deve-se produzir com lucro. Pensar nessa relação põe no centro da análise o caráter social de tal processo e a necessidade de entendê-lo na sua articulação com o processo histórico de produção econômica como produto do trabalho. Um enfoque possível para tal relação seria compreendê-la pela categoria analítica *processo de produção*. Isso porque, na sociedade capitalista, tal processo organizaria a vida social de modo a valorizar o capital e as formas

específicas de trabalhar — o *processo de trabalho*. Dessa maneira, podemos considerar a relação saúde-trabalho na realidade concreta da lógica de acumulação — o *processo de valorização* — e de seu meio — o *processo de trabalho* — como derivada de um modo específico de trabalhar (LAURELL; NORIEGA, 1989). Por isso é importante analisar a organização do processo produtivo para compreender os riscos à saúde dos trabalhadores, bem como o sofrimento psíquico.

Nesse contexto, na “análise do processo de trabalho”, foram identificadas as cargas de trabalho, que “[...] geram processos de adaptação traduzíveis em desgaste, compreendido como a perda da capacidade potencial biológica e psíquica” — como afirmam Laurell e Noriega (1989, p. 110). Os autores veem os conceitos de carga de trabalho e processo de desgaste como importantes para “[...] uma representação coerente da relação entre o processo de produção e o nexo biopsíquico de uma coletividade de trabalhadores, ou seja, a forma histórica específica de nela ocorrer o processo biológico e psíquico” (p. 115);² nessa lógica, o conceito de “desgaste” permite “[...] consignar as transformações negativas, originadas pela interação dinâmica das cargas, nos processos biopsíquicos humanos” (p. 115). Noutros termos, o desgaste não se refere a um processo em particular, isolado. Refere-se ao conjunto de processos biopsicossociais.

Como esclarece Seligmann-Silva (2011), tais cargas se referem ao movimento dinâmico dos elementos do processo de trabalho — que seriam passíveis de prejudicar a integridade física e psíquica do trabalhador, diga-se, a capacidade efetiva dos operários de produzir por causa do desgaste, que seria o consumo ou esgotamento do substrato e de suas energias vitais.

O padrão de desgaste ocorre em indivíduos. Mas quando se fala em processos de desgaste, a referência é a coletividade, pois supõe condições específicas por meio das quais a coletividade humana se constitui. Pode-se dizer que significa que o processo de desgaste não é uma fatalidade; antes, é moldado pelo modo de produção. O desgaste gera problemas para o trabalho e para o capital — contudo é claro, são enfoques diferentes. Do ponto de vista do trabalho, o desgaste se refere aos processos vitais — problemas de vida e morte. Do ponto de vista do capital, o desgaste representa problemas de produção na forma de conseguir a mais-valia.

Se recordarmos que a subjetividade se constitui das percepções que o indivíduo tem de si mesmo e das relações com o outro, com seu trabalho, então podemos entender como essa

² A partir desta página, foi adotado o critério de indicar apenas o número da página — em vez de repetir nome e data de publicação — onde houver citações diretas cuja fonte (autoria) esteja evidente e próxima, a exemplo de citações de frases soltas do mesmo autor no mesmo parágrafo. Ou seja, onde a abreviação p. aparece isoladamente, é porque se refere a autor e data citados imediatamente antes. Esse critério visou evitar uma repetição que vemos desnecessária e cansativa do ponto de vista de leitura.

subjetividade está sendo capturada pelas novas formas que o mundo do “trabalho” vem se apresentando.

Para Dejours (2004), a organização taylorista/fordista não só acarreta a desapropriação do saber do trabalhador, mas também inibe as iniciativas de organizar e se adaptar ao trabalho. Esse processo requer uma atividade intelectual e cognitiva que não é a meta do taylorismo. O trabalho repetitivo, a falta de espaço para a criatividade, e a monotonia requerem o uso de mecanismos de defesa específicos.

1.1 Um curto passeio histórico

Do ponto de vista histórico, conforme esclarecem Mendes e Dias (1991), enquanto as questões ligadas à saúde do trabalhador aparecem quando começa a passagem da manufatura para a indústria de larga escala, as questões relativas ao bem-estar do operário se impõem com a medicina do trabalho na Inglaterra dos anos 1830, auge da Revolução Industrial. Com a aceleração da produção, o processo de trabalho se tornava cada vez mais cruel e humilhante. Não existiam cuidados médicos destinados aos operários; existiam só os cuidados filantrópicos. Cuidar da saúde e prevenir riscos era responsabilidade do médico contratado pela empresa. Serviços parecidos com esses se expandiram para outros países. Com a fragilidade do atendimento público de saúde, os serviços médicos das empresas passaram a substituir e ter um papel importante para criar e manter a dependência não só do funcionário, mas também, na maioria dos casos, de familiares. Impunha-se a aparência de haver certo cuidado com o trabalhador e que começa a se refletir internacionalmente.

Em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1953, com a recomendação 97, que tratava da proteção à saúde dos trabalhadores, a Conferência Internacional do Trabalho pedia aos membros da OIT o incentivo à formação de médicos do trabalho qualificados e a organização de “serviços de medicina do trabalho”. Em 1959, foram aprovados, pela Conferência Internacional do Trabalho, com base na recomendação 112, os “[...] serviços de medicina do trabalho”. Esse foi o primeiro instrumento normativo internacional que se tornou referência para estabelecer diplomas legais na área. Com isso, a medicina do trabalho recebe a tarefa de “[...] contribuir ao estabelecimento e manutenção do nível mais elevado possível de bem-estar físico e mental dos trabalhadores” (MENDES; DIAS, 1991, p. 342). É claro: com o objetivo de manter a produção em níveis elevados.

Com efeito, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em que a ruína marcou, também, as economias e as políticas,

[...] desvela-se a relativa impotência da medicina do trabalho para intervir sobre os problemas de saúde causados pelos processos de produção. Crescem a insatisfação e o questionamento dos trabalhadores — ainda que apenas “objeto” das ações — e dos empregadores, onerados pelos custos diretos e indiretos dos agravos à saúde de seus empregados. A resposta, racional, “científica” e aparentemente inquestionável traduz-se na ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador, pela intervenção sobre o ambiente, com o instrumental oferecido por outras disciplinas e outras profissões (MENDES; DIAS, 1991, p. 341).

Esse aumento da atuação médica faz surgir a saúde ocupacional, que se impôs, em primeiro lugar, nas empresas de grande porte. Além disso, a evolução industrial levou ao desenvolvimento de novos processos de produção fabril, novos equipamentos, novos químicos e uma nova divisão internacional do trabalho. Em decorrência dessas mudanças, a saúde ocupacional vem com traços da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade com equipes organizadas e com ênfase na higiene industrial (MENDES; DIAS, 1991).

O modelo da saúde ocupacional se mostrou insuficiente, além de ser um processo que guarda especificidade nas relações entre trabalho e saúde. Nasceu e se desenvolveu em cenários políticos e sociais amplos e complexos, por isso é atravessado pelas diversidades do mundo. De tal modo, os trabalhadores desconfiam dos serviços prestados pela saúde ocupacional e de seu ideário de segurança, higiene e medicina. Não por acaso, começam a participar das questões de saúde, a questionar procedimentos. Isso põe em xeque conceitos e procedimentos antes ratificados e efetivos da saúde ocupacional, assim como o valor e a ética dos exames pré-admissionais e periódicos usados em práticas discriminatórias. Nos termos de Mendes e Dias (1991), passou a ser questionado o que fundamentava a saúde ocupacional: a base científica e os critérios de proteção à saúde que vigoravam havia muito nos países industrializados.

De fato, os episódios de “Maio de 68” na França — que começaram com greves estudantis avançando para grandes manifestações que incluíram fábricas e trabalhadores (estudantes e professores universitários unidos aos operários e promovendo então a maior greve geral da Europa). O resultado foi a adesão de quase nove milhões de pessoas a um movimento social de luta anticapitalista. O fenômeno foi marcado por questionamentos sobre o valor da liberdade e o significado da vida que abalaram a confiança do Estado e outros conceitos básicos necessários à sociedade capitalista. Em alguns países, esse processo leva à exigência de participação dos trabalhadores nas questões de segurança e saúde, bem como na organização do trabalho, de modo a ampliar a importância da relação trabalho-saúde e modificar as condições de trabalho (MENDES; DIAS, 1991).

A partir de 1971 houve um processo de mudança social no mundo ocidental. Somado a aspectos das relações entre trabalho e saúde, culminou na construção do conceito de Saúde do Trabalhador: um campo multiprofissional da saúde pública com avanços conceituais nas práticas e nos enfoques da relação entre saúde e doença como produção social.

1.2 Sobre o processo Saúde-doença e o trabalho

Conforme diz Laurell (1982), o estudo da relação entre saúde e doença em termos mais gerais é determinado pela forma com que o homem se apropria da natureza em um dado momento, com os processos de trabalho baseados no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. A natureza histórica e social da doença pode ser evidenciada, e não o estudo em nível individual. Essa autora diz que o adoecimento é determinado por meio de relações distintas em sociedades diversas e com suas classes sociais diferentes. As formas com que os grupos populacionais entram no processo de produção e as relações que estabelecem entre si determinam a articulação entre o social e o processo saúde-doença.

Para Laurell,³ o que deveria ser reconhecido é o caráter social do processo saúde-doença, que se manifesta empiricamente de maneira mais objetiva caso se pense na coletividade, e não só no indivíduo, como dissemos. O objeto de estudo não estaria no indivíduo, mas sim no grupo; e um grupo construído em função de suas características sociais, pois as características biológicas são colocadas em segundo plano. O grupo não adquire importância por ser constituído por muitos indivíduos; é relevante se apreendemos a dimensão social do conjunto de indivíduos, que deixam de ser entes biológicos justapostos. Esse é um grupo especial, pois é constituído segundo suas características sociais, o que demanda uma teoria do social que ofereça elementos para fundamentar a construção de grupos. Esse processo passou a ser visto como algo que pressupõe uma relação entre o corpo do trabalhador e elementos presentes na atividade do trabalho.

Segundo Canguilhem (2009), a saúde é, também, a possibilidade da normalidade do sujeito. Cuidar da saúde seria não só promover ações que gerem bem-estar e reduzam os

³ A partir desta página, também para evitar repetição que vemos como desnecessária e cansativa do ponto de vista da leitura, onde houver citações diretas e indiretas cuja fonte (autoria) esteja evidente e próxima, foi adotado o critério de anotar só o sobrenome do autor, em vez de repetir nome e data. Isso fica claro em parágrafos sequenciais que aludem ao mesmo e à mesma obra parágrafos, como o segundo e o terceiro desta.

riscos, mas também dar aos indivíduos condições de escolher e criar. Nesse sentido, conforme enfatiza o autor,

Quando se trata de normas humanas, este estudo reconhece que essas normas são determinadas como possibilidade de agir de um organismo em situação social, e não como funções de um organismo encarado como mecanismo vinculado ao meio físico. A forma e as funções do corpo humano não são apenas a expressão de condições impostas à vida pelo meio, mas a expressão dos modos de viver socialmente adotados no meio (p. 124).

À luz dessa citação, a saúde estaria sempre relacionada com a forma de interação do indivíduo com os eventos da vida, desde a infância; e ter certo sofrimento não quer dizer que o sujeito não tem saúde, mas diz que está procurando uma forma de superar o momento ou evento, sem garantia de que tal busca necessariamente tenha fim. Nesse sentido, saúde não é um estado, mas implica processo, movimento interação.

A seu turno, Dejours (1986, p. 8) critica a definição da Organização Mundial da Saúde de que “[...] saúde é um estado de completo bem-estar físico mental e social [...]” porque tal estado não seria atingível; ou seja, “[...] a normalidade é quando as estratégias defensivas agem e as doenças estão estáveis”. Para ele, a percepção do ser humano acerca de sua saúde como condição instável seria, antes de tudo, um compromisso do homem com sua realidade e que não seria duradouro nem permanente, mas modificável, (re) conquistável, defensível — e que se poderia ganhar ou perder.

Laurell e Noriega (1989) pontuam a necessidade de uma posição crítica à explicação biológica da doença para construir uma interpretação distinta do processo saúde–doença que tenha como eixo seu caráter social. Em outras palavras, as causas das doenças devem ser buscadas nos processos sociais de produção e reprodução nas organizações. A sociedade se organiza para a construção da vida social.

A medicina social — cabe frisar — procura abordar a saúde coletiva como processo social e político, a fim de relacionar o processo produtivo com a saúde e problematizar a relação entre saúde e trabalho. Com isso, as investigações são relacionadas com o caráter histórico e social do processo saúde–doença e com sua determinação; e tal relação enfatiza a historicidade dos processos biológicos e psíquicos. Esse aspecto faz interface com a psicanálise, tendo em vista que para Freud (1930) sem historicidade não há sujeito: o sujeito não nasce pronto; é construído na relação com o outro, com a cultura. Para Freud (1921), não há diferença entre psicologia individual e psicologia social, tendo em vista que todo fenômeno psíquico pode ser considerado um fenômeno social.

Como mostra Birman (1999, p.7), a saúde é um conceito marcado pela “[...] pluralidade de sentidos, na medida em que são muitas as circunstâncias sociais e históricas [...]” que a envolvem e, por isso, são possíveis várias leituras que geram muitos sentidos. Dentre os quais, o sentido de que estar saudável também se vincula a crenças e à cultura. O estudo da saúde na sua relação com o processo de produção, como enfatizam Laurell e Noriega (1989, p. 100), situou o “[...] nexo biopsíquico como a expressão concreta na corporeidade humana do processo histórico num momento determinado”, como mencionamos no início deste capítulo. No estudo da coletividade, o “[...] nexo biopsíquico humano historicamente específico [...]” se manifesta mais claramente. Para esses autores, “[...] os processos particulares de adaptação conferem, então, as características a este nexos, que se torna o substrato geral que determina a conformação do processo de desgaste e do perfil patológico de um grupo humano” (p. 102).

O conceito de processo saúde–doença permite compreender as determinações e as condições das formas individuais de adoecer e de morrer. Parte dessas determinações e condições decorre da desigualdade socioeconômica e de direitos sociais. Há um processo social continuado, influenciado pela história, por forças políticas e sociais que podem favorecer a fragilização da saúde dos seres humanos em relação a situações que vivenciam em contextos macrossociais e situações específicas de vida e trabalho. Trata-se da vulnerabilização.

A compreensão dos processos saúde–doença em geral e dos que atingem a saúde mental dos trabalhadores deve englobar três noções fundamentais, conforme enfatiza Seligmann-Silva (2011): processo de produção social de psicopatologias — implica aspectos como as relações entre os contextos macro e microssociais; noção de sofrimento social; e divisão internacional do trabalho.

O estudo sobre saúde mental e trabalho não é novo. Contudo, segundo Seligmann-Silva (2011), tem sido tão intensificado e diversificado, que já se pode identificar o campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho, como mostra o trecho abaixo:

Entretanto os desenvolvimentos teóricos e metodológicos sobre o tema, bem como a nitidez cada vez maior de seus significados políticos, econômicos e socioculturais, assumem tal intensidade e abrangência, que se tornou possível identificar o surgimento de um campo de estudo no qual se produzem novos conhecimentos. Tal campo é marcado especialmente pela interdisciplinaridade, mas também recebe contribuições de conhecimentos construídos em disciplinas não interconectadas (p. 40).

Esses estudos têm sido realizados com correntes teóricas diferentes que, segundo a autora, podem ser agrupadas em três referenciais: a teoria do *estresse*, as teorias que usam o *referencial psicanalítico* e teorias que adotam o conceito de *desgaste mental*.

Para os interesses desta pesquisa, optamos pelo referencial psicanalítico, em especial a teoria crítica da Psicodinâmica do Trabalho. Criada por Christophe Dejours, estuda o trabalho, sobretudo, segundo as estratégias de que o trabalhador se vale para se manter saudável em meio a condições e a uma organização do trabalho que tendem a ser nocivas à saúde. A Psicodinâmica do Trabalho não reconhece a neutralidade na relação entre trabalho e saúde: trabalhar pode ser fonte de saúde ou de doença; pode trazer sofrimento e prazer. Na divisão das tarefas e das pessoas no trabalho, o que se refere ao conceito de organização do trabalho que detalharemos posteriormente, segundo Dejours (2004), estaria a origem dos conflitos psíquicos. Por isso, o autor busca compreender as relações entre saúde e organização do trabalho e de que forma as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho provocam efeitos nos modos de subjetivação e afetam o trabalhador.

Esse quadro nos leva ao questionamento: *quais são os efeitos das subjetividades emergentes no processo de trabalho e na saúde do trabalhador docente?* Dentre outros aspectos, em primeiro lugar, essa pergunta exige uma reflexão sobre o tema trabalho.

1. 3 Algumas considerações sobre o tema trabalho

O trabalho se projeta como um fenômeno dos mais relevantes para explicar a existência humana. Nos diversos períodos da história, foi primordial: transformou e foi transformado de acordo com as necessidades de cada época e cada cultura. Conforme Frias Júnior (1999), na antiguidade greco-romana, o trabalho era visto como determinante de mudanças nas condições de viver, adoecer e morrer. As relações trabalhistas se estabeleciam entre o senhor e seus escravos e alguns artesãos (em geral, estes últimos não tinham patrões). Na Idade Média, eram do senhor com o servo — nesse caso, o servo tinha mais de liberdade que o escravo. Mas quase sempre não deixava seu senhor porque tinha dívidas — trabalhava a troco de moradia nas terras de seu senhor. Na baixa Idade Média (século XIV), com a crise do feudalismo em razão da ascensão da burguesia, as cidades medievais passaram a ter movimentação comercial intensa. Começa a se configurar o mercantilismo: a transição do sistema econômico feudal para o sistema econômico capitalista. Mudanças maiores aconteceram na era moderna. As relações de trabalho ocorriam, por exemplo, em empresas constituídas por membros de uma família que trabalhavam juntos e vendiam seus produtos

artesanais em mercados ou feiras. Nessa evolução, quando as oficinas começaram a receber aprendizes de profissões, tais relações foram mudando. Assim, além do lugar para morar, o aprendiz ganhava alimentação e, às vezes, dinheiro.

No século XVII parece se delinear a noção de trabalho como forma de emprego. O declínio do feudalismo e a origem do capitalismo se alinham sobremaneira no contexto da Revolução Industrial. As pessoas saem do campo para se concentrarem nas cidades, onde começam a oferecer força laboral como moeda de troca. Com a possibilidade da indústria, o capitalismo passou a ser imperativo, gerando a divisão do trabalho nas cidades e o aumento da massa operária. A rede industrial e comercial em nível mundial hoje atrelada ao sistema financeiro (bancos, bolsas de valores e outros) deriva desse processo de ascensão do capitalismo iniciado no século XIV (FRIAS JÚNIOR, 1999).

A palavra trabalho deriva de *tripallium*, palavra do latim que designa, por um lado, uma espécie de instrumento de tortura de três paus; e, por outro, uma ferramenta ou canga que pesava sobre os animais e era usada pelos agricultores para bater, rasgar e esfiapar o trigo, espiga de milho e o linho (MARTINS, 2012). Desse modo, o aspecto etimológico da palavra nos leva a associar trabalho à ideia de sofrimento, assim como sofriam os torturados. Mas não há consenso sobre o conceito de trabalho nas várias disciplinas que tratam do assunto — por exemplo, sociologia, economia, psicologia e saúde coletiva, dentre outras. Num plano mais geral, sua compreensão pode ser derivada de sentidos dados em dicionários, como este: é “[...] o ato de trabalhar, qualquer ocupação manual ou intelectual, esmero, cuidado que se emprega na feitura de uma obra, obra que se faz ou está para se fazer, labutação, lida” (FERREIRA, 2015, p. 148).

É importante citar a compreensão que alguns autores têm do tema trabalho, a exemplo de Ricardo Antunes, Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega, Cristophe Dejours e Karl Marx.

Antunes (2015) defende que o trabalho é central na vida do indivíduo e promotor de uma identidade psicossocial. Em uma sociedade capitalista, o trabalho seria gerador de riqueza; mas, para a vida ter sentido, é necessário dar sentido ao trabalho; ou seja, ter no trabalho algo que faça sentido fora do trabalho, mas que não anula o “tempo disponível”, o “tempo verdadeiramente livre e autônomo”; logo, uma sociedade que veja sentido humano no trabalho fora do ambiente laboral poderia escapar do “[...] controle e do comando opressivo do capital” (p. 147).

Antunes reafirma a centralidade do trabalho — é indispensável ao ser humano e sua vida. Mas há falhas porque a maioria dos questionamentos à sua centralidade não leva em conta a dimensão dupla do trabalho; ou seja, as categorias analíticas *trabalho concreto e*

trabalho abstrato. Para o autor, o trabalho concreto dá condição de realização ao ser humano, e seu produto — o concreto — é o que realiza a humanidade do homem; enquanto o trabalho abstrato cumpre papel importante na geração de valores de troca (produtos). Ele compreende que a sociedade vivencia uma crise no trabalho abstrato relativa à crise do trabalho assalariado, e não à crise no trabalho concreto nem à centralidade do trabalho.

O papel central da classe-que-vive-do-trabalho e seu reconhecimento são derivados da superação do trabalho abstrato. Por conseguinte, é inconcebível para Antunes a extinção do trabalho concreto da sociabilidade humana. Esse autor propõe, então, a sociedade do tempo disponível. Nela, o tempo médio do trabalho social deveria ser apenas o necessário para suprir as necessidades humanas. Ele considera que

O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios, o que remete a uma dimensão fundamental da subjetividade do ser, a dimensão teleológica. Portanto, pode-se falar racionalmente do ser social tão somente quando se compreende que sua gênese, sua separação da base originária e sua emancipação, estão fundadas no trabalho, ou seja, na contínua realização de finalidades colocadas (p. 169).

A ideia sociológica de que o trabalho é central na vida do ser humano, de que lhe traz um lugar social, de que possibilita construir a identidade nos aproxima do ponto de vista psicanalítico sobre o trabalho. Com efeito, para Menezes (2010), a ênfase no trabalho se refere a uma técnica na arte de viver, a um gancho do sujeito com o social; de tal modo, o trabalho é uma parte importantíssima na problemática da identidade e manutenção da civilização.

No dizer de Freud (1930/1980), o trabalho é fonte de satisfação pulsional se for livremente escolhido; se, por meio de sublimação, tornar possível o destino de impulsos persistentes. Constitui uma técnica para afastar o sofrimento, tendo em vista que pode “[...] deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional e para os relacionamentos humanos a ele vinculados [...]”; o que lhe torna “[...] indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade”. O trabalho se torna “[...] uma das peças fundamentais na problemática da identidade e na manutenção da civilização [...]” (p. 99).

Conforme Menezes (2010, p. 138) salienta, “O trabalho é um elemento essencial da vida humana, tendo em vista sua função estruturante, seja ao possibilitar destinos para as pulsões seja assegurar ao sujeito um lugar no circuito social”. A autora mostra que a essência

da noção freudiana de trabalho (*Arbeit*) está nas operações do psiquismo, sendo uma ocasião para elaboração psíquica, assim como “[...] pode ser compreendido como uma resposta sublimatória ao desamparo. O trabalho é um instrumento que o homem criou para lidar com seu desamparo e viver em sociedade” (p. 138).

A visão de Dejours (1987) sobre o trabalho deriva da psicanálise de Freud. Para ele, o trabalho precisa fazer sentido para o próprio sujeito, seus pares e a sociedade. Tal sentido seria formado pelo conteúdo significativo tanto ao sujeito quanto ao objeto. Dessa forma, permite-se a construção da identidade pessoal e social do trabalhador e de seu trabalho de modo que consiga se identificar com o que realiza; com as dificuldades práticas das tarefas — superá-las seria evolução pessoal e de aperfeiçoamento — e com a posição social implicitamente ligada ao posto de trabalho.

Dejours (2011, p. 164) se refere à centralidade do trabalho dizendo que:

É percebida na construção da identidade, na realização de si mesmo e na saúde mental — ou mesmo na saúde somática. [...] Que ela pode ser constatada na articulação entre a esfera social e a esfera privada, entre as relações sociais de trabalho e as relações domésticas. Deste ponto de vista, o trabalho é um operador de inteligibilidade da sociedade.

Para esse autor, o que não pode “[...] ser realizado pela simples execução prescrita de uma tarefa de caráter utilitário com as recomendações estabelecidas pela organização do trabalho [...]” (DEJOURS, 2011, p. 161) é realizado em atividades coordenadas de homens e mulheres, ou seja, por meio do trabalho. Trabalhar pressupõe “[...] gestos, saber fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar” (DEJOURS, 2004, p. 28). Por isso ele não compreende o trabalho como redutível a uma atividade de produção no mundo objetivo. O trabalho coloca à prova a subjetividade, da qual ela sai acrescentada e elevada, ou diminuída, atormentada e consumida. Trabalhar para a subjetividade é um circunstância que sempre interfere e transforma a subjetividade.

“O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” — eis como Marx (2013, p.255) definiu o trabalho. O que ele disse parece dar origem a outras formas de se dirigir ao tema trabalho, como veremos.

Laurell e Noriega (1989) se referem ao trabalho como algo que é próprio do ser humano com consciência e orientação para essa atividade. Baseia-se na criatividade e na

capacidade de criar não só objetos, mas também relações sociais. Desse modo, segundo os autores:

Esta qualidade do trabalho é uma das chaves para compreender a especificidade histórica dos processos psicológicos humanos. Desta forma, enquanto essa qualidade só é potencialmente até realizar-se, tende constantemente a ser negada à grande maioria dos trabalhadores quando o trabalho assume a forma explorada e alienada (p. 104).

Se assim o for, ou seja, se a capacidade criativa para o trabalho for negada de maneira constante, isso explicaria por que o trabalho pode se tornar destrutivo em vez de potencializar as capacidades dos trabalhadores, como pensam Laurell e Noriega (1989). Para esses autores, o processo de trabalho é essencial à compressão dos determinantes da saúde do trabalhador e seus elementos constitutivos básicos, dos objetos e dos instrumentos de trabalho e do próprio trabalho. A análise do processo de trabalho é composta de duas vertentes: uma técnica, outra social. A vertente técnica refere-se às características físicas, químicas, e mecânicas do objeto de trabalho; a vertente social seria o como e o porquê chega a ser social. Nesse sentido, a intenção de discutir o processo saúde–doença do professor supõe considerar o processo de trabalho como “[...] transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início [...] [com] ajuda dos meios de trabalho”; como “[...] atividade voltada à dada finalidade” (MARX, 2015, p. 258, 261). Também supõe que o trabalho se refere não só a processos corporais, como também à expressão concreta de como se dá a relação de exploração por meio de sua organização e divisão (LAURELL; NORIEGA, 1989), as quais mudam com a crise do capital e seus mecanismos para superá-la.

Com efeito, as mudanças do mundo do trabalho que são parte do neoliberalismo nascem em decorrência do esvaziamento da acumulação fordista, consolidada no fim dos anos 1960 como uma nova forma econômica, política, jurídica, social e cultural em resposta à crise econômica do capitalismo mundial. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível têm caráter altamente destrutivo. Trazem o desemprego sem precedentes, além da degradação e precarização do trabalho (ANTUNES, 2015)

A dimensão das mudanças do mundo do trabalho é abordada por Antunes e Alves (2004). Segundo eles, no século XXI — era de globalização —, a classe trabalhadora é fragmentada, heterogênea e diversificada e está se transformando com o mundo do trabalho, que se torna mais complexo. A crise do Estado de Bem-estar Social — a crise do capital nos anos 1970 —, a ideologia do neoliberalismo e o processo de privatização do Estado, a saúde e a educação se tornaram foco do capital, como afirma Antunes (2015). No caso da educação,

por exemplo, houve interferência nas condições, no tempo e espaço do trabalho, nos salários, direitos trabalhistas planos de carreira, na estabilidade, dentre outros pontos. Para que fosse capaz de atender aos interesses do mundo da produção capitalista — a exemplo da intensificação da globalização econômica, da sustentação do crescimento de novas tecnologias e da flexibilização —, a docência passou a agregar mais atividades ao seu processo de trabalho, que agora se diferencia cada vez mais do que presumia sua concepção inicial. São atividades a ser cumpridas no mesmo espaço de tempo em que funções mais primárias como lecionar e preparar aulas, corrigir trabalhos e provas.

Ainda segundo Antunes (2008), com a perda de direitos, o trabalho se torna cada vez mais precarizado. Várias conformações e tendências se impõem: formas mais desregulamentadas (terceirização, subcontratação, contratação parcial e temporária dentre outras); redução do conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais; exclusão dos considerados idosos (faixa etária 40 anos) pelo capital e dos que são altamente especializados — preteridos ao trabalhador polivalente, multifuncional da cultura toyotista. Antunes (2015, p. 75) se refere a esse contexto apontando uma tendência à “qualificação do trabalho” ser um “nítido processo de desqualificação” dos trabalhadores; ou seja, há “[...] superqualifica[ção] em vários ramos produtivos e desqualifica[ção] em outros”.

Como alternativas impostas pelo capital ao mercado de trabalho, estão os trabalhos informais, a exclusão dos jovens, a inclusão criminosa de crianças, o trabalho em domicílio, as unidades produtivas de fundo de quintal, dentre outras. A reestruturação produtiva impõe formas mais desregulamentadas de trabalho que reduzem o número de empregos formais estáveis. Reduz-se, assim, o proletariado industrial fabril tradicional, manual, estável e especializado, originário de uma era da indústria verticalizada taylorista/fordista (ANTUNES, 2015).

Segundo Antunes (2008), enquanto a classe operária industrial diminuiu, o setor de serviços aumentou e a incorporação da força de trabalho em países desenvolvidos cresceu em 40% (ainda que absorvida por trabalhos precarizados e desregulamentados), o número de assalariados médios cresceu e o setor de serviços passou a agregar boa parcela de trabalhadores oriundos da reestruturação produtiva, que os expulsou do mundo produtivo industrial. Uma consequência positiva pode ser o aumento dos níveis de sindicalização desses profissionais. A maior transformação resultante desse quadro, porém, é a expansão do desemprego estrutural em todo o planeta. Tem havido uma expansão do trabalho do “terceiro setor” resultante dessas tendências como alternativa. São empresas de perfil comunitário, sem fins lucrativos e com motivação para voluntariado. Aí se incluem aquelas desenvolvidas por

organizações não governamentais (ONGS) e similares. Mas são limitadas para compensar o desemprego estrutural. O trabalho domiciliar — resultado da desconcentração do processo produtivo — e as unidades produtivas, pequenas e médias expandem-se via telemática, que supõe flexibilizar, precarizar e horizontalizar o capital produtivo. Esse tipo de trabalho está em crescimento no mundo todo pelo processo transnacionalização do capital e seu sistema produtivo, que ultrapassam as fronteiras nacionais para englobar mais de um país. Tem ocorrido cada vez mais o processo de mundialização produtiva, na qual se desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional e internacional (ANTUNES, 2015).

Como explica Gonçalves (1998), a globalização produtiva é caracterizada por três processos distintos: o crescimento da internacionalização da produção; o aumento da concorrência em escala internacional; e a intensificação da interligação entre as estruturas de produção nacional. A globalização produtiva de um país é percebida pelo investimento externo direto e pelos contratos; enquanto a movimentação da balança comercial (exportações e importações) se refere à sua participação no comércio exterior. Trata-se do investimento das empresas multinacionais no Brasil. Quanto aos contratos, são de transferência de conhecimento técnico, marcas, patentes, franquias e acordos estratégicos.

É nesse contexto que Antunes (2015) afirma a necessidade de se partir de uma “concepção ampliada de trabalho” que considere todas essas tendências. Ajuda a compreender a nova forma de ser do trabalho e da classe trabalhadora, que abrange os assalariados. Forma ampliada porque supõe a totalidade do trabalho coletivo, social: homens e mulheres, trabalhadores manuais diretos, trabalhadores improdutivos — que não criam diretamente a mais-valia, mas são traduzidos como serviços públicos ou de uso capitalista, tais como os professores universitários, dentre outros exemplos numerosos.

Compreender a classe-que-vive-do-trabalho é compreender a classe trabalhadora nesse conjunto de seres sociais que vendem sua força de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004). São todos os trabalhadores que compreendem o setor de serviços, os “terceirizados”, os do mercado informal, os “trabalhadores domésticos”, os desempregados, os subempregados que sofrem com a desmontagem social operada pelo capitalismo em sua lógica destrutiva. No contexto da sociedade inserida na lógica da produtividade imposta por essa nova configuração do capital, insere-se a problemática do processo saúde-doença do docente de universidade pública. É necessário pensar como, para o professor, institui-se a subjetividade. Isso porque, diz Dejours (2004, p. 31), trabalhar é o engajamento da subjetividade “[...] num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação”. O “real do

trabalho” vai além do “real da tarefa”: daquilo que experiência derivada da lida corporal com “a matéria e com os objetos técnicos” permite ao sujeito conhecer em sua resistência a se sujeitar à dominação.

2 PRINCIPAIS ASPECTOS DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A Psicodinâmica do Trabalho é uma teoria que busca resultados em investigação clínica sobre o sujeito e sua relação com o trabalho. Refere-se a uma disciplina que tem como base a descrição e o conhecimento das relações entre trabalho e saúde psíquica e que se alinha no campo da psicanálise e da teoria social (DEJOURS, 2004). Ela visa ao coletivo no trabalho, e não à individualidade do trabalhador. Nas situações de trabalho, quando há diagnóstico de sofrimento psíquico, ela promove ações de intervenção direcionadas à análise da organização do trabalho, e não ações terapêuticas individuais. Em especial, busca estratégias coletivamente construídas para suportar o trabalho prescrito, esquivando-se do sofrimento e buscando o prazer. Ações mais adequadas são passíveis de proposição com base na elaboração e análise interpretativa mais precisa das condições de trabalho com vistas a modificar a organização trabalhista. A pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho propicia essa ação.

2.1 Considerações iniciais

A Psicodinâmica do Trabalho teve início com a psicopatologia do trabalho: disciplina estudada nos anos 1950–60 por autores como Louis Le Guillant, Adolfo Fernandez-Zoila, C. Veil, Paul Sivadon, Jean Bégoïn. Inicialmente, o termo psicopatologia deriva da teoria psicanalítica do funcionamento psíquico em referência explícita à obra de Sigmund Freud. Desenvolveu-se em diálogo com as ciências da saúde e as ciências do trabalho. A referência a Freud remonta ao tratamento que este deu ao tema em *Mal-estar da civilização*, o que parece dar consistência à proposta da disciplina. Foi sob inspiração desses estudos que Dejours publicou, em 1970, o livro traduzido no Brasil como *A loucura do trabalho* (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1990).

A psicopatologia do trabalho seria “[...] a análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados por situações de trabalho” (DEJOURS, 2008, p. 50). No fim da década de 70, Dejours e Abdoucheli (1994) trataram do termo psicopatologia, que seria associado não só ao sentido restritivo e mórbido — como doença —, mas também a outras dimensões como a vida cotidiana e o trabalho. Nesse sentido, suas pesquisas agora seriam direcionadas ao sofrimento, à dimensão subjetiva e singular de *pathos*, resgatando sua concepção etimológica como paixão, excesso e passividade; ou seja, a subjetividade da experiência do sofrimento psíquico.

Esses autores problematizam a noção de psicopatologia rearticulando *pathos* como a disposição afetiva que move o sujeito, constituindo-o na sua humanidade. Por meio da expressão em palavras, o *pathos* manifesta uma subjetividade que é capaz de transformar a paixão em experiência, servindo para a existência do próprio sujeito. O humano nessa perspectiva é uma espécie pática, isto é, sofredora de um excesso, que pode ser caracterizado como dor, depressão, angústia, autismo e histeria, dentre outros nomes. O pático — aquilo que faz o humano sofrer ou que o submete ao sofrimento — é o fundamento mesmo do psíquico.

Nesse contexto, a teoria de Dejours (2011) busca entender os trabalhadores que conseguem manter a estabilidade psíquica em locais em que a organização de trabalho cria condições que podem desestabilizar psiquicamente o trabalhador; condições para o sofrimento como espaço clínico intermediário de luta entre funcionamento psíquico, mecanismos de defesa e pressões da organização trabalhista. Ele “Preferi[u] não mais focalizar as doenças mentais, voltando a atenção para o sofrimento e as defesas contra o sofrimento [...] Desviava assim, a minha atenção para as estratégias de defesa”; a normalidade surgiu como central em sua investigação, ou seja, a “[...] normalidade surgia [...] como enigma central da investigação e da análise” (p. 63).

Alguns aspectos são importantes na evolução da Psicodinâmica do Trabalho. Na década de 70, as pesquisas foram direcionadas ao sofrimento psíquico, sobretudo por causa de suas transformações no contexto de trabalho e à organização trabalhista. Após 1980, quando foi publicado o ensaio sobre “Psicopatologia do trabalho”, Dejours disse que

É necessário reconhecer — estimulado pelas críticas cada vez mais abundantes provocadas pela denominação “psicopatologia do trabalho” como disciplina — o deslocamento qualitativo que foi ganhando corpo após 1980, data da publicação do ensaio sobre *Psicopatologia do trabalho*. Ao operar esta passagem da psicopatologia à normalidade, sou levado a propor uma nova nomenclatura para designar essas pesquisas: *Psicodinâmica do Trabalho* (p. 63).

A mudança do termo psicopatologia do trabalho para Psicodinâmica do Trabalho foi sugerido para minimizar a importância dada a aspectos psicopatológicos, em especial distorções em relação à morbidade ou doença. Após esse período e com tal nomenclatura, o autor vai se dedicar “[...] à análise, à superação e, eventualmente ao tratamento das doenças mentais” (p. 64). Passa a cuidar da normalidade. Abre-se a outras dimensões, como o sofrimento no trabalho.

Nos anos 90, os estudos foram direcionados para a saúde, o prazer, a forma como os trabalhadores conseguiam tornar o trabalho saudável; também para variações pequenas entre o trabalho prescrito, o trabalho real e o modo como o trabalho determinava a construção da identidade pela dinâmica do reconhecimento. Após essa década, o interesse se concentra nas patologias sociopsíquicas, surgidas nas novas formas da organização do trabalho, nos processos de subjetivação na modernidade e em uma análise mais profunda dos processos relacionados com a saúde dos trabalhadores.⁴

Segundo Dejours (2008), desde as primeiras pesquisas, o conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico apareceu nas investigações empíricas, nas construções da teoria e nas interpretações. Das primeiras experiências metodológicas, foi evidenciado o que possivelmente desestabilizava a saúde mental dos trabalhadores: as pressões que apareceram como decorrentes da forma como se estrutura o trabalho. De início, era considerado que pela observação do processo técnico as pressões patogênicas seriam avaliáveis objetivamente. O resultado maior das observações foram as descobertas das consequências patológicas no psiquismo e efetivamente diferenciadas como resultado da divisão dos homens (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994). Essa divisão é importante, sobretudo quando se refere à constituição do modo de operação no trabalho; porque esbarra na questão do poder, da dominação e submissão no trabalho e assim se observa primeiramente sua construção social, o que nos aproxima da sociologia do trabalho.

As condições de trabalho se referem às pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do contexto de trabalho. O alvo principal é o corpo dos trabalhadores. É onde pode ocasionar desgaste, envelhecimento e doenças somáticas. A esse cenário se acresce a organização do trabalho, que Dejours e Abdouchely (1994, p. 125) definem assim: por um lado, como “divisão de tarefas” relativa a operação, repartição, cadência, ritmo e forma prescrita de atuar — atinge diretamente a motivação no trabalho; por outro lado, como “divisão de homens”, que se refere à hierarquia, à atribuição de responsabilidades, ao comando e ao controle — portanto, às questões do poder, domínio e submissão no trabalho. Dessa maneira, enquanto as condições de trabalho impactam no corpo, a organização do trabalho opera no nível do “funcionamento psíquico”. Como afirmam esses autores, a divisão

⁴ Quase ao mesmo tempo, publicações na França e no Brasil marcam essa etapa. Os títulos incluem *A banalização da injustiça social*, de 1999; *A evolução do trabalho e a prova real: crítica a fundamentação do desenvolvimento*, de 2003; *Trabalho vivo e sexualidade*; e *Trabalho e trabalho e emancipação*, em 2012 (BUENO; MACEDO, 2012). Há outras publicações importantes, dentre elas estão *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* [1994] e *Da psicopatologia a Psicodinâmica do Trabalho* (1994).

das tarefas e o modo operatório do trabalho “incitam o sentido e o interesse do trabalho para o sujeito”, a divisão de homens demanda, em especial, as “[...] relações entre pessoas e mobiliza os investimentos afetivos, o amor e o ódio, a amizade, a solidariedade, a confiança etc.” (DEJOURS; ABDOUCHELY, 1994, p. 126).

Na fundamentação da clínica do sofrimento, na relação psíquica com o trabalho, Dejours (1994) aprofunda-se em seus estudos, procurando discutir os laços entre sofrimento humano e trabalho real. Desse modo, as pressões do trabalho que põem em xeque o equilíbrio psíquico e a saúde mental do trabalhador derivam da organização do trabalho.

Compreender o conceito de funcionamento psíquico requer relacioná-lo teoricamente com um modelo de homem em que cada indivíduo é um sujeito único: tem desejos, projetos e uma história singulares; constitui a organização de sua personalidade; relaciona-se com a realidade e a ela responde a seu modo — particular. Nesse contexto, a teoria psicanalítica do funcionamento psíquico interessa duplamente. Em parte, porque permite investigar os processos psíquicos, o sofrimento como *pathos* que não é sinônimo de morbidade ou doença, mas diz respeito a dimensão humana. Em parte, porque “[...] respeita no sujeito a irreducibilidade de sua história singular e sua competência psicológica para reagir de modo original às pressões patogênicas das quais ele é alvo” (DEJOURS; ABDOUCHELY, 1985, p. 126).

A clínica da Psicodinâmica do Trabalho tem a preocupação com o real do trabalho como desafio psíquico crucial para o sujeito; visa à compreensão do mundo do trabalho, pois preconiza que só assim podem ocorrer transformações. Para esta teoria o trabalho pode proporcionar condições estabilizadoras que neutralizam o sofrimento, muitas vezes existencial, conduzindo para que, os desejos e pulsões, inconscientes do sujeito possam dar lugar à sublimação e ao processo de mobilização subjetiva, que permitem transformar o sofrer.

2.3 Sofrimento criativo e sofrimento patológico

O sofrimento, no sentido atribuído no tópico anterior, faz parte de todos nós. As fontes do sofrimento, diz Freud (1929/1930), derivam de nosso pertencer à civilização. As formas de lidar com o sofrimento supõem deslocamento da libido. Por isso o trabalho tem papel importante ao criar possibilidades de fazer isso de maneira saudável. Com disse Freud (1930, p. 105) o sofrimento advém de três fontes: do “poder superior da natureza”, da “fragilidade de

nossos próprios corpos” e da “inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade”.

Para Dejours (1987, p. 136), em função de determinadas condições sociais e psicológicas, “[...] o sofrimento inaugura uma lógica essencialmente defensiva ou criativa”. Baseado na ideia das relações entre sofrimento e defesas contra ele, esse teórico distingue o sofrimento criativo e o sofrimento patogênico. O primeiro ocorre quando o indivíduo consegue transformá-lo em algo que o beneficie, com certa liberdade na organização do trabalho e possibilidades de negociação entre determinações da organização e desejo do trabalhador; isso porque o trabalho funciona como mediador da saúde — como dissemos. Se as situações laborais, as relações sociais de trabalho e as escolhas gerenciais são atravessadas pelo sofrimento que desestabiliza e fragiliza a saúde, então ele adquire o sentido patogênico, que ocorre quando parece não existir possibilidade de negociar com a organização e, portanto, não é possível ressignificar o sofrimento (DEJOURS, 1994; DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

Nas organizações, segundo Dejours (1987), as relações de trabalho atingem a subjetividade do trabalhador. Excluem o sujeito. Fazem dele um objeto, uma vítima de seu trabalho (DEJOURS, 1987), pela rigidez da empresa, pelo trabalho prescrito e pela falta de reconhecimento (DEJOURS, 1994). Dessa forma, o desafio para a psicodinâmica do trabalho é ajudar a definir ações que possam ser úteis para ressignificar o sofrimento e favorecer sua transformação em atitude criadora; e não sua eliminação, simplesmente. Dejours (1987) — cabe frisar — vê o trabalho como algo que precisa fazer sentido para o sujeito, seus pares e a sociedade, pois contribui para a construção da identidade pessoal e social do trabalhador e de seu fazer. De tal modo, ele consiga se identificar com o seu trabalho, com as dificuldades práticas das tarefas e superá-las. A superação seria parte de sua evolução e seu aperfeiçoamento pessoais. Garante uma posição social implicitamente ligada ao posto de trabalho.

Em suas atividades, o trabalhador precisa utilizar estratégias defensivas por se sentir impedido de encontrar vias para sua descarga pulsional; então, ele as usa para suportar o contexto laboral. As estratégias defensivas são mecanismos usados na busca de transformar e minimizar a sua forma de perceber a realidade que traz sofrimento. Por exemplo: trata-se de adaptar o sujeito às pressões do trabalho com o objetivo de evitar o sofrimento. Quando o sofrimento pode ser transformado em criatividade, ele beneficia a identidade, permite a circulação pulsional, podendo propiciar a sublimação que, para Freud (1930), é o destino mais elevado que se pode dar às pulsões, o que é necessário para viver em sociedade. Em

consequência disso, aumenta a resistência ao risco de desestabilização psíquica e somática. O sofrimento se torna criativo.

O método de investigação da Psicodinâmica do Trabalho considera duas grandes categorias: a organização do trabalho e a mobilização subjetiva do trabalhador, como mostram Dejours e Abdouchelli (1994). A divisão do trabalho organiza subjetivamente o trabalhador, suas vivências de prazer e de sofrimento, que ajudam ou atrapalham sua mobilização subjetiva, e seu engajamento afetivo-emocional no compromisso com o trabalho. (DEJOURS, 1994). Nesse sentido se projeta a importância da análise da organização do processo de trabalho, de seus efeitos, na prevenção de riscos e agravos à saúde do trabalhador.

Para Dejours (1994), é evidente que, em qualquer situação de trabalho e mesmo naquelas atividades braçais menos qualificadas, é em relação à mente, ao aspecto psíquico que se produzem os maiores efeitos sobre os indivíduos. De fato, como diz Freud (1926), enfrentar o desamparo é essencial para que o psiquismo se desenvolva e a civilização continue a existir. Menezes (2005, p. 198) se faz esclarecedor aqui:

A problemática do desamparo na obra freudiana tem dupla face: a face erótica e sexual, que diz respeito a um lugar infantil e à sexualidade traumática vinda da mãe — o desamparo original estruturante do psiquismo (FREUD, 1926); e a face da falta de garantias do sujeito sobre seu existir e sobre seu futuro (FREUD, 1927 e 1930), que é obrigado a uma renúncia pulsional como condição para viver em sociedade. Recordemos que para Freud o desamparo também é o motor da civilização. O homem ergueu a civilização numa tentativa de diminuir seu desamparo diante das forças da natureza, dos enigmas da vida e, sobretudo, da própria morte. O desamparo no campo social Freud (1930) chamou de mal-estar (*Unbehagen*), tendo em vista que a relação do sujeito com a cultura é permeada pelo antagonismo irremediável entre as exigências pulsionais e as restrições da civilização.

Quando o sujeito se encontra em situações de trabalho e precisa enfrentar seu sentimento de desamparo, ele pode aceitar e dar um destino criativo ao sofrimento; ou negar e caminhar para o sofrimento patológico. Esse aspecto alude ao que diz Seligmann-Silva (2011, p. 136):

Nas interações entre processo de trabalho e processo saúde-doença, determinações de ordem sociopolítica e econômica passam a atuar. Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem que faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como desgaste.

A autora diz ainda que mecanismos de negação psicológica fazem com que o sujeito, no caso o trabalhador, negue seus sintomas, sem que tome consciência deles e sem que compreenda o prejuízo que causaram a sua saúde. Esses processos evoluem e se agravam (SELLIGMANN-SILVA, 2015).

Uma das estratégias para o trabalhador lidar com as condições e a organização do trabalho é a mobilização subjetiva: útil ao enfrentamento fundado em recursos próprios a fim de confrontar o trabalho real com o prescrito. Quanto maior for a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, maior será a oportunidade de derivar um novo significado (sofrimento criativo) ou adoecer (sofrimento patogênico). O operário se vale de sua capacidade inventiva para enfrentar situações imprevistas. Essa ação reduz o sofrimento e o transforma em prazer.

Nesse contexto, a cooperação representa uma maneira de agir de um grupo de operários para ressignificar o sofrimento. Sua realização é por meio do espaço de discussão, que é um lugar de fala e escuta em que podem ser expressas opiniões contraditórias e/ou baseadas em crenças, valores e posicionamentos ideológicos dos participantes. O reconhecimento é a retribuição moral simbólica dada ao ego, como compensação de seu bom e eficiente trabalho, isto é, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência. Dejours (2011, p. 85–6) se refere a dois tipos de reconhecimento:

No sentido de *constatação*, ou seja, reconhecimento da realidade que representa a contribuição individual, específica à organização do trabalho. “Entra em confronto com importantes resistências hierárquicas, pois implica em reconhecimento da imperfeição da ciência e da técnica, das falhas organizacionais do trabalho prescrito. E no sentido de *gratidão*⁵ pela contribuição dos trabalhadores à organização do trabalho (grifo do autor).

Nas pesquisas de Dejours, a metodologia da Psicodinâmica do Trabalho se tornou elemento de análise eficaz das pressões laborais reais após se constatar que as mais penosas segundo os operários eram de um relato que nem sempre correspondia ao relato da direção da organização. Depois foram levados a compreender o ponto de vista ao qual escapavam grande parte das pressões reais: o conhecimento da direção da empresa e do serviço de métodos definidos e colocados em execução pela direção. Na organização do trabalho e no funcionamento psíquico, foi possível extrair o que era potencialmente desestabilizador para a saúde mental: pressões decorrentes da organização do trabalho.

⁵ O reconhecimento no sentido de gratidão é concedido esporadicamente nas organizações de trabalho.

Dito isso, fica claro que a Psicodinâmica do Trabalho renovou o olhar das ciências do trabalho ao propor criar espaços de discussão para os trabalhadores expressarem seus sentimentos e sua voz sobre as contradições do contexto do trabalho que respondem pela maioria das causas geradoras de prazer e de sofrimento. Essa disciplina expõe uma compreensão contemporânea da subjetividade no trabalho ao respeitar no sujeito a irredutibilidade de sua história singular e sua competência psicológica com capacidade para reagir de modo original às pressões que põem em xeque o equilíbrio psíquico (DEJOURS, 1992). Atuar no campo da psicodinâmica do trabalho supõe “[...] atuar para que os sujeitos possam modificar sua relação com o trabalho, construindo e facilitando o processo de reapropriação do sentido, de emancipação como pessoas, como coletivo” (UCHIDA; LACMAN; SZNELWAR, 2010). Entendemos que o prazer é resultado do investimento sublimatório, quando o indivíduo consegue utilizar o processo de mobilização subjetiva, assim dá um caminho para sua pulsão, consequência do sofrimento criativo.

“A Psicodinâmica do Trabalho é antes de tudo uma práxis. Mas a Psicodinâmica do Trabalho não é apenas uma modalidade de intervenção no campo: continua sendo uma disciplina produtora de conhecimentos” (DEJOURS, 2011, p. 67). Com efeito, vários conceitos foram introduzidos e aprofundados por Dejours e Burlot (1985), além de outros pesquisadores. Porém, o que fica de mais importante desta teoria para o presente estudo é sua premissa de que a mudança, a transformação, ocorre no registro da vivência do sujeito, compreendido em sua dimensão individual e coletiva. Talvez por isso Dejours (2011 p. 67) diga que “[...] antes de tudo [a psicodinâmica do trabalho é] umas práxis de intervenção no campo”. Como Dejours, pensamos que a proteção da saúde psíquica não é parte apenas do talento do trabalhador — aqui o professor —, com suas defesas eficientes e flexíveis; mas que o cuidar de si deve-se, também, a “[...] estratégias coletivas de defesas” (p. 25). As soluções para cuidar-se no mundo do trabalho passam sempre pelo coletivo.

O questionamento agora é como está a solidariedade entre os trabalhadores docentes na UFU? As estruturas de cada indivíduo não estão mais frágeis; mas é a erosão das estratégias coletivas de defesa que são consideradas a grande perda nos recursos de manutenção da saúde. Dejours acredita que “[...] todas as formas clássicas de solidariedade estão em processo de desestruturação – e não apenas as estratégias coletivas de defesa, diante dos constrangimentos no trabalho, todos se encontram psicologicamente cada dia mais só” (p. 25). Sem a solidariedade e solitário na multidão, o sujeito tende a recolher a um espaço só seu, onde não conta com defesas fortes como a cooperação, as estratégias coletivas de defesa construídas de forma solidárias. Como esclarece esse teórico,

[...] para elucidar as condições que fazem com que a relação no trabalho acabe com o infortúnio ou, ao contrário constitua um mediador insubstituível de saúde, é necessário renovar a teoria do sujeito, a teoria da saúde e a teoria do trabalho. Para que as práticas possam evoluir no campo da proteção da saúde no universo do trabalho, é necessário que se formem núcleos de pesquisadores que invistam especificamente neste campo clínico teórico e metodológico (p. 29).

A compreensão teórico-conceitual almejada neste capítulo se justifica como base para focar nos objetivos da pesquisa aqui descrita à luz de Dejours como útil à compreensão do processo saúde–doença do professor de universidade pública. De início, impõe-se a necessidade de uma reflexão que contribua para impulsionar o cuidado com a categoria docente e permita mobilizações em prol da construção de espaços de discussão que ajudem a melhorar as relações com a organização do trabalho e deixar o trabalho menos penoso.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE

A proposta deste capítulo é relacionar a política educacional com a precarização do trabalho docente. É importante falar das políticas públicas para a educação porque não só traçam diretrizes, como também definem mudanças que geram tipos variados de carreiras para o docente na mesma instituição; e tal variação tende a gerar conflitos entre pares. Não por acaso, conflitos de natureza institucional influem negativamente no processo saúde-doença do professor universitário. Sua condição de servidor público demanda enfocar, também, de pontos relevantes das políticas de saúde, igualmente influentes em tal processo.

3.1 O que rege a universidade pública e a UFU

Assim como a educação, a saúde do servidor público é regida por leis. Leis que surgem em contextos políticos específicos e segundo interesses diversos, muitas vezes nas mãos de legisladores alheios ao objeto da legislação. Essa condição da lei, que subjaz às políticas públicas para os servidores, requer situar o docente em um contexto não só político, mas também social, porque forças externas — os interesses de poder político-partidário, por exemplo — influem em sua aprovação. Dito de outro modo, as relações entre as leis para a educação superior e para saúde se estabelecem em contexto de mudanças no mundo social objetivo; mudanças que sujeitam servidores como os professores de universidade pública. Para Dourado (2002), leis e políticas que regem a educação superior no Brasil desde 1990 precisam ser contextualizadas e compreendidas tendo em mente que foram definidas segundo interesses sociopolíticos e conduzidas por mudanças da contemporaneidade, em que o Estado reduz seu campo de ação na manutenção da educação pública superior. Com isso, a educação privada ganha mais evidências.

Com efeito, entender a forma de ação das políticas públicas e a legislação associável com elas ajuda a compreender como tais mudanças influenciam na carreira e na precarização do trabalho docente. A carreira passou por transformações com a globalização da economia e a evolução tecnológica, que mudaram o processo de trabalho docente. As alterações se traduzem, sobretudo, na exclusão social, com a justificativa do neoliberalismo. Ao minimizar sua atuação, o Estado reduz ou desmonta políticas sociais de proteção; e isso se reflete diretamente na gestão das universidades.

Com efeito, “[...] o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública”, como diz Dourado (2002, p. 235). Como se

viu, subjacentes a tais mudanças estão acontecimentos da década de 70. Na crise do capitalismo e ascensão do neoliberalismo, organismos internacionais como o Banco Mundial se impuseram na definição de políticas educacionais: situaram a educação como estratégia para competitividade e ascensão do país na esfera mundial. De tal maneira, nos anos 90, as políticas para educação no Brasil, sobretudo no que se refere ao nível superior, tiveram uma etapa que se traduziu em novas exigências para a categoria docente. As políticas educacionais foram direcionadas à reforma, com mudanças significativas nos padrões de intervenção do Estado. Mudaram mecanismos e formas de gestão. Foi no período do governo de Fernando Henrique Cardoso.

As políticas públicas seguem diretrizes indicadas pelos organismos internacionais, em especial as educacionais. As mudanças culminam na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (lei 9.394). A lei que marcou a mudança na escolha dos dirigentes das universidades federais, porém, foi a 9.192/95, que alterou o colégio eleitoral em sua composição. Isso permitiu que reitores e diretores fossem reconduzidos aos respectivos cargos passíveis de ser ocupados por professores adjuntos ou titulares. A lei 9.131/95 instituiu o Conselho Nacional de Educação e as avaliações periódicas nas instituições superiores; o que resultou na portaria 249/96 do Ministério da Educação (MEC), a qual regulariza os exames nacionais dos cursos — o Provão. E, para definir os procedimentos de avaliações das instituições de ensino superior, veio o decreto 2.026/96.

A LDBEN indica alteração para o ensino superior: de um lado, a instituição da flexibilização e descentralização das competências; de outro lado, a regulamentação dos órgãos normativos para implementar o sistema nacional de avaliação. O MEC, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), deixa entrever indicativos de políticas para o ensino superior com diversificação do sistema por meio de políticas de expansão; contenção de recursos do governo federal; aferimento da qualidade de ensino por sistema de avaliação; ampliação de crédito com recursos estaduais; e valorização da educação a distância. Embora se proponha a diversificação da origem dos financiamentos, o processo de avaliação e a privatização em processo crescente do ensino superior, os novos formatos de privatização do ensino superior conjugados entre ensino público e privado não são efetivados de maneira concreta.

Um dos eixos estruturantes das políticas da educação se constitui das formas de avaliação, que são vinculadas a outras políticas mais abrangentes, a mudanças econômicas e a perspectivas sociais. Indicam direções ideológicas e de gestão; padronização e determinação de valores para a produção acadêmica direcionada para atividades de ensino. Isso mostra que

o montante de ações voltadas à educação superior pelo MEC vem de uma centralização diretiva da União para tais políticas. Além disso, as avaliações são caracterizadas pela ausência de diálogo do MEC com a comunidade acadêmica e sindical em seus segmentos organizados. Adotam-se *avaliações criteriosais e normativas*. São processos avaliativos que acabam resultando em mudanças na gestão e podem desencadear mudanças na lógica do sistema. Ou seja, “[...] resultam na diversificação e diferenciação da educação superior e, conseqüentemente, provocam impactos na cultura institucional das instituições de ensino superior, especialmente das universidades” (DOURADO, 2002, p. 244).

A forma de estruturação da carreira docente é significativa e, possivelmente, determinante das condições de bem-estar ou mal-estar e contribuinte para os adoecimentos psíquicos. A lei 7.596, de 10 de abril de 1987, trata da carreira do magistério superior. Mas a lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos de magistério federal; sobre a carreira do magistério superior, de que trata a lei 7.596; e sobre o plano de carreira e cargos de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico e sobre o plano de carreiras de magistério do ensino básico federal. A portaria 554, de 20 de dezembro de 2013, regulamenta a forma de melhorar o cargo e o salário, ou seja, de ter progressão de um nível a outro na carreira, e que

[...] levará em consideração o desempenho acadêmico nas seguintes atividades: ensino, que é o que se espera de um docente; A produção intelectual, que é avaliada segundo sistemática da CAPES e CNPq; A produção científica, artística, técnica, cultural, isto em forma de publicações ou formas de expressões usuais que pertençam a academia; a pesquisa; extensão; as de gestão ligadas a coordenação de departamento, ou direção assessorias, chefias e assistências. Representação: participação em órgãos Federais pré-definidos; e outras atividades como: orientação, supervisão, participação em banca examinadora (BRASIL, 1987).

A lei 12.618, de 30 de abril de 2012, instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive membros dos órgãos que menciona; fixou limite máximo para concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autorizou a criação de três entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP-EXE, para servidor do Poder Executivo; FUNPRESP-LEG, para servidor do Legislativo; e FUNPRESP-JUD, para servidor do Judiciário); alterou dispositivos da lei 10.887, de 18 de junho de 2004, que muda a forma de cálculo dos proventos para aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de

qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A orientação normativa n. 9, de 19 de novembro de 2015, estabeleceu orientações quanto à inscrição automática de servidores públicos da administração pública federal direta, suas autarquias e fundações no plano de benefícios EXECPREV, da FUNPRESP-EXE.

A professora Sara Granemann (2015, p. 3), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em entrevista concedida a André Antunes sobre “O destino dos trabalhadores na velhice...”, disse que

A agenda para a previdência já está posta nas medidas provisórias, projetos de leis e propostas de Emenda Constitucionais. Uma síntese [...] seguramente aponta: medidas e exigências mais e mais difíceis para conseguir direito a aposentadoria, por aumento de contribuição e de idade mínima; redução nos valores das aposentadorias e expansão do mercado da previdência privada.

Até aqui, vimos que o docente de universidade pública começa sua vida acadêmica com diferenças importantes em sua carreira. Por exemplo, a obrigatoriedade de se vincular ao FUNPRESP para os ingressantes após 2012 e a forma de calcular sua aposentadoria; também o limite dos vencimentos relacionados com o teto máximo do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Enfim, são questões importantes que escapam ao foco deste estudo. De qualquer maneira, convém dizer que essas diferenças podem contribuir para os conflitos entre pares na categoria docente, em especial na estrutura de funcionamento dos departamentos com acirramento da competitividade e precarização do trabalho. Serão necessárias, portanto, outras formas de trabalho para que os professores melhorem seus rendimentos na aposentadoria. Compreendemos que esse quadro pode ser indutor de autoestima baixa e problemas de saúde entre eles.

Na Universidade Federal de Uberlândia, a resolução 4/2014 do Conselho Diretor regulamenta a avaliação docente no que se refere à progressão, promoção e aceleração da promoção na carreira, na forma de avaliação de desempenho. Para cada atividade realizada, será atribuída certa pontuação, como se lê neste fragmento da resolução 4: “Aula teórica ou prática de disciplina na modalidade presencial ou a distância [...] em cursos de graduação ou pós-graduação *stricto* ou *lato senso* da UFU, aprovado pelo conselho da Unidade. 1 ponto por hora-aula ministrada” (UFU, 2014, p. 10).

De modo avassalador, o neoliberalismo vai adentrando a carreira do professor. É pela produtividade que se dá o reconhecimento e o possível crescimento na carreira. Sem querer apontar demérito na necessidade de algum tipo de procedimento para realizar o

reconhecimento, hoje parece ser a ideologia do neoliberalismo que tem aparecido nesse sistema de avaliação para o crescimento na carreira. Como afirma Dourado (2002, p. 240), ao se referir a recomendações do Banco Mundial para educação Superior contidas em *La enseñanza superior*, o que ocorre é:

- 1 Privatização desse nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais pautadas pela garantia de acesso ao ensino fundamental [...];
- 2 Estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais [...];
- 3 Aplicação de recursos públicos nas instituições privadas;
- 4 Eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia e alimentação);
- 5 Diversificação do ensino superior por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias.

A questão é: por que o Banco Mundial está fazendo recomendações para a educação? Não se trata de uma instituição que sempre visa ao lucro? Uma instituição mercantilista? Estamos ou não estamos nos submetendo a essas orientações? Basta ver o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): não está de acordo com tais recomendações?

O enfoque em leis e normatizações intenciona contextualizar onde se insere o cuidado com a saúde do professor de universidade pública. *Considerando que ele é um servidor público, quais são as políticas destinadas à sua saúde?* Num histórico que começa em 1990, com a lei 8.112, de 11 de dezembro, a saúde do servidor público tem sido tratada segundo o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. O artigo 230 da lei indica que

A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor (PASS/SIASS) ou mediante convênio ou contrato (Saúde Suplementar), ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor (per capita), ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento (Redação dada pela Lei nº 11.302 de 2006) (BRASIL, 2010).

Em 2003, houve a criação da Coordenação Geral de Seguridade Social e Benefícios do Servido (COGSS); e, em 2006, do Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor

Público Federal (SISOSP). Em dezembro de 2007, com a intenção de resolver questões antigas ligadas à segurança e saúde do serviço público federal, o Ministério do Planejamento, atendendo ao governo federal, compromete-se a construir e implantar, de maneira compartilhada, uma política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal. Tal política seria sustentada por um sistema e uma rede de informação sobre saúde do servidor. Funcionaria em unidades e serviços com garantia de recursos financeiros direcionados para ações e projetos. Disso resultou a criação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), que

[...] tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo (BRASIL, 2010, p.1).

Ainda em dezembro de 2007, quando se estabeleceu o compromisso de instituir o SIASS, ficou definido que ele se sustentaria em três eixos que se inter-relacionam para garantir uma política com abordagem biopsicossocial: 1) vigilância e promoção à saúde, 2) assistência à saúde do servidor, 3) perícia em saúde. Em 2009, o decreto 6.833 definiu

Assistência à saúde: [como] ações que visem à prevenção, à detecção precoce e ao tratamento de doenças e, ainda, à reabilitação da saúde do servidor, compreendendo as diversas áreas de atuação relacionadas à atenção à saúde do servidor público civil federal; — *perícia oficial em saúde*: ação médica ou odontológica com o objetivo de avaliar o estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais; e — *promoção, prevenção e acompanhamento da saúde*: ações com o objetivo de intervir no processo de adoecimento do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho (BRASIL, 2010, p.1; grifo nosso).

Em 2009, também se consolidam a política de atenção à saúde e segurança do trabalho, o SIASS e o comitê gestor de atenção à saúde do servidor, por meio do mesmo decreto. Em 2010, efetiva-se o Sistema de Informação Sobre Saúde dos Servidores (SIAPE Saúde) e a portaria normativa 3 de 7 de maio 2010, que estabelece orientações básicas sobre a norma operacional de saúde do servidor, a órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância em ambientes e processos de trabalho, além da promoção à saúde do servidor (BRASIL, 2010).

O art. 3º da norma operacional define “[...] diretrizes gerais para implementação das ações de Vigilância e Promoção à Saúde do Servidor Público Federal [...]” para todos os órgãos e todas as entidades que compõem o SIPEC. Seu artigo 4º descreve o que se entende por cada um dos itens abaixo: acidente em serviço, ambiente de trabalho, condições trabalhistas, equipe multiprofissional, organização do trabalho, prevenção, processo de trabalho, promoção e proteção da saúde, risco, vigilância em saúde do servidor. Acidente de trabalho se refere à

[...] ocorrência, da qual possa resultar ou não, dano físico ou psíquico ao servidor, relacionado, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo e/ou função exercida, podendo causar, ainda, danos materiais e econômicos à organização. Equiparam-se ao *acidente em serviço* os danos decorrentes de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício de suas atribuições, o acidente no percurso da residência para o trabalho e vice-versa e as doenças relacionadas ao trabalho (BRASIL, 2010).

Em 6 de maio de 2010, foi publicada a portaria 1.261, que institui os princípios, as diretrizes e as ações em saúde mental na administração pública federal. Sua função é orientar órgãos e entidades do SIPEC da administração pública federal sobre a saúde mental dos servidores. Mas foi em 13 de janeiro de 2010 que foram conferidos os incisos I e II do artigo 35 decreto 7.063, que, de maneira resumida, referem-se aos “[...] procedimentos em saúde mental a serem adotados pelos órgãos do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC da Administração Pública direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2010).

Trata-se de acordo com as políticas públicas de saúde mental e saúde do trabalhador. Considera-se o que preconizam as políticas nacionais (Ministério da Saúde) e as recomendações de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), respeitando a realidade local e princípios humanitários e éticos. Trouxemos aqui o que rege a saúde do trabalhador público Federal onde se insere o servidor público docente.

A saúde ao servidor na UFU, que é uma unidade SIASS, é definida por opção do próprio servidor através de consulta pública (assembleia) por convênio médico via saúde suplementar. O servidor docente ou técnico administrativo tem a possibilidade de se filiar a um convênio e receber ressarcimento parcial, sendo ele ativo ou inativo, conforme o artigo 230 acima.

A UFU dispõe de estrutura básica de atendimento ao servidor e programa de saúde mental com equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, profissional de educação física e psiquiatra). Em conformidade com o decreto 6.833 — promoção, prevenção e

acompanhamento da saúde —, há ações para intervir no processo de adoecimento do servidor. Mas a busca por essas ações, sobretudo dos professores, ainda é pequena ante as ações possíveis do setor integrado de ações de promoção a saúde do servidor.

Como foi possível verificar, as políticas referentes à educação se projetam como mercantilização crescente do ensino superior. São precursores da precarização do trabalho docente. A saúde tem regras importantes, mas que não atenderiam, em última análise, a esse cuidado com o servidor se a universidade não desenvolvesse ações específicas. Só o subsídio não seria suficiente para os cuidados assistenciais com o adoecimento psíquico do servidor UFU.

3.2 Reestruturação e expansão de universidades federais

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instaurado pelo decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. O objetivo foi garantir que as universidades públicas tivessem condições para ampliar o acesso e a permanência na educação superior; pudessem manter a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promovessem a articulação dos níveis de ensino com integração da graduação, pós-graduação, educação básica, educação profissional e a tecnológica; aproveitassem racionalmente os recursos humanos e infraestruturas das instituições federais de educação superior. O MEC projetou que o REUNI e suas ações criariam possibilidades de implementar políticas públicas para educação superior em prol da redução de desigualdades sociais e, logo, do cumprimento de sua missão institucional de ampliar a oferta de ensino superior e atuar de forma integrada em todos os seguimentos da educação. O programa surge como parte do plano de desenvolvimento da educação, abrangendo aumento de vagas na graduação e na oferta de cursos noturnos e combate à evasão, além de tratar das projeções pedagógicas. Também visa diminuir as desigualdades sociais no país (BRASIL, 2010).

O REUNI projetou metas, das quais destacamos:

[...] a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007 — ano de início do Programa — para o cumprimento das metas (p. 3).

Estas são as metas do REUNI que estão diretamente ligadas às condições de trabalho do docente. São geradoras de aumento do trabalho. O artigo 1º, § 1º se refere a metas de elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e aumento

da relação alunos–professor nas graduações presenciais para chegar a 18. A contar do início do REUNI, tais metas deveriam acontecer no fim de cinco anos (BRASIL, 2010). Ante a meta de atingir 18 alunos por docente (RAP – relação Aluno professor) convém citar o decreto 6.096/2007, cujo artigo 3º diz que “[...] o acréscimo referido no inciso III do art. 1º será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal”. Em outros termos, dobra-se o número de alunos em sala de aula, enquanto o suporte orçamentário fica na ordem de 20%. Como diz o inciso III,

Revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização de cursos dos cursos de graduação e atualização das de metodologias de ensino aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade. E ainda no art. 3º inciso I – preconiza a “construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do programa” (PORTAL DA CÂMARA, 2016).

O governo federal pressiona ao pré-determinar meta de aumento do número de matrículas em quase o dobro, mas o repasse de verbas é limitado. Com isso, pode-se dizer que o desenvolvimento das universidades federais é pretensoso. Mudaram pouco as condições de trabalho dos professores; não melhorou a infraestrutura das instituições de ensino. Eis a avaliação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2013).

Além disso, sabemos e testemunhamos que até hoje na UFU há professores sem sala de trabalho, sem mesa, sem computadores; docentes que ocupam salas com três mesas de trabalho onde caberiam, no máximo, duas — no momento de orientação ou supervisão, precisam controlar o horário com os dois colegas; por muitas vezes dizem levar o trabalho para fazer no próprio computador porque o computador da UFU está com problemas.⁶ Essa foi

Uma forma de o governo federal consolidar a precarização do trabalho docente. A avaliação do Andes é a de que os números do programa refletem essa realidade que os docentes passaram a enfrentar no seu cotidiano (ANDES 2013, p.59).

⁶ Convém citar parte de conversa pessoal com um professor admitido para trabalhar na UFU com a expansão do REUNI. Ele relatou o seguinte: “Chegávamos para a aula, eu e os alunos da disciplina, em sala predeterminada para isso, mas tinha outro professor e outra turma no mesmo horário. Não foi só uma ou duas vezes que isto ocorreu, e o que é pior quase sempre éramos humilhados com frases [como] “Aqui é o curso tal, vocês não têm lugar aqui”. Essa fala é um exemplo de falta de estrutura de que temos conhecimento.

Por mais que o REUNI tenha um “objetivo social”, esses aspectos deixam a impressão de que aponta outro indicativo da transformação cada vez mais severa da educação em mercadoria, quando se fala da inclusão de pessoas que, de outra forma, não teriam acesso à universidade. Em que pesem os ganhos sociais que o programa se propôs a alcançar, cabe aqui relacionar mais um indicativo de precarização do trabalho docente na tentativa de estudar as condições precursoras do adoecimento psíquico do professor universitário, a quem, por enquanto, resta a condição de único protagonista quando se fala em sofrimento por conta desse mercantilismo na educação.

4 O TRABALHO DO DOCENTE DE UNIVERSIDADE PÚBLICA

4.1 Principais características do trabalho docente

É plausível pressupor que, embora o trabalho possa alienar o trabalhador, não se pode esperar que anule sua capacidade de pensar. O trabalhador é potencialmente um sujeito pensante. Podendo não ser mais manipulável nas pressões organizacionais. Pensa em sua relação com o trabalho e, em função de suas interpretações, age sobre seu processo de trabalho, trazendo contribuições para a evolução das relações sociais de trabalho. O vivenciado e as condutas são organizados fundamentalmente pelo sentido que os sujeitos atribuem a suas relações laborais — convém frisar. Trata-se das articulações entre trabalho e subjetividade, como esclarece Dejours (2004, p. 30–1),

Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que transforma. Trabalhar não é somente produzir; é também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar. [...] O trabalho ultrapassa qualquer limite dispensado ao tempo de trabalho; ele mobiliza a personalidade por completo.

A relação do sujeito com o trabalho — diz esse autor — alinha-se no encontro do corpo com o real do mundo e se efetiva na experiência do trabalho. Logo, o fundamental para a subjetividade não estaria relacionado com o mundo visível nem estaria limitado ao tempo físico.

Refletir sobre esses conceitos traz sentido para a análise do trabalho do professor. O trabalho na educação lida com elementos do nível simbólico, com informação e comunicação, com a produção intelectual. Como trabalhador, o docente está sujeito à organização do trabalho. Nas universidades públicas, em especial, as jornadas de trabalho se ajustam às demandas externas (que são cumprir metas por exemplo) que penetram na educação contemporânea e singularizam o fazer do professor universitário em relação ao de outras categorias profissionais.

Um produto de tais demandas foi a mudança na forma de se aposentar. O professor que entrou no serviço público antes de 2013 se aposenta com o salário integral desde que preencha determinadas condições. Mas a lei 12.618, de 30 de abril de 2012, em seu artigo 3º, estabelece que “Aplica-se o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de Previdência da União” (p. 2). Após esse período o docente, como todos os servidores, aposenta-se por uma média salarial dos últimos vencimentos. Outra mudança na carreira foi que, “[...] a partir do início da vigência do regime de previdência complementar [...], serão

automaticamente inscritos no respectivo plano de previdência complementar desde a data de entrada em exercício”.

A destruição da aposentadoria dos servidores públicos federais, trabalhadores, dentre eles o professor universitário, é analisada por Sara Granemann (2015), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela busca demonstrar que a privatização de parte da previdência dos servidores públicos federais seja, talvez, uma das medidas mais importantes de precarização do trabalho docente, desde a Constituição de 1988. Ela vê as mudanças na forma de se aposentar como precarização porque flexibiliza direitos do trabalhador, seguindo a lógica do mercado de capitais. A previdência é instável e insegura; é investimento financeiro de risco. Tem o nome de previdência porque o chamaram assim para não revelar seu verdadeiro projeto. É provável que poucos servidores fizessem opção por algo sem garantia real de benefício quando da época de se aposentar.

Granemann faz um contraponto:

O sistema da previdência pública — a antítese do sistema por capitalização — organiza-se por repartição ou solidariedade, e consiste no compromisso estruturado entre diferentes gerações e distintas categorias de trabalhadores de um dado país. Ocorre quando os trabalhadores em atividade proveem as gerações anteriores de trabalhadores que, por sua vez, também e em outro momento, foram os produtores de toda a riqueza construída no país (p. 67).

Com efeito, com base no que diz a autora, trata-se de outra forma de precarizar, uma forma pior, porque subestima a inteligência do servidor. Para ela, “[...] a previdência privada não pode ser uma alternativa assumida pelos trabalhadores nem em conjunto e muito menos individualmente” (GRANEMANN, 2015, p. 71).

Os laços de solidariedade são as saídas para uma vida com qualidade após uma vida de trabalho. Só a solidariedade vai expressar seu desenvolvimento como seres sociais e humanos. Nela não cabe a capitalização. Por isso convém entender os atributos, as condições e a organização do trabalho docente na universidade.

Melo (2015) afirma a existência de atributos diferentes para a docência mesmo dentro de uma mesma universidade. Podem mudar conforme o crescimento na carreira de professor universitário, em que as possibilidades englobam o nível de professor auxiliar, depois o de assistente, de adjunto, em seguida o de associado, por fim o de titular. Uma das formas de contratação é a de professor substituto, que fica por período determinado em contrato especial de trabalho — portanto, não tem carreira. Além disso é impedido de trabalhar num intervalo de dois anos entre as contratações.

A diferença-chave da categoria profissional docente é a associação do ensino com a pesquisa e a extensão, além de atividades administrativas. Em consequência disso, quando se fala em professor universitário, lecionar e pesquisar são atividades inerentes ao cargo: o docente tem obrigação de apresentar ao aluno os fundamentos e as inovações da área em que leciona, ensinar-lhe não apenas o conhecimento já sedimentado, mas também as possibilidades de ampliá-lo na atualidade. E, para que possa fazê-lo, as pesquisas são essenciais. Soma-se a isso que o docente deve produzir novos conhecimentos e divulgar suas descobertas em revistas científicas indexadas e bem qualificadas, conforme mostra Melo (2015). E a extensão deve valorizar a interação e compromisso social.

Melo mostra que as áreas de atuação — ensino, pesquisa e orientação, extensão e administração — têm base em leis estaduais e federais, porém cada universidade tem seu regimento. No mínimo, o professor deve se envolver com, pelo menos, duas destas áreas: *ensino* — disciplinas de graduação e pós-graduação, presenciais ou à distância; *pesquisa* — investigação científica para produção de conhecimento, organização de congressos, administração de sociedades científicas, assessoria à imprensa, dentre outros; *orientação* — formação de pesquisadores (cientistas): estágios, projetos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado; *extensão* — assessoria e divulgação de conhecimento científico e técnico para público externo à universidade por meio de consultoria, palestras, cursos, exposições, museus, dentre outras ações de extensão; *administração* — cargos de chefia em geral, cargos em órgãos representativos da universidade (câmaras, conselhos, congregações), gerenciamento de projetos, captação de verbas externas, contabilidade, direção de laboratórios, dentre outros.

Na UFU, até a segunda semana letiva, o professor deve entregar seu “Plano de trabalho docente” para o semestre, cujas orientações gerais presumem que as atividades dos docentes são classificadas em: 1) ensino; 2) pesquisa; 3) extensão; 4) administração. O professor deve desenvolver, pelo menos, três dessas atividades; “ensino” e “administração” são obrigatórias.

Dentre várias especificidades listadas sobre as atribuições do professor, consta que a carga horária mínima de horas-aula deve ser de oito por semana; docentes em atuação na pós-graduação devem oferecer, ao menos, uma disciplina ao ano na graduação; docentes em atuação na graduação devem oferecer, pelo menos, uma disciplina obrigatória por semestre. A carga horária de preparação de aulas não pode ser superior ao número de aulas teóricas da disciplina lecionada. A carga horária para atendimento ao aluno deve ser de, no mínimo, duas e no máximo de quatro horas semanais. Para regime de 40 horas semanais e de dedicação

exclusiva, a carga horária diária de trabalho não deve exceder oito horas-aula; e a carga semanal não deve exceder 40 horas-aula (UFU, 2016). *A questão é: será que as relações sociais entre pares e outros níveis hierárquicos contribui ou são solidárias o suficiente para dar condições o necessário no cumprimento desta normatização? Ou para questionar a própria norma?*

Para Dejours (1999), a subjetividade do trabalhador é envolvida por seu trabalho; e o motivo principal considerado por muitos estudos é que o trabalho é central na vida das pessoas. A construção da identidade diz respeito também à relação do sujeito com o real; a identidade vai se constituindo e fortalecendo, quando ocorre também o reconhecimento da identidade no campo do social. Voltamos a Freud (1930), quando mostra que a noção de direção da vida é proporcionada pela atividade do trabalho que dá noção de realidade, além do aspecto de que o trabalho proporciona uma possibilidade de vínculo entre as pessoas. O sujeito procura o reconhecimento de seu fazer (trabalho), não o seu jeito de ser. Então apenas após ocorrer o reconhecimento da qualidade de trabalho é que o trabalhador, em outro momento, dá-se conta de sua identidade.

O processo de trabalho do docente de universidade — o que cada professor faz dia a dia, o trabalho real — pode variar muito entre as instituições; mas o trabalho prescrito é regulamentado; é discriminado na maioria dos editais publicados para seleção desse cargo, como é o caso da UFU, conforme podemos ver abaixo:

DO REGIME JURÍDICO/REGIME DE TRABALHO/ATRIBUIÇÕES DO CARGO 2.1 – O regime jurídico será o da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2.1.1 – O regime de trabalho é de 40 horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva⁷ às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, observado o que dispõe o artigo 21 da Lei 12.772/2012. 2.2 – São atribuições do cargo de professor as atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e gestão institucional, além daquelas previstas em legislação específica, constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pelas Unidades Acadêmicas; ou de atos emanados de órgãos ou autoridades competentes e demais disposições do artigo 173 do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia, e outras obrigações decorrentes da legislação federal ou da legislação interna da Instituição. 2.2.1 – No exercício de suas atribuições o professor incumbir-se-á de: I. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino; II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino; III. Zelar pela aprendizagem dos alunos; IV. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

⁷ A maioria dos editais de concurso para professor de magistério superior pede o regime de 40 horas semanais com dedicação exclusiva; entretanto, há outros regimes como 40 horas semanais e 20 horas semanais.

V. Ministrar, com frequência obrigatória, as aulas que lhe forem designadas pela sua Unidade, nos dias letivos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, da Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino; VI. Colaborar com as atividades de articulação da UFU com a comunidade; VII. Realizar atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além daquelas previstas em legislação específica constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pela Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino (UFU, 2016).

Segundo Melo (2015), a lei que rege as universidades federais traz que o professor universitário é obrigado a dar de oito a doze créditos por semestre. Cada crédito representa mais ou menos 15 horas em sala de aula, o que gera entre 120 e 180 horas por semestre — sem pensar que se gastariam quase 2 horas na preparação de cada hora aula (montagem do conteúdo da aula, elaboração de apresentação em Power Point, material para aulas práticas ou em laboratórios, dentre outras atividades). Acrescentem-se as horas dedicadas a atendimento de alunos, orientação discente (em trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica, em pesquisas com atividade orientada para mestrado e doutorado), além dos cursos que têm prática de estágio profissionalizante (nelas o docente orienta e supervisiona o estágio, como na graduação em Psicologia), correções e devolução de trabalhos e provas. Além disso — convém reiterar —, o professor dedica semanalmente uma carga horária de pelo menos quatro horas para trabalhos administrativos, assim como para pesquisa, devendo, dentre outras atividades, produzir artigos.

Com relação à carga de trabalho e o controle de frequência, o decreto 1.590, de 10 de agosto de 1995, diz, em seu parágrafo sétimo, que “São dispensados do controle de frequência os ocupantes de cargos [...] alínea – e) de professor da carreira de Magistério Superior do Plano único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos”. O docente é dispensado do controle de presença na instituição, mas o trabalho é realizado em casa, em sua hora de lazer e descanso; e isso não é computado nessas 8 horas diárias nem nas 40 semanais.

Aqui cabem as seguintes perguntas: *o professor desempenha mesmo 8 horas diárias de trabalho e, ao fim da semana, 40 horas como preconiza seu plano de trabalho? Ou ele trabalha muito mais não só diariamente, como também nos finais de semana? Trabalho esse que não aparece porque seu plano de trabalho não pode exceder 8 horas diárias e 40 horas semanais.*

Nesse ponto, podemos levantar a hipótese de que esse quadro poderia ser efeito de um manejo perverso, como uma das expressões do mal-estar atual, conforme trabalhado por Birman (2001), porém na educação superior, o que reforçaria para a precarização do trabalho.

E na universidade privada, ocorre o mesmo? Ou o quadro é diferente?

Um dos aspectos especiais que distinguem o trabalho docente na universidade pública e na universidade privada é institucional, como a estabilidade no emprego que o servidor público adquire passado o período probatório. A menos que seja por uma falta ética muito grave ou administrativa, dificilmente ele é exonerado do cargo (não perde o emprego). Diferentemente, o professor de universidade privada lida com a instabilidade no emprego, com a insegurança de perdê-lo a cada semestre.

Apesar de o trabalho docente de universidade privada não ser o foco deste estudo, trataremos algumas características a partir da pesquisa de Elias (2014), *Equilibristas na corda bamba: o trabalho e a saúde docente do ensino superior privado em Uberlândia*. Ao falar do ensino privado no Brasil, a autora marca que em 1891 — após a Constituição que descentralizou o ensino superior (exclusivo do governo federal), delegando-o, também, aos governos estaduais, permitiu-se criar instituições particulares, confessionais ou que se originam na iniciativa privada. Nesse período, o ensino superior contava com “escolas isoladas” e não com “universidades” (p. 28).

Entre 1945 e 1960, houve crescimento do ensino superior por causa do aumento da procura, do crescimento econômico, do processo social e político (nesse período, o Brasil se integrou mais economicamente ao capitalismo ocidental, com impulso à industrialização e ao aumento da miséria e concentração de renda) e, estrategicamente, da ampliação da classe média. O mercado internacional era o modelo de desenvolvimento econômico; a classe média emergente seriam os consumidores.

Existem especificidades com relação ao processo de trabalho dessa categoria nas instituições privadas. O professor é aquele ser versátil, que não recusa disciplinas. Assim, corre menos risco de demissão. Como a instabilidade é constante e a contratação em geral é feita por hora, quanto mais horas o docente aceitar, maior será sua remuneração. Ainda segundo Elias, convém dizer que ficar no cargo supõe mais que competência; parece ser mais importante o comportamento esperado: “[...] cumprimento das normas, bom desempenho, e não ter reclamação de alunos” (p. 19). O professor só recebe atenção quando se pretende responsabilizá-lo pelo sucesso ou fracasso do aluno. Podemos ver como a lógica do mercado se insere na educação: deprecia e a transforma em produto que deve gerar lucro, seguindo a lógica do capital. Assim, “A desqualificação da profissão está inscrita na produção de sentido que não considera o ato de ensinar um trabalho, e sim uma vocação, missão atividade que se faz por amor. E amor não se cobra” (p. 17).

Contudo, a instituição privada pode, e deve receber um grande lucro com o trabalho docente. Soma-se a isso o fato de que a educação tem agora outra função: suprir o “mercado de mão de obra especializada” (p. 20), o que parece não ser diferente com a educação na universidade pública. Nesse contexto de crise, segundo Elias, o capitalismo se articula para que a educação — e o trabalho docente, é claro — cumpra as exigências do mercado. As políticas públicas foram as propulsoras da educação para o mercado, pois o ensino em instituições superiores privadas foi ampliado por incentivo de tais políticas. Ainda para essa autora, enquanto as instituições se organizam para reduzir gastos, sobram para os professores mais sofrimentos com o aumento da carga de trabalho, a redução dos salários, demissões sem motivos justificáveis e perseguições por práticas sindicais. Tais eventos denotam mais uma forma de precarização do trabalho.

Em sua pesquisa, Elias (2014) se refere a fatores de sofrimento no trabalho como: condições laborais precárias; submissão a uma gestão que desqualifica a educação e a transforma em mercadoria, explorando sua força de trabalho e gerando desgaste físico e psíquico; intensificação do trabalho com a sobrecarga; precarização da educação e do trabalho docente como importante indutor de adoecimento psicossomático; representações ideológicas que permeiam a área da educação associando, ao professor e seu trabalho, uma missão de responsabilidade como se fosse o salvador da humanidade. A impossibilidade de identificação com a atividade profissional é gerada pela desvalorização em consequência de uma desilusão profissional. A alienação se faz presente e oculta parte do mal-estar, banalizando-o e submetendo-o a situações às quais discorda, mas contra as quais se sente impedido de lutar. Como recurso defensivo, a alienação idealiza sua atividade, o que gera desgaste. Os docentes gostam de seu trabalho, mas não gostam das condições para realizá-lo.

O mal-estar é velado por um discurso que nega problemas de saúde diretos; porém, desvela diversas queixas sem relação direta com o trabalho: como dores no corpo e na cabeça, problemas estomacais, nervosismo, problemas de memória e concentração, alergias: todos são sinais e sintomas de estresse e adoecimentos psicossomáticos. A alienação pode, também, ser uma forma de continuar empregado, pois, ignorando a forma estratégica de manipulação da instituição e controle de seu trabalho, o docente vai deixando de perceber seu mal-estar. E se tiver a consciência constante de sua exploração e da perda das características ideais de seu trabalho, o sofrimento é maior, pois depende de seu emprego (ELIAS, 2014).

Pode-se ressaltar que esse temor — de perder seu emprego — acaba sendo usado pelos gestores das universidades privadas que pressionam o professor para aceitar a intensificação e degradação das condições e relações do exercício da profissão. A desregulação dos direitos

está na sobrecarga oficializada pela flexibilização. E o contrato de trabalho é fator de precarização econômica, conforme mostra Elias (2014).

A jornada de trabalho invade a vida privada. O tempo de lazer fica cada vez menor. O trabalho aprisiona a própria vida. Ocorre desgaste físico e emocional. Foi observado que cansaço, excesso de atividades e número de horas de trabalho não aparecem como queixas porque são consideradas como naturais no trabalho, segundo a pesquisa de Elias (2015). Descaracterizam a função docente porque atinge o significado do trabalho: o trabalho perde o sentido que tem, e assim o professor perde o controle sobre sua atividade e, em consequência disso, vem a perda da autonomia. Esses são componentes importantes para esclarecer a autoalienação, a acomodação, a situação, como forma de suportar as arbitrariedades e as injustiças sofridas, como ressalta a autora.

Elias (2014) salienta Dejours (2007) ao destacar os efeitos da neutralização da mobilização subjetiva contra o sofrimento, a dominação, a alienação e a estratégia defensiva do silêncio, cegueira e surdez, negando o seu sofrimento e dos outros. Essa atitude produz consequências graves no corpo e na vida dos professores. Sem poder ter livre expressão e se opor aos modelos instituídos, o mal-estar vivido no exercício da atividade não pode ser ressignificado. Tal situação, segundo Elias, “[...] é causadora do sofrimento e este sem descarga, acaba por deslocar para a via corporal, ocasionando gastrites, dores de cabeça e alergias. Outros sintomas presentes e relacionados ao alto nível de estresse são a insônia, ansiedade e nervosismo” (p. 158).

A negação do sofrimento, das condições de trabalho e do adoecimento mostra o uso intenso de estratégias defensivas. O não autorreconhecimento de sinais do adoecimento no corpo fez com que a investigação se tornasse momento de tomada de consciência, vivências e constatações de adoecimento associado ao trabalho. Nesse processo, acabaram percebendo um alto nível de adoecimento do qual não se davam conta. A preservação da atividade laboral é uma tentativa de manter algum tipo de prazer no trabalho.

Como recursos saudáveis, estão a relação com os pares, a resposta e sensibilização dos alunos e, acima de tudo, a crença em valores educacionais que se sustentam nos ideais educacionais. É a busca de sentido no trabalho educacional. A ideologia do docente que cumpre sua missão e é reconhecido pelos seus pares e seus alunos — ser aquele professor que faz a diferença e realiza sua atividade — é fonte de gratificação e parece sustentar o profissional na docência. Também gera intensificação das atividades e aumenta a autoexigência. Somam-se a isso a desmobilização do uso do sindicato na defesa de seus

direitos e o desmantelamento dos movimentos sindicais, com perda de credibilidade e representatividade em meio aos docentes.

Esgotamento profissional vem acompanhado de sentimentos de vigilância e punição em consequência da gestão de controle adotada pela instituição privada. Elias pôde constatar que o ideal educacional parece se direcionar para princípios ligados às relações de mercado — tendência à competitividade. A autonomia do professor é permeada pela relação de mercado, pela falta de reconhecimento. O reconhecimento é fundamental na produção da ressignificação de seu trabalho. Se ele não ocorre, o sentimento é de frustração, de desânimo pela não valorização.

Como vemos — também como indicativo da precarização do trabalho docente —, a solidariedade, a cooperação e os relacionamentos interpessoais com harmonia parecem não existir entre professores das universidades privadas pesquisadas.

4.2 Docência e saúde

Para Dejours (1986), saúde é algo inerente às pessoas, e não se pode responsabilizar apenas a componentes externos, portanto temos o que nos é inerente, as nossas particularidades. A saúde é algo a ser atingido, um objetivo. Não é algo estático. Está sempre em movimento. Não se trata de um bem-estar, mas de um objetivo que sempre estamos tentando alcançar. A saúde muda o tempo todo. Com efeito, o autor defende que a saúde não é definitiva, e por isso deve ser uma meta a ser atingida sempre. Ele faz quatro observações importantes:

1º A saúde não vem do exterior; 2º É uma coisa que se ganha, que se enfrenta e que se depende. É algo onde o papel de cada pessoa é fundamental. [...] 3º A saúde não é um estado de estabilidade, [...] a saúde é alguma coisa que muda o tempo todo. 4º A saúde é antes de tudo uma sucessão de compromissos com a realidade [...]. Com a realidade do *ambiente material*: [...] a realidade física, química e biológica. A realidade *afetiva, relacional, familiar*, e toda a vida mental, psíquica e as relações. E com a *realidade social*. Nessa realidade destacamos um lugar particularmente privilegiado à organização do trabalho (DEJOURS, 1986, p. 6; grifo nosso).

Então, podemos dizer que a forma como a saúde é compreendida depende de nossas vivências, da cultura em meio à qual fomos criados, dos relacionamentos que estabelecemos. O nosso modo de ser é construído com base na subjetividade. De fato, Hashizume (2010, p. 75) diz que é necessário que “[...] o significado de doença seja compreendido a partir das experiências subjetivas”. Para a Psicodinâmica do Trabalho, a subjetividade depende da

relação com os pares na tentativa de um reconhecimento de sua identidade, originalidade e pertencimento a um coletivo, à comunidade de ofício. A intersubjetividade está embasada no modelo de homem inserido em seu contexto de trabalho, na relação com seus pares, na expectativa de reconhecimento de seu trabalho e no pertencimento a seu grupo social.

Se o trabalhador (o docente), ante a organização do trabalho, não “[...] limita sua atividade a apenas executar a tarefa, mas cria e reformula, usando de uma infinidade de possibilidades criativas, assumindo o papel de ator, sujeito capaz de pensar, e produzindo uma experiência própria” (p. 84), então pode deixar aparecer sua inteligência, seus recursos e sua personalidade. O trabalhador não espera ser considerado uma simples pessoa que executa e obedece nem que “[...] suas iniciativas e vontades [...] sejam frustradas” (p. 85). Ele espera retribuição, que é algo de natureza simbólica: seu reconhecimento. Este pode não só beneficiar o trabalhador, como também contribuir para a construção de sua saúde psíquica. Quando lhe é negado ou retirado, não só pode provocar desestabilização da identidade. Essa relação com o trabalho pode determinar não só o melhor, mas também o pior: a crise de identidade e a descompensação psicopatológica (DEJOURS, 2004). Como dissemos, quando o sofrimento não encontra seu sentido, o trabalhador não consegue ressignificá-lo, ele se torna patogênico, transforma-se em adoecimento (DEJOURS, 1994).

Ao indicar uma resistência à precarização do trabalho, o sofrimento pode funcionar como um mobilizador contra a patologia e a favor da saúde. A busca pelo prazer e pela ressignificação do sofrimento é o caminho para a busca da estabilidade sociopsíquica; e dentre os recursos individuais e coletivos mobilizáveis nesta busca uma ação alimenta o prazer por via direta e indireta: a mobilização da inteligência prática, do espaço público da fala e da cooperação.

O sofrimento é sentido pelo indivíduo de maneira solitária e individualizada. Mas, para lidar com ele e se manter saudável, é necessário que cada pessoa possa contar com o coletivo de suas relações sociais no trabalho. O docente pode manter sua saúde na sintonia com aspectos da profissão, tais como sua valorização, salário compatível, possibilidade de crescimento profissional e realização pessoal, reconhecimento, autonomia e relacionamentos interpessoais harmônicos, dentre outros. A docência é uma atividade que trabalha com conteúdo cognitivo, por isso se diferencia de outras formas de trabalho; o conhecimento lhe dá uma forma de poder. O que é também contraditório porque é um instrumento de produção de valor, embora sua valorização não acompanhe os esforços e investimentos do professor para manter sua carreira. Isso interfere no modo e na qualidade de sua vida e saúde.

Muitos são os sentimentos que envolvem o ser humano e a docência. Timm, Mosquera e Stobaus (2010) falam do sentimento de desconforto (mal-estar) que toma conta dessa categoria e do processo de subjetivação, afetado por esse sentimento. O ser humano só se realiza se puder passar pelo processo de simbolização, subjetivação das pulsões e dar lugar a suas emoções quando encontra respostas às angústias vividas. O bem-estar físico e psicológico depende, também, das relações que o sujeito mantém em seu ambiente de trabalho, o que provém das exigências laborais e seu cumprimento (DEJOURS, 1992).

Ao se reportar à psicanálise e aos processos psíquicos, Dejours propõe uma compreensão da relação entre trabalho e saúde psíquica, dizendo que está na história primária dos indivíduos a razão central do modo de expressão do sofrimento psíquico. Nesse caso, o trabalho define o momento e a expressão do sofrimento, mas não sua forma. Isso porque o sofrimento é resultado da estrutura psíquica característica de cada indivíduo. Dependendo das condições e de como é realizado, o trabalho determina modos específicos de sofrimento psíquico. Em outros termos, mais que definir o momento da emergência desse sofrimento, como defende Dejours, o trabalho definiria seu conteúdo e sua forma.

Assim, parte-se do estudo de categorias profissionais para diagnosticar a organização do trabalho em que os trabalhadores estão inseridos e a saúde mental da categoria em questão. Feito isso, o passo seguinte será identificar aspectos do trabalho relacionáveis com o perfil de sofrimento apresentado por essa categoria de trabalhadores (DEJOURS, 1992).

4.3 O processo saúde–doença do professor universitário e o sofrimento patogênico

O processo saúde–doença se instaura na forma como o homem estabelece sua relação com a natureza e, assim, com o trabalho, o que parece também determinar o adoecer. Tal processo está ligado a vários determinantes, por isso não pode ser associado somente ao individual biológico de cada pessoa. Porém, como mostram Laurell e Noriega (1989), é importante reconhecer seu caráter social. O processo de trabalho por meio do qual o homem utiliza sua energia — a força — para transformar, manter ou produzir bens necessários à sua sobrevivência resulta, também, no processo saúde–doença, em seu caráter social.

A saúde do trabalhador na relação, com o processo de trabalho, pode sofrer de desgastes, sobretudo no modo da produção capitalista. As pressões da organização do trabalho podem gerar sofrimento. Se as condições não forem adequadas, esse sofrimento pode se transformar em sofrimento patogênico, em adoecimento psíquico. O sofrimento patogênico — convém lembrar — tem origem nas pressões da organização trabalhista pelo que é prescrito

do trabalho. Ele pode aparecer quando as perspectivas de liberdade de mudança na organização do trabalho já não existem; quando só o medo e as pressões existem na organização do trabalho; quando recursos defensivos já tenham sido utilizados. Assim, o aparelho psíquico e o equilíbrio mental do sujeito ficam comprometidos, levando-o a uma descompensação ou doença (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994).

Silva (2015, p. 10), pesquisador da Universidade Federal de São Carlos, em seu estudo sobre adoecimento e sofrimento docente, diz que os dados encontrados são “[...] indicativos de aspectos patogênicos do trabalho e da construção social e institucional do adoecimento”. Aos processos de adoecimento de cunho depressivo, de distúrbio de humor e afetivos se misturam os distúrbios comportamentais derivados de doenças osteomusculares e somatoformes, com a prevalência dos de natureza crônica.

Baião e Cunha (2013) relacionam o adoecimento com as condições ou o estilo de vida. Em especial para a categoria docente, o ambiente de trabalho e os fatores psicossociais têm sido analisados como causas maiores e relacionadas com sobrecarga de trabalho, clima organizacional, gênero, sedentarismo, alta exigência física e/ou psíquica e exposição a riscos à segurança pessoal. Campos (2011, p. 95) diz que “[...] a doença é uma manifestação da natureza humana que está inserida em um contexto social, político e econômico, recebendo influências, mas também interagindo com estes fatores”. Ele cita doenças que mais acometem os professores e podem se associar não só ao exercício da docência, mas também às condições do ambiente do trabalho, da organização do trabalho, das relações interpessoais. Destacam-se disfonias (alterações na voz), varizes e lombalgias (dores na coluna lombar). Das condições e organização do trabalho docente, ele cita o adoecimento mental (psíquico), a depressão e a síndrome de Burnout.

Lemos (2014), que pesquisou a Universidade Federal da Bahia, diz que as doenças crônicas que mais se proliferam são cardiocirculatórias, gastrocônicas, psicossomáticas, cancerígenas e muscoesqueléticas (LER), além de doenças psicoafetivas e neurológicas ligadas ao estresse e dos desgastes mentais e físico-patológicos. Ela cita Wernick (2000), que relaciona o cansaço mental em 44,6% de seu estudo, dor nas pernas em 36,1%, rinite em 28,1%, rouquidão em 25,9% e esquecimento em 25% e as doenças mais frequentes registradas são varizes nas pernas e hipertensão arterial, os distúrbios psíquicos menores⁸

⁸ Entende-se por distúrbios psíquicos menores (DPM) sintomas: como tristeza, ansiedade, fadiga, irritabilidade, insônia e déficit de memória e de concentração. Alguns estudos mostram associação entre os DPM e fatores psicossociais do trabalho são comuns e de difícil caracterização. Não estão classificados no CID10. (TAVARES et al., 2011).

cujos sintomas são tensão, cansaço, tristeza, alteração no sono, diminuição da energia, fadiga, déficit de memória e concentração, sintomas somáticos.

Outro aspecto é abordado por Seligmann-Silva (2015) quando se refere a transtornos mentais decorrentes de situações de trabalho. A autora mostra que faltam no Brasil estudos epidemiológicos sobre a psicopatologia da violência em situações de trabalho e que normalmente crescem em períodos de precarização social e do trabalho. Os transtornos psíquicos principais resultantes da violência laboral são: depressões de categorias diferentes no CID-10; síndromes com aspectos paranóicos; transtornos de estresse pós-traumático; esgotamento profissional (Burnout); dependências de bebida alcoólica e outras drogas; desdobramento da evolução clínica. Tudo pode assumir características de psicose, em especial em casos de transtornos psíquicos relacionados com a precarização do trabalho.

Neste ponto, podemos dizer que o quadro do trabalho do docente de universidade pública aponta na direção da precarização do trabalho; quando o trabalho é inseguro, inconsistente, instável, flexível e insatisfatório e o docente não consegue dar um destino saudável a suas pulsões, não consegue sublimar nem ressignificar seu trabalho, esta situação pode levar ao sofrimento patogênico do professor e, assim, pode ocorrer o adoecimento psíquico.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DO MATERIAL OBTIDO

Este capítulo apresenta resultados e discussões do material selecionado para estudo, que, como dissemos na “Introdução”, será analisado à luz da abordagem de análise de conteúdo na modalidade temática (BARDIN, 2009). Essa análise é realizada em três etapas para definirmos as categorias temáticas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados/inferência/interpretação. Na primeira etapa, foi realizada uma leitura compreensiva e detalhada do material. Essa leitura objetivou buscar uma visão de conjunto, porém recortando as particularidades selecionadas, o que permitiu levantar a seguinte hipótese para analisar o conteúdo, tendo em vista os conceitos teóricos indicados, e determinar as categorias temáticas: *As condições e a organização do trabalho do professor de universidade pública poderiam levar ao sofrimento patológico, ao adoecimento psíquico.*

Foi possível identificar cinco categorias temáticas: 1) condições e organização do trabalho; 2) causas de sofrimento e desprazer; 3) defesas detectadas 4) sintomas e adoecimentos; 5) causas de prazer e realização.

Uma primeira exploração dos dados da pesquisa foi realizada na segunda etapa, que consistiu em dividir os trechos do material segundo as categorias temáticas na primeira etapa. Com isso, procuramos realizar uma leitura dialogada com o referencial teórico de análise para cada uma, de modo que pudéssemos nomear núcleos de sentido a serem analisados com relação à hipótese para buscar temáticas mais amplas no contexto dos núcleos de sentido, elaborando redação por temas. Desse modo, as categorias foram remetidas à teoria de Dejours, por meio de trabalho comparativo entre textos desse autor relativos ao objeto recortado para investigação. Esse repertório conceitual foi colocado em interlocução com comentadores do tema do sofrimento do professor universitário, assim como aos aspectos teóricos do campo da saúde do trabalhador.

Na terceira e última etapa, relativa ao tratamento dos resultados, os temas redigidos foram remetidos aos objetivos da pesquisa e a hipótese, por meio de análise interpretativa. Para isso, foram criados quadros e tabelas com os registros principais de cada pesquisa investigada (com o que tal pesquisa contribuiu para tal categoria) e com suas referências às categorias temáticas. As orientações legais ajudaram na discussão e análise dos resultados no diálogo com os textos de Dejours a fim de compreender o processo saúde–doença do docente de universidade pública, sobretudo no contexto da UFU. Espera-se que tal compreensão subsidie o setor de ações de promoção à saúde da UFU com conhecimentos sistemáticos que possam ser úteis para planejar ações voltadas à saúde do trabalhador docente da UFU.

Vejamos agora as principais características do ambiente, das condições de trabalho e da organização do trabalho dos professores de universidade pública que recortamos do material selecionado para investigação.

5.1 Condições e organização do trabalho docente

Tendo em vista que um objetivo específico deste estudo foi investigar as condições de trabalho e os aspectos do processo de trabalho que podem gerar sofrimento no docente, consultamos a legislação e o que ela traz sobre condições e organização do trabalho; como vimos, a norma operacional da saúde do servidor preconiza que:

II – *Ambiente de trabalho* é o conjunto de bens, instrumentos e meios de natureza material e imaterial, no qual o servidor exerce suas atividades laborais. Representa o complexo de fatores que estão presentes no local de trabalho e interagem com o servidor. III – *Condições de trabalho* são as características do ambiente e da *organização do trabalho*. Trata-se de uma mediação física-estrutural entre o homem e o trabalho que pode afetar o servidor, causando sofrimento, desgaste e doenças. [...] V – *Organização do trabalho* é o modo como o trabalho é estruturado e gerenciado desde sua concepção até a sua finalização (BRASIL, 2010, p.3).

Lima e Lima-Filho (2009, p. 2,) fazem referências a várias pesquisas sobre organização e condições de trabalho. Entendem que são fatores ambientais — ruído, temperatura, vibração, iluminação, poluição — e exigências físicas e mentais. As condições de trabalho podem gerar atividades repetitivas, fragmentadas, monótonas e estressoras, além de sobrecarga e falta de autonomia. Para os autores, havia carência estudo, no período da pesquisa deles, sobre condições de trabalho e saúde docente em universidades; e mesmo que, a partir dos anos 1960, tenham sido submetidos à organização de processos de trabalho semelhantes aos trabalhadores de fábrica, ambiente cujos riscos à saúde são mais evidentes. Talvez por isso seja objeto de mais estudos.

Como os movimentos de globalização e neoliberalismo guiaram a definição de políticas educativas pelos determinantes da economia de mercado, também a docência parece ter se tornado tema de estudos variados; talvez porque tenham ocorrido mudanças nos processos de trabalho e gestão superior, o que interfere nas condições de trabalho, no status social do professor e no valor que a sociedade dá a educação (LIMA; LIMA-FILHO, 2009). Na maioria dos países, as políticas de educação superior tendem a conduzir as universidades a uma posição em que deixam de ser instituição social para ser organização social neoprofissional, dependente de normas e condutas externas, operacional, alinhada no sistema

empresarial competitivo. Nessa lógica, o aluno passa a ser visto como produto, enquanto as instituições de ensino passam a ser consideradas como produtoras de força de trabalho. Não por acaso foi criada, em 1999, a Rede de Estudos sobre o Trabalho Docente, a fim de promover o intercâmbio de pesquisadores da América Latina que estudam a docência como profissão e têm falado na premência de interferências nas condições de trabalho dos professores. (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

A falta de recursos humanos e materiais, a violência em sala de aula, o esgotamento físico, o aumento do ritmo e da intensidade do trabalho são condições de trabalho que podem gerar sobrecarga física e mental. A insuficiência de apoio administrativo, sobretudo no cuidado com recursos financeiros de projetos de pesquisa, como a compra de material e a manutenção de equipamentos e de atividades laboratoriais, obriga o docente a dedicar grande parte de seu tempo a atividades profissionais administrativas que o retiram das atividades profissionais de educação. O número de horas gastas para preparar aulas, atender alunos, corrigir trabalhos e avaliação, preencher diários, lançar notas e frequência em sistema informatizado parecem passar ao largo das pesquisas; talvez porque sejam atividades realizadas em geral no fim de semana, em períodos de folga ou durante as férias. A essas atividades se acrescem a produção intelectual com projetos de pesquisa, artigos, relatórios e atualização via leitura. Com isso, o trabalho tende a se estender ao lar, ao mundo pessoal do professor (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Tais aspectos — convém frisar — aludem a Antunes (2015) quando diz que os questionamentos à centralidade do trabalho, em grande parte, “[...] cometem um forte equívoco analítico, pois consideram de maneira única um fenômeno que tem dupla dimensão [...]: como execução de um trabalho que é parte da vida cotidiana e como atividade de trabalho como uma objetivação genérica” (p. 100). O que se realiza em horários de descanso e lazer — cabe reforçar — não é considerado como horas de trabalho. (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Em suas investigações os autores acima consideraram que o ambiente de trabalho do docente tem fatores de risco com potencialidade para danos físicos e mentais: 56% de seus entrevistados dizem que a cadeira é inadequada para uma boa postura; para 48,1%, a mesa é inadequada; 97,8% não fazem uso de microfone; 68% não tomam água durante as aulas. Professores se queixam da falta de equipamentos como *Datashow* e projetor de imagens. Muitos usam equipamento pessoal. Equipamentos insuficientes motivam brigas entre os docentes. Ainda se queixam das condições das edificações: da pintura, da iluminação, do teto caindo, da sujeira, dos móveis velhos, do extintor de incêndio sem revisão. Isso sugere que a

instituição não se preocupa com a melhoria nos prédios, e isso influencia a qualidade de trabalho e a forma em que se dá o relacionamento de todos.

Os equipamentos e mobiliários são distribuídos de maneira diversificada: alguns departamentos têm muitos, outros têm poucos. O motivo são os financiamentos de projetos: aqueles departamentos em que o mercado tem maior interesse — em assessorias e projetos — conseguem laboratórios com mais equipamentos; portanto, condições físicas mais apropriadas para seus trabalhos. Outra condição — cabe reiterar — é que alguns professores usam recursos próprios para o que acham que é muito necessário a suas atividades. Ao se instalar esse sistema competitivo e sem muitas opções, acabam por aceitar as condições e desenvolver o trabalho que é possível. Nesse momento, aproximam-se do trabalhador fabril, alienado; ou seja, da venda da força de trabalho, da produção serial, das jornadas intermináveis. (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Em pesquisa sobre as vivências de prazer e sofrimento no exercício da docência, realizada no contexto de uma IFES, Fleury e Macedo (2013) encontraram os seguintes aspectos sobre a organização e as condições de trabalho: individualismo, falta de integração entre os colegas e de recursos materiais e financeiros, sala de aula numerosa, estrutura física inadequada (laboratórios), falta de apoio humano (técnico administrativo), conflitos pessoais, mudança no perfil do aluno. Como podemos observar, os dados são semelhantes aos encontrados por Lima e Lima-Filho (2009).

A seu turno, Borsoi (2012) enfocou a intensificação do trabalho em universidades federais. Em sua pesquisa sobre a Universidade Federal do Espírito Santo, realizada em 2012, diz que os professores têm críticas à sobrecarga de atividades e à competição, que tende a gerar tensão entre os colegas. Os dados apontam que mais ou menos dois terços dos docentes qualificam suas condições de trabalho como “[...] precárias, péssimas, insatisfatórias, ruins”, é uma situação geradora de “desestímulo, insatisfação, desânimo, frustração” (p. 8).

A autora se reporta à pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2009). Eles trataram do crescimento de sete universidades federais do Sudeste de 1995 a 2005, dentre as quais a do Espírito Santo, cuja oferta de graduação passou de 42 cursos para 47 (11,9% de aumento) e de pós-graduação passou de 9 mestrados para 19 (111,1%) e de 1 doutorado para 5 doutorados (400% de aumento); enquanto o corpo docente aumentou em 33% (passou de 896 para 1.190 professores). Segundo Borsoi (2012, p. 2), esses dados “[...] apontam um aspecto importante que envolve as universidades federais de um modo geral que houve elevação significativa (às vezes brutal) na demanda do trabalho e um acréscimo insignificante no corpo docente

efetivo”. O impacto se torna ainda mais expressivo naqueles que assumem a pós-graduação, pois são obrigados a manter produção científica elevada.

A sociedade da urgência acelera o desempenho, as leituras, as pesquisas e os cursos, que estão cada vez mais condensados para uma formação em menor tempo. Em “Produtivismo acadêmico e adoecimento docente: duas faces da mesma moeda” (2015, p. 73–4), Janete Leite, da UFRJ, defende a hipótese de que:

As transformações no mundo do trabalho, quando transportadas para a o sistema de educação, ao mesmo tempo em que submetem este sistema aos interesses do capital, engendram, no seu traçado universitário, um fazer profissional cujas características mais marcantes são o produtivismo, a competitividade exacerbada, a gestão por metas e a precarização do trabalho docente que provocam a “despersonalização” nesses indivíduos, acarretando um total estranhamento quanto ao seu fazer profissional. O resultado mais visível [...] a “implosão” do docente, advinda das pressões — diretas ou não — a que estão submetidos cotidianamente para cumprir as exigências (sempre majoradas) resultantes da nova configuração profissional: produzir, produzir, produzir.

Soma-se a isso o fato de que quem ainda atua no ambiente virtual enfrenta a falta de autonomia com relação ao planejamento dos conteúdos e das atividades, além de ter de dedicar muitas horas de trabalho ao computador, conforme mostra Freitas (2007). Sua pesquisa apontou novas atribuições da profissão docente.

Por exemplo, ensinar como mediação, nas situações de aprendizagem em que os alunos interagem com o conhecimento, mas sem recebê-lo pronto (desde a antiguidade, o ensino era do tipo educação bancária, em que o professor ensina e o aluno fica sentado no banco ouvindo); desenvolver práticas interdisciplinares — essa prática se impõe na educação no momento mesmo em que a complexidade do trabalho e o mercado laboral demandam um trabalhador polivalente; como dito por Antunes (2015). E ainda trabalhar de modo a desenvolver a autonomia do educando, ensinar a aprender a aprender; ensinar a pensar criticamente, a desenvolver análises, sínteses, a criatividade, o trabalho em grupo, a resolução de problemas; utilizar as tecnologias da comunicação e da informação em sala de aula; saber vincular o ensino ao contexto do discente; buscar formação continuamente; integrar no exercício do ensino a dimensão afetiva como função central do processo educativo; desenvolver valores éticos em relação à vida, a si mesmo, às relações humanas, ao ambiente.

Todas essas atribuições modificam as condições de trabalho do docente porque se acrescentam às suas atividades mais tradicionais, tais como preparar aulas e lecioná-las durante um período letivo que supõe avaliar a aprendizagem (FREITAS, 2013).

A pesquisa de Hashizume (2010) delineou um “Cenário individualista”, “[...] e políticas que defendem a separação entre concepção e execução, standardização de tarefas e intensificação das exigências em relação à atividade laboral com sobrecarga permanente” (p. 118). Aí se inclui o encurtamento de prazos, o que torna tensa a relação entre professor e pós-graduando, por exemplo. A avaliação por mérito individual com cobrança individualizada por produtividade acadêmica tende a instaurar a competição e o individualismo aliados à visão ideológica de modernidade do indivíduo preocupado. Delineia-se a visão de trabalho docente como atividade produtiva segundo padrões quantificáveis, segundo metas. Estabelece-se o controle do fazer do professor. Numa analogia com o trabalhador produtivo industrial, o docente é produtor de mercadorias: “força de trabalho competente” e “tecnologia e conhecimento científico”, como diz Hashizume (2010, p. 118).

A seu turno, Vilela, Garcia e Vieira (2013) apontam as seguintes condições de trabalho: tempo insuficiente para realizar um trabalho decente; dificuldades dos alunos; aumento da carga horária e da atividade burocrático-administrativo, que tira o tempo da atividade de ensinar e acaba se transformando em fadiga; descrença no ensino como fator de modificações básicas das aprendizagens discentes e mudanças no conhecimento e nas inovações sociais como desafios que provocam ansiedade e sentimento de inutilidade. Além disso, o mau funcionamento dos elevadores, a limpeza inadequada de sala de aula, a falta de espaço físico, para pesquisa e a falta de pessoal de apoio como coordenação, secretaria e cantina no período noturno por conta de motivo corte de pessoal.

As condições salariais dos docentes mantêm relação estreita com o processo de intensificação do trabalho e o acúmulo e a diversificação de funções. O professor se limita a repassar conhecimentos elementares. Muitos têm se submetido a jornadas de trabalho extensas, que incluem lecionar em mais de uma instituição para alcançar ter uma condição de vida minimamente decente (KUENZER; CALDAS, 2009 apud VILELA; GARCIA; VIEIRA, 2013, p. 11–2).

A organização do trabalho docente tem outras demandas que tornam desgastante a rotina de ensinar. Exemplo disso está na intensificação da atividade, com a participação em reuniões de grupos de pesquisa, reuniões técnico-administrativas, de representação em órgãos colegiados, reuniões de departamentos e com a direção das faculdades, além de orientação e participação em bancas de monografias e trabalhos de conclusão de curso.

Outra problemática foi encontrada por Silva (2015, p. 2): uma “[...] universidade marcada por relações competitivas e frágeis possibilidades de laços solidários e de reconhecimento e/do trabalho [...] e impedimentos à concretização de suas expectativas e

ideais éticos e políticos”. Isso seria um entrave à possibilidade de contribuir para o processo de transformação social, a expansão da universitária sob a orientação de uma sociabilidade produtiva e da razão instrumental. As condições de trabalho se caracterizam pela precarização e intensificação da docência e por modelos de gestão gerencialista que induzem à busca por metas e resultados, que tendem ao desvio da função social transformadora.

Sobre os modelos de gestão gerencialista, podemos pensar que o discurso da gestão penetrou no campo da educação, da instituição pública de ensino superior, em especial. A questão da ideologia gerencialista, como marca Gaulejac (2007, p. 31), refere-se “[...] ao gerenciamento como tecnologia de poder, entre o capital e o trabalho [...]. A gestão como ideologia que legitima uma abordagem instrumental, utilitarista e contábil das relações entre o homem e a sociedade”. Ao analisar o gerenciamento e a gestão, este pesquisador demonstra como “[...] certa concepção de gestão se tornou a ideologia dominante de nosso tempo” (p. 37), que, combinada com práticas gerencialistas, constitui um poder característico da sociedade contemporânea. O sentido do trabalho é colocado em suspenso e o indivíduo é abandonado. A gestão gerencialista “[...] induz relações sociais regidas por um princípio de competição generalizada, segundo a qual cada indivíduo deve batalhar para ter uma existência social” (p. 147). A economia gerencialista é alimentada pelo “princípio da obsolescência”: ela destrói constantemente o que produz pelo imperativo de produzir outra coisa.

Com relação à lógica gerencialista, Janete Leite (2015) mostra que sua inserção começou na educação no governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo induzida pelo Fundo Monetário Internacional, mas se manteve nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

O funcionamento empresarial, que demanda um fazer profissional centralizado no cumprimento de metas e nos resultados que são instituídos externamente, afronta a autonomia das universidades. Esta nova condição é a principal responsável pela instalação de um clima de competitividade entre pares, tão ao gosto da ideologia neoliberal (p. 75).

A autora entende que intensificação e precarização do trabalho docente foram consequência das micropolíticas que geraram a reforma universitária e marcam o ambiente de trabalho:

Por competitividade e pressões pelo desempenho quase que unicamente quantitativo, e pelo cumprimento de metas (gerencial). Isto, aliada à compressão salarial e à ampliação das exigências de produção e produtividade no campo da pesquisa e pós-graduação (prazos, bolsas, editais, participação em eventos científicos, etc.), propiciam a ocorrência de agravos à saúde dos professores (LEITE, 2015, p. 75).

As mudanças geradas pelo produtivismo e neoliberalismo na educação impactaram na organização do trabalho docente. São reduzidas as possibilidades de o sujeito ético-político atuar conforme o ideal de transformação social. “[...] o trabalho deixa um amargo na boca, sobrepõe o tempo de viver e o tempo de morrer, espécie de adormecimento intelectual, no limite, engendra o sofrimento como redução do indivíduo ao zero afetivo” — argumenta Silva (2015, p. 4). Esse autor mostra que, sobreposto e intensificado, o trabalho docente fruto da expansão universitária desordenada sem infraestrutura e recursos humanos compatíveis com o crescimento oferece poucas condições para fazer pesquisas; ou então, quando realizadas, são insuficientes, lacunares demais. Haveria um contexto adverso caracterizado por cobranças e metas intensas, que leva a um afastamento da função social, que é ensinar, é a extensão e a pesquisa; assim, leva à assunção de uma identidade quase mercantil, forjada por avaliações heterônomas, modelos de gestão, indutores de sociabilidade produtiva, competitividade e rivalidade.

Motivando doenças físicas e/ou psíquicas, segundo Santos e Barros (2015) — citando Nóvoa (1996), Fullan (2002), Nascimento e Oliveira (2011) —, o desgaste físico e emocional poderia derivar das atitudes dos alunos em sala de aula; de salários inferiores, incompatíveis com o trabalho realizado pelo professor, de dificuldades metodológicas em relação ao ensino e as formas de avaliação; organização verticalizada e falta de apoio psicológico.

Com base em levantamento de dados do REUNI, Mariz e Nunes (2013) mostram como as condições e a organização do trabalho foram alteradas. No primeiro ano (relatório de outubro de 2009), “[...] foram criadas 13 universidades federais e 100 *campi*, até o fim de 2008; o número de universidades chegaram a 58” (p. 59). Além disso, “Em 2007, eram 132.451 vagas para as universidades federais; em 2008, foram para 147.277; ou seja, 14.826 novas vagas. Em 2008 foram nomeados 1.560 novos docentes (p. 59)”. O programa propõe ampliar o número de estudantes e de vagas, que em “[...] 2008 era de 17,8; ampliar a oferta de cursos de graduação; elevar em 90% a taxa de conclusão média dos formandos nas graduações, além de rever e flexibilizar projetos pedagógicos” (MARIZ; NUNES, 2013, p. 59). Como veremos os dados dizem que a proposta foi alterada principalmente pela redução de verbas.

Santos et al. (2016) relatam que, devido a cortes de orçamentos tendo em vista a redução de verbas para as universidades, as soluções encontradas são as (sub)contratações temporárias de professores, que passam a ser remunerados, muitas vezes, por horas-aula ministradas. Isso cria dificuldades e limitações para os docentes e para a dinâmica da instituição, pois intensifica o regime de trabalho. Os cortes afetam o custeio de atividades essenciais, inclusive serviços como o fornecimento de água, luz e telefone. Há reduções do

quadro de funcionários, deterioração nas instalações físicas, manutenção de equipamentos e falta de insumos.

O exercício da docência passa, então, a incluir atividades que ultrapassam as funções normativas convencionais do professor. “As consequências podem ser observadas nas condições de trabalho e saúde desfavoráveis, gerando sobrecarga para o quadro docente” (LEMOS, 2011 apud SANTOS et al. 2016, p. 167). “Agora, ele é responsável não só pela sala de aula e por pesquisas, mas também pela redação e pelo preenchimento de relatórios e formulários, por pareceres e pela captação de recursos”. Para viabilizar a atividade que realiza e proporcionar condições estruturais para o ambiente de trabalho em que se encontra, ele passa a ser responsável por prover suas condições de trabalho (MANCEBO, 2007 apud SANTOS et al. 2016, p. 169), com aumento da intensidade do trabalho e mais dispêndio de energia (PINA et al., 2014), aumento do ritmo laboral e redução do tempo pelo aumento de atividade e pela sobreposição de tarefas (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

A incorporação de novas exigências de funções de outras profissões para suprir a demanda do sistema expõe o docente a um modelo gerencial de produtividade contínua num sistema competitivo que gera sobrecargas físicas e mentais (ARAÚJO et al., 2005; LOPES, 2006; OLIVEIRA, 2004). O docente precisa adequar-se a um perfil operacional estruturado por estratégias e programas de eficácia organizacional (CHAUÍ, 2001). Deve ter o maior *quantum* possível de trabalho no mesmo intervalo de tempo; isto é, aumentar a quantidade de produção como imperativo da organização do trabalho docente (BOSI, 2007). Como a avaliação docente passa a ser com base em indicadores de capacidade produtiva, o professor transforma-se em empresário intelectual por ter de conviver quase exclusivamente com critérios quantitativos em detrimento dos qualitativos. Esse movimento faz o profissional ver rapidamente a transformação de cotidiano laboral em que o essencial é encaixar-se em um sistema competitivo de produção, (CAMPOS; LOPES; FREITAS, 2004; LOPES, 2006 apud SANTOS et al., 2016; MANCEBO, 2007; PINA et al., 2014; ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; ARAÚJO et al., 2005; LOPES, 2006; OLIVEIRA, 2004; CHAUÍ, 2001 apud SANTOS et al., 2016).

Os achados desses autores apontam as ideias de Gaulejac (2007, p. 44) sobre a gestão gerencialista que induz a relações sociais regidas pela competição generalizada, que “[...] submete o sucesso individual aos acasos das carreiras profissionais e dos mercados financeiros” (p. 44). O autor trata da gestão como doença social, porém marca que a gestão não é em si mesma uma patologia, mas que a doença é uma metáfora para sintomas frutos dos modos de gestão na apresentação de problemas e soluções para resolvê-los. Qualquer semelhança com a cena acadêmica, certamente, não será mera coincidência!

A seguir, o Quadro 1 apresenta uma síntese da categoria temática *condições e organização do trabalho docente na produção científica analisada*.

QUADRO 1. Condições e organização do trabalho docente

AUTOR	CATEGORIA
Condições e organização do trabalho docente	
Eduardo Pinto e Silva (2015)	Relações competitivas e laços de solidariedade frágeis; poucas possibilidades de reconhecimento no trabalho e falta de expectativas de concretização de ideais éticos e políticos; precarização e intensificação do trabalho; gestão gerencialista, busca por metas e cobrança intensa, que resultam em desvio da função social transformadora; expansão universitária desordenada, sem infraestrutura, sem recursos humanos compatíveis com o aumento do número de cursos, vagas e matrículas. As condições para esse quadro geram competitividade e rivalidade entre professores.
Fleury e Macêdo (2013)	Sala de aula numerosa; falta de recursos materiais e, financeiros; estrutura física inadequada (laboratórios); falta de apoio humano (técnico administrativo); estresse gerando conflitos no trabalho; mudança no perfil do estudante.
Freitas (2013)	Aceleração do desempenho do professor, imediatismo de pesquisas e cursos condensados. No ambiente virtual, falta de autonomia no planejamento dos conteúdos e atividades, muitas horas frente ao computador.
Hashizume (2010)	Cenário individualista; políticas que separam concepção e execução do trabalho; standardização de tarefas e intensificação de exigências das atividades laborais; sobrecarga permanente; encurtamento de prazos para realizar; relação tensa entre professor e pós-graduando; produtividade cobrada individualmente, reduzindo laços solidários entre colegas docentes.
Leite (2015)	Mudanças na forma de exploração do trabalho, incluindo criação e uso de novas tecnologias; reprodução de ideologias e material de trabalho; produtivismo, competitividade exacerbada e gestão por metas; expansão do número de matrículas; arrocho salarial, que intensifica o trabalho docente, pois é necessário buscar formas de complementar o salário; exigência de produção e produtividade na pós-graduação e de pesquisas.
Lima e Lima-Filho (2009)	Falta de recursos humanos e materiais; violência em sala de aula; esgotamento físico; intensificação do ritmo de trabalho, gerando sobrecargas; mobiliário inadequado (cadeira e mesa) para uma boa postura; não uso de microfone; maioria não toma água durante as aulas; falta equipamentos como <i>datashow</i> , o que gera brigas entre os professores; falta de conservação das edificações; horas de trabalho em casa não são computadas.
Mariz e Nunes (2013)	Organização e condições de trabalho foram alteradas segundo relatório do REUNI de 2009, com a criação de 13 universidades federais e aumento de 14.826 vagas de 2007 a 2008; proposta de ampliação da relação professor-aluno, que em 2008 era de 17,8; e da oferta de cursos de graduação; aumentar em 90% da taxa de conclusão dos formandos nas graduações; revisão e flexibilização dos projetos pedagógicos.
Santos et al. (2016)	Cortes no orçamento que afetam o custeio de atividades essenciais: água, luz, telefone; remuneração por horas-aula, gerando conflitos na dinâmica da instituição; redução de funcionários, deterioração de instalações físicas, de equipamentos e falta de insumos. Intensificação do trabalho; preencher relatórios e formulários, emitir pareceres; captar recursos, prover as próprias condições de trabalho; introdução do modelo gerencial produtivista, alta competitividade, que gera sobrecargas físicas e mentais para suprir a demanda; avaliação docente com critérios quantitativos em detrimento dos qualitativos.
Santos e Barros (2015)	Dificuldades do professor de desempenhar seu trabalho: comportamento dos alunos em sala de aula; má remuneração (incompatível com o trabalho realizado); organização verticalizada; falta de suporte psicológico; dificuldades metodológicas de ensino e avaliação.
Vilela, Garcia e Vieira (2016)	Aumento de carga horária e do trabalho burocrático; tempo insuficiente para realizar um trabalho decente; alunos que não estão preparados para a universidade e geram problemas; fadiga e sentimento de inutilidade; mau funcionamento dos elevadores; falta de limpeza nas classes, de espaço físico para pesquisa e de pessoal de apoio em período noturno: coordenação secretaria e cantina; às vezes não tem o audiovisual; condições salariais levam a processo de intensificação, acúmulo e diversificação de funções; jornadas extensas, incluindo outras instituições de ensino para complementação de renda.

Fonte: Dados da pesquisa

5.2 Causas de sofrimento e desprazer docente

As experiências vivenciadas desde o início da vida do ser humano constituem sua subjetividade. Não por acaso, são as principais responsáveis pela forma como o sujeito discrimina o mundo interno e o mundo externo. Para Dejours (1999), a afetividade — quer dizer, toda organização pulsional, em especial das pulsões sexuais (FREUD, 1905) — é o modo pelo qual o próprio corpo vivencia a troca com o mundo e está na base da subjetividade. A mãe propicia isso à criança ao exercer a função materna, erogeneizando o corpo da criança e construindo um corpo erógeno sobreposto ao corpo biológico. Desse modo, a mãe que põe fim a toda tensão interna que a criança experimenta, torna-se um objeto fundamental na construção do psiquismo do bebê: o outro, que em última instância é a cultura. Para Freud (1923), portanto, o psiquismo é construído na relação com o outro. Para a psicanálise, a cultura se refere à dupla mãe-bebê, à família, ao pai, à escola, a um grupo e à civilização. Como enfatiza Minerbo (2009, p. 29) sobre o processo de subjetivação,

O inconsciente materno, e depois as instituições oferecem os símbolos mediante os quais a criança vai “ler” o mundo, atribuindo-lhes sentido. A criança internaliza essas significações e em seguida a própria função simbolizante que cria novos símbolos. É o processo de subjetivação.

O sujeito adoece e se cura no campo da intersubjetividade, portanto, nos laços sociais e na análise como processo terapêutico. O sofrimento psíquico decorre de como cada um interpreta o mundo e a si mesmo e de como se organiza ou desorganiza diante disso. A singularidade é uma forma de ser sintomática que se configura ao longo de um *processo de subjetivação*. E, como vimos, a constituição da subjetividade se faz por meio das identificações na cultura (com o outro). “*Onde estava o id, ali estará o ego*. É uma obra de cultura” (FREUD, 1933/1980, p. 102, grifos do autor). Desse modo, o ser humano é resultado de uma herança ontogenética, relativa à sua história pessoal, e de uma herança filogenética, transmitida pelo id, o início da construção do psiquismo. Na relação do id com o mundo externo, parte se transforma e dá origem ao eu: no início um eu corporal que, ao longo do desenvolvimento, transforma-se em um eu primitivo, eu ideal e ideal do eu. Freud (1923/1980, p. 43) define o eu como “um precipitado de catexias objetais abandonadas [...] ele contém a história dessas escolhas de objeto”.

O psiquismo, portanto, é complexo e vai sendo construído ao longo da infância. Funciona segundo alguns princípios, em especial o princípio do prazer/desprazer relativo a um aspecto econômico que — como mostram Laplanche e Pontalis (1992, p. 466) — refere-

se a uma atividade psíquica que “[...] no seu conjunto tem o objetivo de evitar o desprazer e proporcionar o prazer”. O primeiro se refere ao aumento de quantidades de excitação no aparelho mental; o segundo, o prazer, à sua redução. Nesse quadro, o sujeito pode ser compreendido como fruto da relação com a cultura e consigo, resultado de como distribui sua energia pulsional, o prazer e o desprazer, assim como o sofrimento é resultado da forma como o indivíduo interpreta o mundo e a si mesmo e de como reage a isso. O resultado dessa interação produz sua relação psíquica com o trabalho em sua vida adulta. Para Freud (1930), o sofrimento — as fontes do mal-estar — tem sua origem no social: deriva da pertença à civilização. Há três fontes de sofrimento: a decrepitude do próprio corpo; a magnitude das forças da natureza com as quais não podemos lidar e nossos relacionamentos com os outros, que, segundo Freud, produz o sofrimento mais penoso.

Como pensar o sofrimento dos professores da UFU que fez aumentar a procura pelo setor de promoção à saúde do servidor dessa instituição?

Com efeito, tendo em vista a leitura dos estudos selecionados para compor o *corpus* de dados da pesquisa descrita nesta dissertação, seria plausível pensar que seus achados podem ser estendidos aos docentes da UFU: conflitos gerados por relações de trabalho problemático em razão de hierarquia e competição entre pares; impotência ante a organização do processo de trabalho, a burocracia e a morosidade dos processos e a diversidade de funções. Além disso, há cobrança por produção constante de publicação em periódicos acadêmicos; falta reconhecimento do trabalho; a remuneração é baixa; a carga laboral fica sobrecarregada; o desgaste — em especial o mental — impõe-se; e novas atribuições se acrescem ao trabalho docente na atualidade, dentre outros pontos.

A Tabela 1 compara o número de professores da UFU afastados com o número dos que procuram ajuda no SIAPS. Note-se que a desproporção é preocupante.

TABELA 1. Relação entre docentes em licença-saúde e professores atendidos pelo SIAPS/UFU

REFERÊNCIA	LICENCIADOS	ATENDIDOS	PORCENTUAL *
2010	36	9	25%
2011	72	6	8,3%
2012	74	4	5,4%
2013	51	3	5,88%
2014	79	8	10%
2015	55	5	9%

*Comparação do número de docentes afastados com o de atendidos no SIAPS.

Fonte: Elaborada pela autora

Como se lê na tabela acima, em 2014 o SIAPS atendeu 8 professores, enquanto 79 docentes foram afastados — destes, 22 foram diagnosticados com doenças de ordem psíquica, conforme o CID 10. É inegável o padrão de baixa procura por ajuda. Tem sido o mesmo por cinco anos. Em 2010 houve 25% de busca por cuidados no SIAPS, que podem ser de vários programas do setor: o acolhimento, o encaminhamento para psicoterapia, a consulta com o psiquiatra, o atendimento no Reiki e a participação no programa de educação para finanças pessoais e programa de pré-aposentadoria. Mesmo com esses programas, a procura é baixa ante o número de afastamentos. Assim, impõe-se uma pergunta: *por que os professores quase não procuram ajuda para cuidar de sua saúde? Será uma resistência associada a certo preconceito contra cuidados com a saúde psíquica? Ou não reconhecem que seu sofrimento pode derivar do trabalho? Ou procuram em outros serviços?*

A burocratização da educação, as relações complexas com discentes, a desvalorização social do ofício, as novas configurações da organização do trabalho: tudo tende não só a precarizar o trabalho docente, como também se vincular ao sofrimento. Para Fleury e Macêdo (2013), o surgimento do sofrimento patogênico estaria relacionado com a ausência de flexibilidade na organização do trabalho, o que impediria o sujeito de encontrar vias de descarga pulsional nas suas atividades, quando não é possível utilizar estratégias defensivas para suportar o contexto de trabalho. Os autores mostraram as causas de sofrimento e desprazer no trabalho docente:

A forma de avaliar, conflitos pessoais, impotência, burocracia, morosidade de processos, diversidade de funções, sobrecarga, cobrança por produção de artigos científicos, falta de reconhecimento, baixa remuneração, formação de grupos, falta de compromisso (p. 165).

Para Freitas (2013), o sofrimento docente poderia derivar das novas atribuições do professor; do ensino como mediação e como formação do senso crítico discente, da vinculação do ensino com o contexto do aluno, da integração do ensino com a dimensão afetiva, das práticas interdisciplinares, do uso de novas tecnologias em sala de aula, da formação continuada — numa palavra, da carga de trabalho intensa. Também se desmotivaria com o processo burocrático institucional, o desinteresse dos estudantes, a autoexigência. Para quem trabalha em ambiente virtual, o sofrimento poderia advir de desgaste, frustração, estresse, sobrecarga laboral, falta de reconhecimento profissional, baixos salários, número elevado de alunos, excesso de aulas.

Por sua vez, Hashizume (2010) diz que a relação entre aluno e professor, *uma* especificidade do trabalho docente na pós-graduação, que é afetada pela lógica produtivista. Como as dissertações e teses foram redefinidas e adaptadas ao novo período de duração do mestrado (dois anos) e do doutorado (quatro anos), para os docentes esse aspecto interfere na percepção da qualidade do trabalho que deverão orientar, o que é vivido com sofrimento por eles. A isso se acresce a defasagem salarial, a perda do poder de compra e o impedimento de sua formação e aperfeiçoamento, assim como o desenvolvimento de pesquisas que se reverteriam em qualidade para o ambiente universitário.

Conforme diz a autora, mesmo com certa reverência em ser docente universitário, aos poucos o professor tem sido visto apenas como facilitador de aprendizagem na competição com as tecnologias. Isso porque estas disponibilizam materiais para pesquisa e aprendizado autodidata. Há redução do *status social* do professor universitário público, além de tratamento diferenciado entre mulheres e homens. Ela analisa como irregular a distribuição destes na academia e ainda como reflexo de um olhar preconceituoso — como citou uma entrevistada de Hashizume (2010) — e o cumprimento de obrigações acadêmicas tendo em vista prazos definidos externamente, pois se vinculam a órgãos financiadores de pesquisas.

Lima e Lima-Filho (2009 citando TAVARES et al., 2007) apontam as condições de que deriva o sofrimento docente: desgaste biopsíquico, desvalorização da imagem do professor, permanência em pé por longos períodos, material didático a ser carregado para sala de aula, uso do giz por falta de equipamento audiovisual e pelo uso intenso da voz — que é agravado pela falta de preparo para usar, por não tomar água durante as aulas nem usar microfone, que ajudaria a proteger as cordas vocais. Somam-se a isso o trabalho em demasia, o barulho elevado, as turmas difíceis — com estudantes pouco motivados e alunos de comportamento impróprios—, os salários baixos, a formação inadequada, as más condições laborais, a pressão de tempo e a insuficiência de apoio administrativo, em especial no cuidado com recursos financeiros de projetos de pesquisa, como na compra de material, manutenção de equipamentos e em atividades de laboratório (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Vilela, Garcia e Vieira (2013), por sua vez, detectam as causas de sofrimento e desprazer docente na cobrança excessiva, no uso intensivo da voz, na redução do tempo, na competição e na atualização tecnológica contínua, assim como na área de estudos, na política de pessoal e na questão salarial, definidas como precárias pelos docentes.

Não por acaso, condições e circunstâncias de trabalho tais fazem da docência uma profissão das mais estressantes do mundo do trabalho e que, como tal, tende a desencadear patologias como mostra o quadro a seguir.

QUADRO 2. Causas de sofrimento e desprazer

AUTORIA	CATEGORIA
	Causas de sofrimento e desprazer
Fleury e Macêdo (2013)	Forma de avaliação; conflitos pessoais e impotência; morosidade de processos e burocracia; diversidade de funções, sobrecarga e cobrança por produção de artigos científicos; falta de reconhecimento; baixa remuneração; formação de grupos que se isolam e acham que só eles produzem; falta de compromisso de colegas.
Freitas (2013)	Ensino como mediação, prática interdisciplinar, ensinar a aprender a aprender e ensinar criticamente; novas tecnologias em sala de aula; formação continuada; integração ensino–dimensão afetiva e desenvolvimento de valores éticos; carga de trabalho intensa e burocratização institucional; desinteresse dos estudantes e autoexigência. Em ambiente virtual: desgaste, frustração, estresse, sobrecarga de trabalho, falta de reconhecimento profissional, salários baixos e alto número de alunos.
Hashizume (2010)	Relação aluno–professor afetada pela lógica produtivista; redefinição de prazos para dissertações e teses, interferindo na percepção da qualidade do trabalho a ser orientado; salários com perda do poder de compra, o que impede ações e formação, aperfeiçoamento e pesquisa que reverteriam em qualidade para o ambiente universitário; concepção cada dia mais forte de professor como facilitador de aprendizagem; competição com novas tecnologias, que disponibilizam materiais vastos para pesquisas e aprendizado autodidata; além de decréscimo de status do professor universitário público, do tratamento diferenciado entre gêneros e da cobrança de obrigações acadêmicas com prazos curtos.
Lima Lima-Filho (2009)	Desgaste biopsíquico; desvalorização da imagem do professor; permanência de pé por longos períodos; material didático a ser carregado para sala de aula; o uso de giz por falta de equipamento audiovisual; uso intensivo da voz, agravado pela ausência de preparação para usar a voz e por não tomar água durante as aulas; 100% não usam o microfone.
Santos, Azevedo, Araújo, Soares (2016)	Contratação temporária, que fragiliza a mobilização coletiva das associações e traz individualismo e sobrecarga; riscos ocupacionais diversos; busca financiamentos com recursos externos pelas instituições, o que promove a competição e piora o relacionamento com editais das agências de fomento e/ou financiamentos de iniciativa privada; mercado atingido pela organização produtivista emergente; ampliação do uso do tempo que o professor despende com o trabalho numa jornada intensiva e extensiva; uso de novas tecnologias: <i>e-mail</i> , <i>notebook</i> , <i>tablet</i> e <i>smartphone</i> fazem o trabalho acompanhar o docente além do ambiente de trabalho, subtraindo o tempo de fazer seu trabalho com tranquilidade, tempo de lazer e de convivência; pressão do tempo, insatisfação, constrangimentos, ameaças verbais, físicas provenientes dos discentes; situações de desgaste físico, psíquico e emocional.
Santos e Barros (2015)	Desgaste físico e emocional e dificuldades nas relações interpessoais; má remuneração; história de vida que podem abranger motivos da escolha profissional, interesses pessoais; conflito entre colegas de trabalho; conflitos com situações institucionais passíveis de desencadear conflito mental com sua atividade laboral e institucional.
Silva (2015)	Vivências depressivas que condensam sentimentos de indignidade, inutilidade e desqualificação; o que parece gerar mais sofrimento são a perda do sentido do trabalho e a quebra de expectativas vinculadas a ele.

Continua...

Continua...do Quadro 2

AUTORIA	CATEGORIA
	Causas de sofrimento e desprazer
Vilela, Garcia, Vieira (2016)	Cobrança excessiva; compressão do tempo; competição ferrenha; atualização contínua quanto à tecnologia e à área de estudos; profissão docente como uma das mais estressantes do mercado; novas demandas: pesquisa, encargos administrativos e publicações científicas; perda de autoridade de professor, que deve se relacionar com um aluno-cliente em contexto do ensino-mercadoria; necessidade lecionar em outras instituições para complementar o salário; supervalorização da produtividade, que gera descaso pela qualidade dos produtos derivados de pesquisas; uso intensivo da voz; intensificação da atividade docente: participação em reuniões de grupos de pesquisa, reuniões técnico-administrativa, representação em órgãos colegiados, reunião departamentais e com a direção das faculdades; orientação e participação em bancas de monografias que acabam por provocar sobrecarga estresse e adoecimento; falta de reconhecimento, indignação e desvalorização; percepções da política de pessoal e questão salarial como precárias; avaliação quantitativa e objetiva, funcionando como intimidação e dominação; contratação temporária de professores substitutos para vagas que poderiam ser preenchidas por meio de concurso público, o que acaba por provocar sobrecarga, estresse e adoecimento; falta de organização sindical.

Fonte: dados da pesquisa

5.3 Defesas detectadas

Como mostramos no capítulo dois, com relação ao sofrimento no trabalho — convém frisar —, as estratégias individuais e coletivas de defesas dos trabalhadores podem levar ao que Dejours chamou de normalidade no trabalho. Em seus estudos direcionados aos funcionamentos psíquicos e sociais do prazer, Dejours (2011) constatou elementos importantes da inteligência do corpo e suas estratégias, isto é, da psicodinâmica do reconhecimento. Enquanto o prazer resulta da satisfação do desejo, da liberdade, da autonomia e da composição da identidade de trabalhador, a resignificação do sofrimento ocorre por meio de seu reconhecimento e de sua transformação via sublimação. Como esclarecem Laplanche e Pontalis (1997, p. 495),

Freud, ao longo de sua obra, recorre à noção de sublimação para tentar explicar, de um ponto de vista econômico, dinâmico, certos tipos de atividades alimentadas por um desejo que não visa, de forma manifesta, um desejo sexual: por exemplo: uma criação artística, a investigação intelectual e, em geral, atividades que uma dada sociedade confere grande valor.

Com efeito, quando se pode relacionar a atividade intelectual do pesquisador docente com a execução do que gosta de fazer, isso possibilita transformar o sofrimento em prazer por meio da sublimação que é um destino pulsional para Freud (1915). Nesse sentido, a sublimação tem a tarefa de reorientar as pulsões, de modo que evite a frustração

do mundo interno, o que coincide com uma das técnicas para afastar o sofrimento que é o “[...] emprego dos deslocamentos de libido que nosso aparelho mental possibilita e através dos quais sua função ganha tanta flexibilidade [...]” (FREUD, 1930/1980, p. 94). Com isso, o autor afirma que podemos obter o máximo quando conseguimos “[...] intensificar suficientemente a produção de prazer a partir das fontes de trabalho psíquico e intelectual” (p. 94) O trabalho quando é livremente escolhido, ou seja, quando o sujeito está libidinalmente ligado ao seu trabalho ele é fonte de sublimação das pulsões (FREUD, 1930).

A sublimação das pulsões compõe um aspecto importante no desenvolvimento cultural porque

[...] ela é que torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada. Se nos rendêssemos a uma primeira impressão, diríamos que a sublimação constitui uma vicissitude que foi imposta as pulsões de forma total pela civilização” (FREUD, 1930/1980, p. 120).

Quando o destino pulsional não é a sublimação e o sofrimento persiste entram em cena as defesas. De fato, há quem fale em estratégias de defesa. Fleury e Macêdo (2013), por exemplo, relatam que, na atividade docente pertinz a seus estudos, foram observadas estratégias de defesa que incluem o consórcio entre colegas para arrecadar dinheiro e reformar sala de aula, pensar na sobrecarga como parte inerente ao fazer do professor e comprar material para pesquisa com recursos financeiros próprios. A seu turno, Bueno e Macedo (2012) se reportam a textos psicanalíticos e da Psicodinâmica do Trabalho como base para analisar a relação do trabalhador com a organização do trabalho e sua mobilização para enfrentar o sofrimento que resulta disso.

Nessa lógica, para a psicanálise, a pulsão — os desejos não satisfeitos — gera angústia; e a sublimação é um destino para o sofrimento, o mal-estar, as pulsões que aumentam no psiquismo e exigem satisfação. Assim, se o trabalho é reconhecido e o trabalhador se identifica com seu fazer, então o reconhecimento e a identificação geram prazer. Para a Psicodinâmica do Trabalho, o que equivale a desejos não realizados — as pulsões não satisfeitas — refere-se ao sofrimento resultante da relação entre organização do trabalho e trabalhador, que é interpessoal (na relação com o outro) e pode ser criativo ou patológico.

O sofrimento criativo pode se transformar em algo positivo por meio do enfrentamento do desamparo (FREUD, 1930; MENEZES, 2008), pelo destino pulsional da sublimação. No sofrimento patogênico, as defesas e estratégias defensivas se enfraquecem, de modo que o sofrimento relativo à tensão pulsional — não simbolizável, subjetivada — pode evoluir para o patológico, o traumático, até se tornar adoecimento no movimento do processo saúde-doença relacionado com o trabalho sob o olhar da saúde do trabalhador. Bueno e Macedo (2012, p. 313–4) mostram que no,

Sofrimento criativo, o indivíduo mobiliza-se na transformação do seu sofrimento em algo benéfico para ele mesmo. Para isto, deve encontrar uma certa liberdade na organização do trabalho que ofereça margem de negociação entre as imposições organizacionais e o desejo do trabalhador.

Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) se referem a estratégias defensivas como algo que às vezes funcionam de maneira a deixar a pessoa insensível ao que a faz sofrer, impede de analisar suas relações com o trabalho. Esse processo funciona como “anestesia”: ignora-se o sofrimento e negam-se suas causas. Essas mesmas estratégias se enfraquecem e se transformam em ideologia defensiva. Com isso, o sofrimento parece “normal”, tolerável.

Conforme Vilela, Garcia e Vieira (2013, p. 4), alguns docentes buscam minimizar e justificar os sintomas aparentes de adoecimento como estratégias de defesa. Incluem “submissão excessiva”, “resistência a mudanças”, pouco “envolvimento com o trabalho”, “psicossomatização”, “perda de percepção” e “consciência” quanto a problemas do cotidiano escolar, “negação” e “racionalização”. Também Santos e Barros (2015, citando DEJOURS, 1992) referem-se a estratégias semelhantes em situações adversas: submissão excessiva, aceitação de carga horária elevada e mudanças bruscas de horário, passividade ante a má remuneração. Em seu estudo, Silva (2015) verificou predomínio de estratégias defensivas perante as adversidades institucionais que tendem a ser patogênicas; e que mesmo ante a crítica ao processo de expansão e a forma em que ocorrem é possível verificar situações pontuais nas quais relações afetivas e a criatividade ainda subsistem como contrapontos ao estranhamento e à dimensão patogênica do trabalho.

Existe adoecimento do professor de universidade pública. Prova isso a evolução numérica nos casos de afastamento na UFU, o que sugere também a gravidade. *Poderíamos levantar a hipótese de que as estratégias defensivas não foram suficientes para proteção do professor, já que muitos sucumbiram ao adoecimento.*

O quadro a seguir mostra como os autores trataram das defesas usadas pelos docentes.

QUADRO 3. Defesas detectadas para o sofrimento dos docentes de universidades federais

AUTOR	CATEGORIA
	Defesas detectadas
Fleury e Macêdo (2013)	Fazer consórcio entre docentes para arrecadar dinheiro e reformar sala; pensar na sobrecarga como parte inerente ao trabalho docente; comprar material para pesquisa com recursos financeiros próprios.
Freitas (2013)	Construção de espaços para críticas e invenções; estratégias para lidar com adversidades laborais na universidade; criação intelectual — satisfação com as realizações no ensino e na pesquisa; aceleração; cinismo; dissimulação; hiperatividade; negação do risco.
Hashizume (2010)	Resignação frente às arbitrariedades dos colegas e à falta de perspectiva do aluno; acha difícil a situação ser mudada através de discussões.
Lima e Lima-Filho (2009)	Utilizar recursos próprios para pintar a sala onde leciona.
Santos e Barros (2015, citando DEJOURS, 1992)	Estratégias defensivas a situações adversas: excessiva submissão no trabalho; aceitação de carga horária elevada; mudanças bruscas de horário; passividade ante a má remuneração.
Silva (2015)	Estratégias defensivas perante adversidades institucionais tendentes a ser patogênicas; é possível verificar situações pontuais às quais as relações afetivas e a criatividade no trabalho ainda subsistem como contrapontos ao estranhamento e à dimensão patogênica do trabalho.
Vilela, Garcia e Vieira (2016)	Minimizar e justificar sintomas aparentes de adoecimentos; submissão excessiva; resistência a mudanças; índice baixo de envolvimento com o trabalho; psicossomatização; perda de percepção e de consciência dos problemas vivenciados no dia a dia da escola; negação; racionalização.

Fonte: Dados da pesquisa

5.4 Causas de prazer e realização no trabalho docente

Nas respostas dos professores que participaram das pesquisas, seus autores encontraram o prazer em contraponto ao sofrimento e ponderam que a criatividade pode levar o trabalhador a transformar seu sofrimento em algo que lhe dê prazer, pode criar meios de lidar com ele. Por exemplo, Lima e Lima-Filho (2009) citam, como causas de prazer e realização, a construção de alianças, a troca de conhecimentos e a produção de sentidos e significados novos em momentos especiais e particulares e espaços específicos onde persistem as práticas docentes.

Na psicanálise — convém frisar —, o prazer é determinado pela redução da tensão pulsional (energia psíquica). A pulsão sempre busca a satisfação — o prazer; mas, se ocorre aumento da energia pulsional, vem o desprazer (DEJOURS 2004). Nessa lógica, o sofrimento se transforma e encontra uma forma de ultrapassar o real. Por exemplo, a

alegria é um sentimento compreendido como expressão do prazer e que, quando relacionada com o trabalho, vem dos que teriam reconhecimento social, autonomia para organizar seus horários e suas tarefas, da confiança nos colegas e da relação saudável com os alunos, dentre outras fontes. Para Freitas (2013), isso acontece, em especial, com quem atua no ambiente virtual, ou seja, professores que trabalham no ensino a distância. O prazer estaria ligado ainda ao bom relacionamento social entre pares: não haveria estrelismos; haveria poucas pessoas difíceis de conviver; prevaleceriam o diálogo, o respeito mútuo e a singularidade (FREITAS, 2013).

A pesquisa de Santos et al. (2016) mostra que as queixas eram importantes, mas que o trabalho no exercício da docência, muitas vezes, foi abordado e identificado como fonte de estabilidade, realização pessoal e financeira. A seu turno, Hashizume (2010) encontrou, em sua pesquisa, professores que relataram prazer em dar aulas na pós-graduação por ter número menor de alunos com mais interesse em temas que estão em concordância com temas de interesse da docente. Outra fonte de prazer é o reconhecimento dos colegas e do *feedback* positivo dos alunos que reconhecem seu trabalho. Participar de congressos e apresentar palestras e atividades que rompem com o cotidiano, também, é considerado como importante para as realizações de prazer dos docentes.

Também Vilela, Garcia e Vieira (2013) se referem a pontos que aludem às alegrias no trabalho, a exemplo da liberdade de expressão; do contato com outros universos de ideias, autores, lugares e temas favoráveis a uma vida interior rica, à aprendizagem, à convivência com pares; do reconhecimento provocado por aulas, debates, conferências, publicações e participações em congressos; da autonomia e de certo grau de liberdade que se relacionam com controle maior do tempo de conteúdo da prática docente.

O estudo de Silva (2015) constatou tendência a apontar a sala de aula como espaço em que subsistem a autonomia e as possibilidades de autorrealização. Mesmo ante as queixas, como sustentam Santos et al. (2016), o exercício profissional foi identificado como fonte de estabilidade, realização pessoal e financeira. Em contraste com 97 adjetivações negativas, Borsoi (2012, p. 8) mostra que 40,6% dos informantes de sua pesquisa adotam adjetivos positivos ou neutros para descrever condições de trabalho; incluem “boas”, “satisfatórias”, “razoáveis”, “adequadas”, “modestas”. O autor diz que são 40 expressões positivas ou neutras.

O Quadro 4 sintetiza a categoria *causas de prazer e realização no trabalho docente*.

QUADRO 4. Causas de prazer e realização no trabalho do professor

AUTOR	CATEGORIA
	Causas de prazer e realização no trabalho docente
Borsoi (2012)	O autor diz que mais de 40% dos informantes falam de maneira neutra ou positiva das condições do trabalho docente.
Freitas (2013)	Quem trabalha no ambiente virtual: reconhecimento social, autonomia para organizar o horário e tarefas, confiança nos colegas e boa relação com os alunos.
Hashizume (2010)	Prazer em dar aulas na pós-graduação: número de alunos é menor, interesse deles vai ao encontro de temas pertinentes à docente. Reconhecimento de colegas professores. <i>Feedback</i> positivo de alunos que reconhecem seu trabalho. Participação de congressos, apresentação de palestras e de atividades que rompem com o cotidiano docente.
Lima e Lima-Filho (2009)	Em momentos especiais e particulares e espaços específicos persistem práticas docentes de construção de alianças, trocas de conhecimentos e produção de sentidos e significados novos.
Santos et al. (2016)	Mesmo com queixas, o exercício profissional foi identificado como fonte de estabilidade, realização pessoal e financeira.
Santos e Barros (2015)	Quando é possível desenvolver reações de adaptações bem-sucedidas (consegue dar um significado ao sofrimento), desenvolve-se um bem-estar do professor.
Silva (2015)	Tendência a apontar a sala de aula como espaço onde subsistem a autonomia e as possibilidades de autorrealização.
Vilela, Garcia e Vieira (2016)	Alegrias no trabalho: liberdade de expressão, busca de contato com outros universos de ideias, autores, lugares e temas favoráveis à vida interior e à aprendizagem, contato com pares, reconhecimento provocado por aulas, debates, conferências, publicações e participações em congressos, autonomia e certo grau de liberdade relacionado com mais controle do tempo e com o conteúdo da prática docente. Relacionamento social entre pares — não há estrelismos, as pessoas difíceis de conviver são minoria, em geral prevalecem o diálogo, o respeito mútuo e a individualidade.

Fonte: Dados da pesquisa

5.5 Sintomas e adoecimento

Dejours (1987) demonstra que a organização do trabalho exerce ação que impacta no aparelho psíquico do trabalhador. Em determinadas condições, pode resultar em sofrimento patológico. No conflito entre a história pessoal com projetos, desejos e esperanças, a organização do trabalho pode gerar o sofrimento. Quando estão presentes na dinâmica laboral aspectos de tal organização e não são transformadas pela sublimação em fonte de prazer e/ou de sentido, as condições que geram sofrimento patológico podem vir a desencadear um processo de adoecimento. As condições inadequadas de trabalho resultam em sintomas físicos e psicossociais, que vão indicar adoecimentos como artrose cervical/escoliose, hérnia e lesão do túnel do carpo, fadiga muscular, dor nas costas e pernas, rouquidão e sinovite, estresse e insônia, tontura e labirintite; também tristeza, sedentarismo, obesidade e fadiga psíquica (FLEURY; MACÊDO, 2013).

O estudo de Freitas (2013) apontou depressão, raiva, desgosto, sentimento de impotência, insegurança, irritação, desesperança, angústia, fadiga e desânimo e esgotamento profissional como resultado dessa categoria. A pesquisa de Lima e Lima-Filho (2009), por sua vez, apontou, como sintomas mais relevantes, as doenças coronarianas, a hipertensão arterial e o câncer, dores musculoesqueléticas (costas, pernas e braços), sinusite, bursite, rinite, doenças da laringe e das cordas vocais, além de distúrbios mentais e estresse, desinteresse, apatia, desmotivação, angústia, fobias e crises do pânico, cansaço mental, ansiedade, esquecimento, frustração, nervosismo, insônia e depressão. Lima e Lima-Filho se referem ainda ao sintoma do estresse ocupacional, que seria uma experiência desagradável associada a sentimentos de hostilidade, tensão, ansiedade, frustração e depressão. Em geral, liga-se a fatores do ambiente de trabalho e a características individuais do trabalhador — estilo de relacionamento social, ambiente de trabalho e clima organizacional.

A depressão aparece como problema em todos os estudos. Refere-se à “perda da potência” — como assinala Seligmann-Silva (2011, p. 529). É marcada pela perda do poder ter posse de si. Alguns processos depressivos incluem frustração, perda do sentido do trabalho, vivências de fracasso e desvalorização profissional e falta de reconhecimento; mas, quando associadas ao trabalho, as depressões não são muito típicas e se manifestam de maneira sutil: no desânimo com a vida e o futuro. Às vezes, aparece em forma de amargura, conformismo. Essa autora adverte que estudos clínicos têm demonstrado a relação entre depressão e trabalho precarizados; algumas situações laborais têm sido associadas à constituição de quadros depressivos: humilhação, assédio moral, vínculos de trabalho precários, desemprego e perda do significado do trabalho.

Além disso, essa doença pode se ocultar em somatizações: mal-estares, alcoolismo e acidentes no trabalho. Ainda conforme Seligmann-Silva, os casos típicos de depressão apresentam:

A manifestação de desânimo, tristeza, autodesvalorização; pensamentos mórbidos, as vivências de perda ou fracasso, ideias de ruína de si mesmo. A insônia ocorre geralmente e concorre para agravar a fadiga. A percepção da lentificação do pensamento desperta angústia. [...]. As dificuldades em manter a comunicação com os demais, participar nas atividades sociais, juntamente com a percepção da impossibilidade de manter o ritmo de trabalho, constituem em geral uma característica. [...] A autoculpabilização pelos insucessos (p. 532).

Como se lê nessa passagem, para a autora os sintomas descritos em tipos diferentes de depressão podem ser desencadeados e ter sua evolução associada às experiências no trabalho.

Convém lembrar que muitos casos de depressão podem se apresentar de início com ansiedade, que até encobre o quadro depressivo. Os estados de ansiedade podem aparecer em trabalhos precarizados. O Quadro 5 faz uma síntese dos *sintomas e adoecimentos* encontrados nos dados pesquisados.

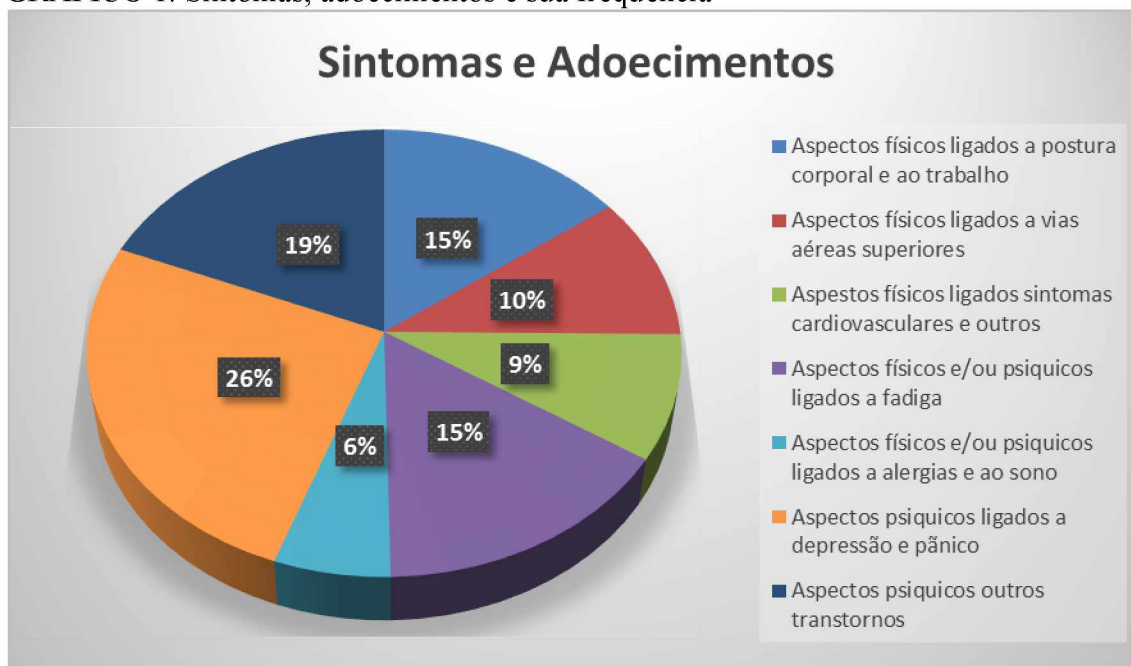
QUADRO 5. Sintomas e adoecimentos

AUTOR	CATEGORIA
	Sintomas e adoecimentos
Fleury e Macêdo (2013)	Gastrite, fadiga muscular e psíquica, dor nas costas, problemas na voz, rouquidão, insônia, estresse, tontura, labirintite, tristeza profunda, dores nas pernas, sedentarismo, obesidade, artrose cervical/escoliose, hérnia, lesão do túnel do carpo e sinovite.
Freitas (2013)	Fadiga, desânimo, depressão, raiva, desgosto, impotência, insegurança, irritação, desesperança e angústia; esgotamento profissional, intenso desânimo e descrédito.
Lima e Lima-Filho (2009)	Hipertensão arterial, doenças coronarianas, distúrbios mentais, estresse e câncer. Desinteresse, apatia, desmotivação, angústia, fobias, crises do pânico. Queixas musculoesquelética — dores nas costas, dores nas pernas e braços, sinusite, bursite, rinite, doenças da laringe e das cordas vocais. Sintomas psicossomáticos: cansaço mental, estresse, ansiedade, esquecimento, frustração, nervosismo, angústia, insônia, depressão, sentimentos de hostilidade, tensão, ansiedade, frustração e depressão, normalmente ligados a fatores do ambiente de trabalho associados a características individuais do trabalhador, estilo de relacionamento social no trabalho e clima organizacional. Queixas ligadas à saúde mental: cansaço mental, ansiedade, esquecimento, frustração, nervosismo angústia insônia, depressão. Sobre saúde física, relatam dores nas costas, nas pernas, nos braços, rinite e alergias respiratórias.
Vilela, Garcia e Vieira (2016)	Entre os mais diagnosticados: gastrite, taquicardia, hipertensão, irritabilidade, insônia, depressão, síndrome do pânico, estresse, síndrome do esgotamento profissional (Burnout). Distúrbios do sono, dores nas pernas, cansaço excessivo, grande ansiedade e sentimento de inutilidade e de discriminação.
Silva (2015)	Prevalência de doenças depressivas. Nos polos interiorizados revelam intensas vivências de sofrimento ante as adversidades da expansão e interiorização, assim como frustração por restritas possibilidades de realização de pesquisas.
Santos e Barros (2015)	Psicossomatização, absenteísmo, apatia, mudanças bruscas de humor, isolamento ou desinteresse a assuntos que envolvam a instituição. Motivações e expectativas diminuídas. Despersonalização, apatia, frieza, estresse e distanciamento dos alunos. Depressão leve e moderada, transtornos dissociativos consequentes de situações traumáticas (com alunos hostis, agressivos), transtornos de ajustamento, neurastenia: queixa de fadiga, redução do desempenho ocupacional e da eficiência de adaptação de tarefas, angústia, fobia, crise de pânico, apatia, estresse, cansaço mental, esquecimento.
Santos et al. (2016)	Os autores fazem referência a várias pesquisas: dor de garganta, dor nas pernas, nos braços e costas, lesões por esforços repetitivos e doenças osteoarticulares relacionadas com trabalho. Dor de garganta, uso intensivo da voz, rouquidão, perda temporária da voz, calo nas cordas vocais, cansaço mental, distúrbios psíquicos menores, esquecimento, nervosismo, exaustão emocional, insegurança, nervosismo, estresse, cansaço, rinite, alergias respiratórias, insônia, exaustão física, medo, doenças psicossomáticas. Sentimentos de vulnerabilidade, desgaste psicoemocional, conflitos interpessoais, estresse e sintomas cardiovasculares.

Fonte: Dados da pesquisa

Com base nesses dados — da categoria temática sintomas e adoecimento —, o Gráfico 1 expõe os dados de outra forma.

GRÁFICO 1. Sintomas, adoecimentos e sua frequência



Fonte: Dados da pesquisa

Os aspectos psíquicos ligados à depressão e ao pânico somaram 26% e foram os resultados mais expressivos, seguidos dos aspectos psíquicos ligados a outros transtornos, que aparecem em 19% dos dados obtidos. Podemos pensar que, se 45% dos adoecimentos e sintomas dos professores estão ligados a aspectos psíquicos, então poderiam ser de etiologia psíquica. Essa possibilidade é reforçada se notarmos que há aspectos psíquicos associados a sintomas físicos, como a fadiga (15%), alergias e sono (6%); estes dois últimos somam 21% dos sintomas e adoecimentos. Quando comparados com 45% de frequência no aparecimento de aspectos psíquicos, o resultado soma a mais de 50% de sintomas e adoecimentos de docentes associados a aspectos psíquicos.

Com relação à fadiga em particular, nota-se o que diz Seligmann-Silva (2011). As fadigas física e mental são indissociáveis, mesmo quando uma predomina; por isso são conhecidas como “cansaço geral”. O cansaço pode ser acumulado ao longo do tempo, desencadeando distúrbios do sono e irritabilidade. Vão se configurando um cansaço que não cede ao sono diário, um desânimo, dores e até perda de apetite. Para a autora, a fadiga é expressão do desgaste mental relacionado com o trabalho, em especial no nível do desgaste

funcional, ligado às variações de mal-estar. Suas pesquisas mostram que, quanto maior for o cansaço do trabalhador, menor será a possibilidade de lazer ativo significativo e participação social em geral, inclusive participação política. O cansaço é, então, ponte importante para intensificar a sujeição, que se alinha nos estudos sobre servidão. A dimensão psíquica do processo saúde–adoecimento do professor universitário é aspecto fundamental.

Sintomas aqui fazem referência a manifestações apresentadas pelos trabalhadores que são indicativas de sofrimento e poderão se tornar adoecimento. Para a psicanálise, o sintoma aparece “[...] como expressão de um conflito psíquico inconsciente, geralmente de um desejo proibido sofrendo recalçamento de uma instância repressora, que só permite a manifestação indireta do desejo camuflado, disfarçado de sintoma” (ZIMERMAN, 2001, p. 388). É uma tentativa de realizar desejos que, do ponto de vista econômico, pode ser compreendida como satisfação pulsional. O adoecimento ocorre quando a ação da organização do trabalho impacta de tal forma, que o trabalhador atingido não consegue ressignificar seu sofrimento. Então se transforma em sofrimento patogênico, que, no processo saúde–doença, tende à doença.

Os resultados mostram que as doenças que mais se repetem nas produções dos autores são ligadas a aspectos psíquicos (mais de 50%) com sintomas de: fadiga psíquica, tristeza profunda, desânimo, depressão e distúrbios psicossomáticos, angústia, estresse, desinteresse, apatia, desmotivação, esgotamento profissional e desgaste. Os autores fazem considerações sobre como as novas configurações do mercado da organização produtiva se refletem na educação, ameaçando a qualidade. Isso gera resultados menos expressivos quanto ao desenvolvimento do “pensamento” e “ação inovadores” (MANCEBO, 2007); é a nova lógica de arranjo temporal com ampliação de uso do tempo do professor com trabalho numa jornada intensiva e extensiva. Carloto e Câmara (2007) citam tecnologias como *e-mail*, *notebook* e *smartphone* como algo que estende o trabalho do professor para fora do ambiente laboral; um dos efeitos é a subtração de tempo para realizar trabalhos com tranquilidade e atualizar-se profissionalmente. Retiram o tempo de lazer e do convívio social. Mais que isso, pode-se falar em consequências como as situações de desgaste físico e psíquico, que levam a doenças ocupacionais, com diz Seligmann-Silva (2011, p. 136):

Nas interseções entre processo de trabalho e processo saúde–doença, determinações sociopolítica e econômica passam a atuar. Nas situações de trabalho dominado, a desvantagem faz com que o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados se configura como desgaste.

A pressão por resultados em tempo pré-definido, a insatisfação, o constrangimento, problemas de relacionamento interpessoal com colegas, chefia e técnicos administrativos, as ameaças verbais e físicas provenientes dos discentes, as cobranças: tudo gera desgaste, sofrimento e adoecimento. Nota-se uma pressão da instituição para que se adaptem às condições sociais e econômicas tecnológicas e se mantenham atualizados ante a transformação do conhecimento científico (MANCEBO, 2007; CARLOTO; CÂMARA, 2007 apud FREITAS, CRUZ, 2008). A intensificação da atividade docente com novas demandas — pesquisa, publicação, cargos administrativos — e a perda de autoridade de professor — que tem de se relacionar com um aluno cliente — compõem um contexto em que o ensino se transforma em mercadoria. Falta reconhecimento. Sobram indignação e desvalorização.

Conforme Freitas (2007), os professores se sentem desvalorizados com a política da educação e os salários, definidos como precários. Somam-se a isso a avaliação quantitativa e objetiva do trabalho, que funciona, sobretudo, como forma de intimidar e dominar; e as contratações temporárias de professores substitutos para vagas que poderiam ser preenchidas por meio de concurso público: elas provocam sobrecarga, estresse e adoecimento.

Dejours (2004, p. 34) se refere à avaliação quantitativa do trabalho com estas palavras:

Se, como vimos, o essencial do trabalhar releva da subjetividade, o que é avaliado não corresponde ao trabalho. Numerosas avaliações, por vezes bastante sofisticadas, se comparadas à contribuição real daqueles que trabalham, conduzem ao absurdo e a injustiças intoleráveis. Na verdade, não se sabe bem o que se avalia; mas, com certeza, não é o trabalho. Assim, a avaliação funciona, sobretudo, como um meio de intimidação e de dominação. [...] a concorrência entre os agentes e a precarização das formas de emprego, conduzem ao desenvolvimento de condutas desleais entre pares e à ruína das solidariedades. O resultado destas práticas gerenciais é o isolamento de cada indivíduo, a solidão e a desagregação do viver junto. [...] Disto resulta um agravamento das patologias mentais decorrentes do trabalho em crescimento em todo o mundo ocidental, o surgimento de novas patologias, em particular os suicídios nos próprios locais de trabalho — o que não acontecia jamais antes da virada neoliberal — e o *desenvolvimento* da violência no trabalho, a agravação das patologias da sobrecarga, a explosão de patologias do assédio.

Essa citação mostra como as avaliações no trabalho, da maneira como são realizadas hoje, vão minando a solidariedade e como o sujeito vai se perdendo no abismo da solidão e do desamparo.

Com a análise das categorias temáticas foi possível verificar que todos os autores apontam as condições laborais e a organização do trabalho como causas de adoecimento do professor universitário; o que corrobora o pensamento de Dejours (1987) de que a

organização do trabalho, em certas condições, pode fazer emergir o sofrimento patogênico e de que, quando isso ocorre, o impacto é no aparelho psíquico. Soma-se a isso a ideia do campo da Saúde do Trabalhador de que é na organização do processo de trabalho que podemos detectar riscos e agravos à saúde do trabalhador.

A análise do processo produtivo com base nos dados da pesquisa demonstrou que o professor de universidade pública está submetido a riscos físicos e biomecânicos, de acidente, em especial a riscos para saúde mental, assim como aos agravos descritos. Nesse quadro, podemos levantar a *hipótese de que os docentes da UFU caminham na direção do sofrimento patogênico*, compreendido por Dejours como adoecimento psíquico. Os dados da Tabela 2 são significativos nesse sentido.

TABELA 2. Afastamentos de técnicos administrativos e docentes da UFU

PERÍODO	TOTAL DIAS DE LICENÇA MÉDICA DE SERVIDOR	TOTAL DIAS LICENÇA MÉDICA SERVIDOR DOCENTE	NÚMERO DE SERVIDORES EM LICENÇA-SAÚDE	NÚMERO DE SERVIDORES DOCENTES EM LICENÇA-SAÚDE	PORCENTUAL SERVIDORES DOCENTES EM COMPARAÇÃO COM SERVIDORES EM GERAL	NÚMERO DE SERVIDORES DOCENTES COM CID. F	PORCENTUAL DE DOCENTES COM CID. F EM COMPARAÇÃO COM OUTROS AFASTAMENTOS DE DOCENTES
1º/1/2010 a 31/12/2010	33.267	2.127	714	36	5,04%	19	52%
1º/1/2011 a 31/12/2011	50.720	4.929	1.026	72	7,01%	47	65%
% de aumento de 2010 a 2011	52,46%	131,73%	42,29%	100%		147,36%	
1º/1/2012 a 31/12/2012	42.272	4.724	1.025	74	7,21%	36	48%
1º/1/2013 a 31/12/2013	40.721	2.915	1.019	51	5%	11	21%
1º/1/2014 a 31/12/2014	39.977	5.568	925	79	8,44%	22	27%
1º/1/2015 a 31/12/2015	41.462	6.373	943	77	7,51%	32	41%

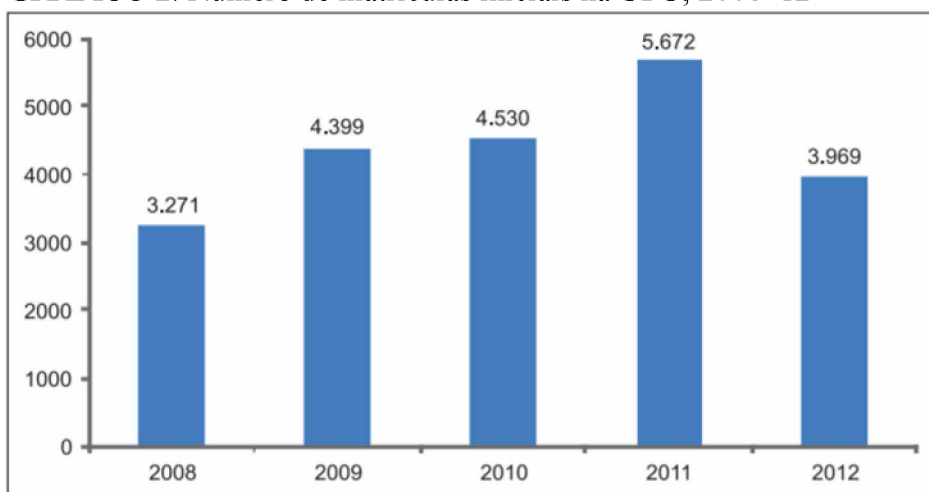
Fonte: UFU, 2016

* Possibilidade de o mesmo servidor ter afastado em anos seguidos ou intermitentes.

Os dados sugerem que em quesitos relativos a afastamento e licença-saúde entre 2010 e 2011, o aumento foi mais significativo entre os servidores docentes. Mais que dobrou de um ano para outro. Curiosamente, em 2012 a 2013 houve retração, enquanto de 2014 a 2015 voltou a subir, ainda que em proporções menores que as taxas de 2010 a 2011. Convém salientar o aumento do número afastamentos por problemas ligados ao CID F. (doenças

psíquicas) — de 21%, em 2013, para 34,5% em 2015. É possível perceber que, em 2011, o número de dias de licença médica do servidor aumentou mais de 52%, se comparando com o de 2010, assim como o número de dias de licença médica do servidor docente teve aumento de 131,73%, e o número de afastados com CID F aumentou em 147,36%. Podemos avaliar que há persistência e continuidade do adoecimento docente na UFU. Uma noção mais adequada desse processo pode ser derivada dos gráficos a seguir, com dados do relatório de gestão 2008–12 da Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD, responsável, dentre outros aspectos, pelos processos seletivos de admissão de alunos na UFU.

GRÁFICO 2. Número de matrículas iniciais na UFU, 2008–12



Eixo vertical: escala de 0 a 6000; eixo horizontal: quantidade de matrículas por ano

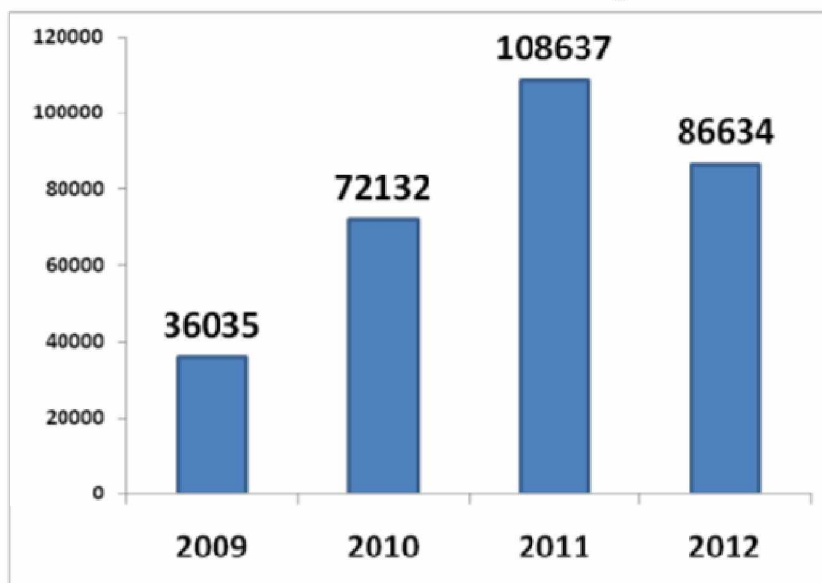
Fonte: UFU, 2012, p. 10.

Como se lê, as matrículas iniciais aumentaram em mais 2,4 mil de 2008 para 2011, ou seja, mais de 73%. Ao número maior de estudantes equivale aumento nas atividades docentes, sobretudo porque contratações e concursos para suprir a demanda seguem distinto do ingresso de alunos. Com efeito, o ano de 2011 como ápice no volume de matrículas converge para o ano de 2011 como ápice do aumento no número de licenças médicas e de professores afastados com CID F — cresceu mais de 145%. Nessa esteira, *vamos confirmando que na UFU há uma persistência e continuidade do adoecimento docente.*

Pelo Gráfico 3, é possível verificar que, nos processos seletivos para alunos sob responsabilidade da diretoria de processos seletivos da PROGRAD, o número de candidatos a alunos aumentou em quase 100% de 2009 a 2010; em 2011, passou de 72.132 para 108.637. O ano de 2011 foi marcado por mudanças educacionais, a exemplo da adesão da UFU ao

Sistema de Seleção Unificada, em que foram inscritos mais de 57 mil candidatos. Também dessa adesão se pode derivar aumento nas atividades.

GRÁFICO 3. Número de candidatos inscritos nos processos seletivos

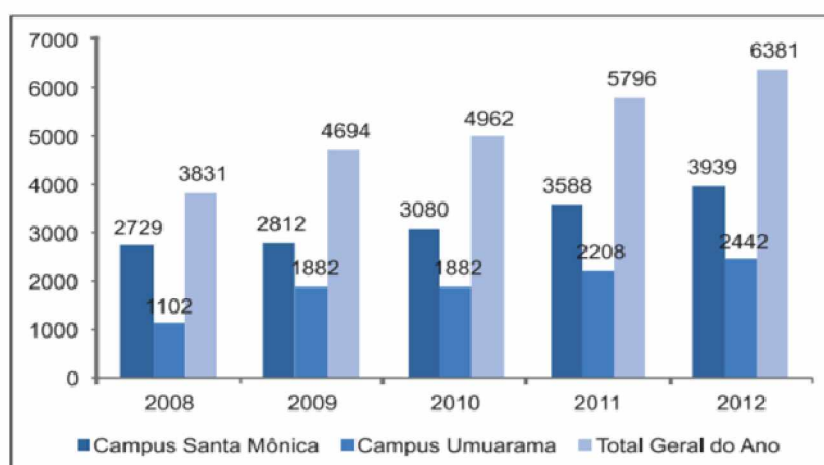


Eixo vertical: escala de 0 a 120.000; eixo horizontal: número de candidatos por ano de inscrição em processos seletivos

Fonte: UFU, 2012, p. 39.

Como consequência, ocorreu aumento no número de matrículas, como mostra o Gráfico 4. Em 2010, houve 4.530 matrículas; em 2011, 5.672. O aumento foi de 1.142 matrículas. O número de turmas e salas alocadas foi de 4.962, em 2010, a 5.796 em 2011. Então com um aumento 834 turmas e salas alocadas neste ano de 2011.

GRÁFICO 4. Número de turmas e salas de aulas alocadas por ano

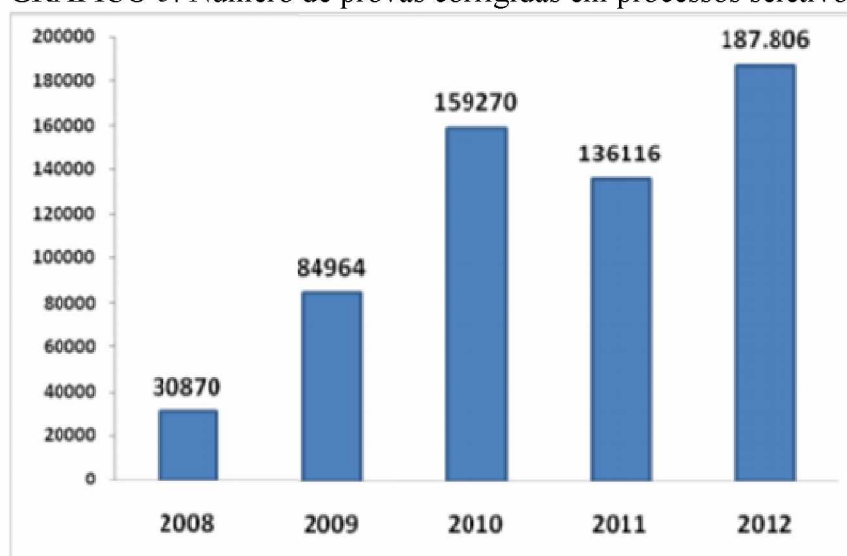


Eixo vertical: escala de 0 a 7.000; eixo horizontal: número de turmas e salas alocadas por ano de realização.

Fonte: UFU (2012, p. 14).

Não por acaso, nesse mesmo ano de 2010, segundo o Gráfico 5, houve aumento de provas corrigidas dos candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Esse aspecto pode ter contribuído para o aumento de atividades docentes em 2011, que, somado às pressões originadas desse contexto, podem ter ajudado a agravar a saúde do professor da UFU. Daí que os afastamentos poderiam estar diretamente ligados ao excesso de trabalho e à pressão por resultados no tempo devido.

GRÁFICO 5. Número de provas corrigidas em processos seletivos



Eixo vertical: escala 0 a 200.000; eixo horizontal: número de provas corrigidas por ano.

Fonte: UFU, 2012, p. 40.

É notório o aumento do trabalho na UFU, assim como no período de 2010 a 2011 é perceptível o aumento do número de docentes com adoecimento psíquico, que foi de 147,36%. A expansão das universidades continua, como mostra a Tabela 3.

TABELA 3. Panorama da expansão universitária no Brasil — 2002–14

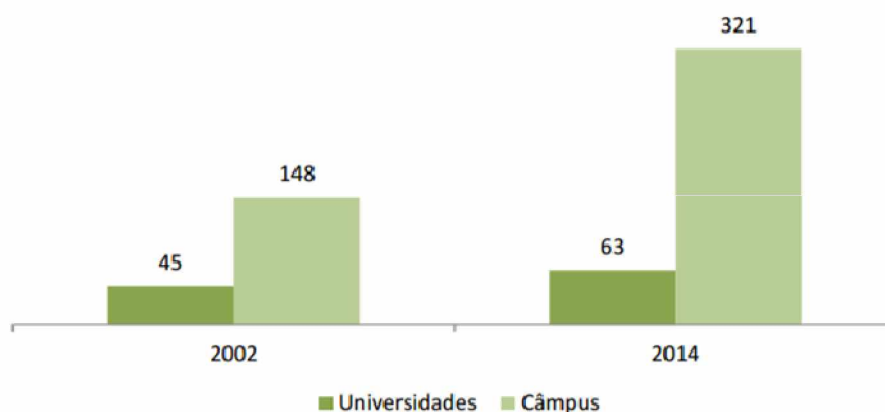
	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Câmpus	148	321
Cursos Graduação Presencial	2.047	4.867
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263
Matrículas Educação a Distância	11.964	83.605
Matrículas Pós-Graduação	48.925	203.717

Fonte: Ministério da Educação/MEC (2012, p. 31)

Como se pode deduzir com base na tabela 3, aumentou o número de universidades, graduações presenciais, vagas de graduação presencial e a distância, matrículas nas duas modalidades. Também aumentou o número de matrículas na pós-graduação. As fontes da pesquisa não permitiram apontar o percentual específico da UFU, mas podemos deduzir que o mesmo ocorreu nessa universidade.

O Gráfico 6 aponta aumento no número de *campi* das universidades federais. A UFU criou três: um *campus* em Monte Carmelo, um em Ituiutaba e um em Patos de Minas.

GRÁFICO 6. Expansão das universidades federais e *campus*

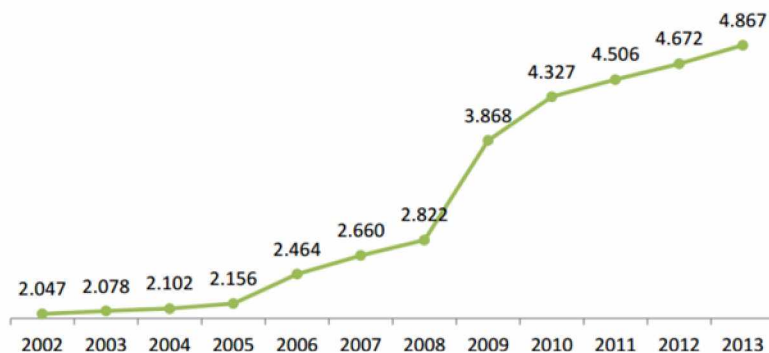


Eixo horizontal: número de universidades e *campus* por ano

Fonte: MEC (2012, p. 32).

O gráfico 7 aponta o aumento do número de vagas e matrículas na graduação presenciais das universidades federais.

GRÁFICO 7. Crescimento do número de cursos na graduação presencial em universidades federais



Eixo horizontal: crescimento numérico por ano.

Fonte: MEC, 2012, p. 33.

Na Tabela 4, vemos indicadores da expansão universitária. É importante notar que universidades Federais do Sudeste como a UFU tiveram crescimento de 97%

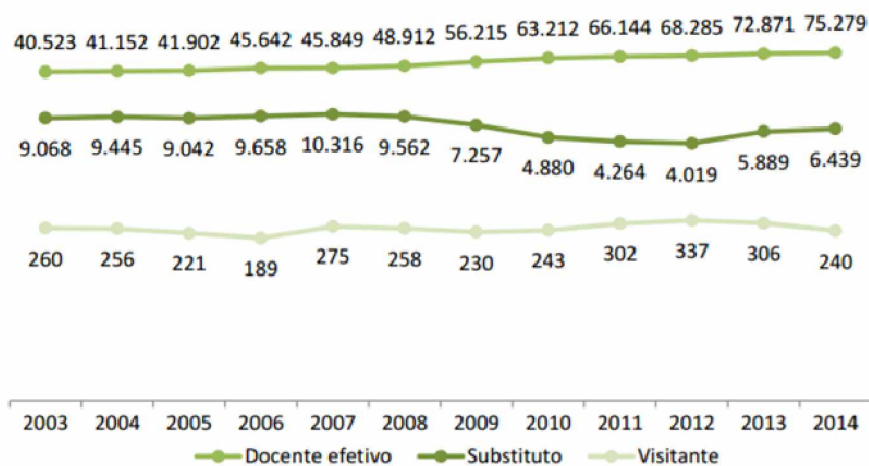
TABELA 4. Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior
— universidades federais por região

REGIÃO	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
	2002	2013	% de crescimento	2002	2013	% de crescimento	2002	2013	% de crescimento
NORTE	478	714	49%	16.755	30.094	80%	76.779	128.228	67%
NORDESTE	583	1.299	123%	33.587	75.052	123%	147.464	281.421	91%
SUL	286	951	233%	17.152	42.241	146%	75.985	157.206	107%
SUDESTE	430	1.332	210%	32.509	71.502	120%	139.641	275.687	97%
CENTRO-OESTE	270	571	111%	13.260	27.044	104%	60.590	89.721	48%

Fonte: MEC, 2012, p. 34.

Pelo Gráfico 8, podemos dizer que, sobre o número de professores, não aumentou, ao menos não na proporção que aumentaram as atribuições da categoria docente.

GRÁFICO 8. Número de docentes por ano nas universidades federais



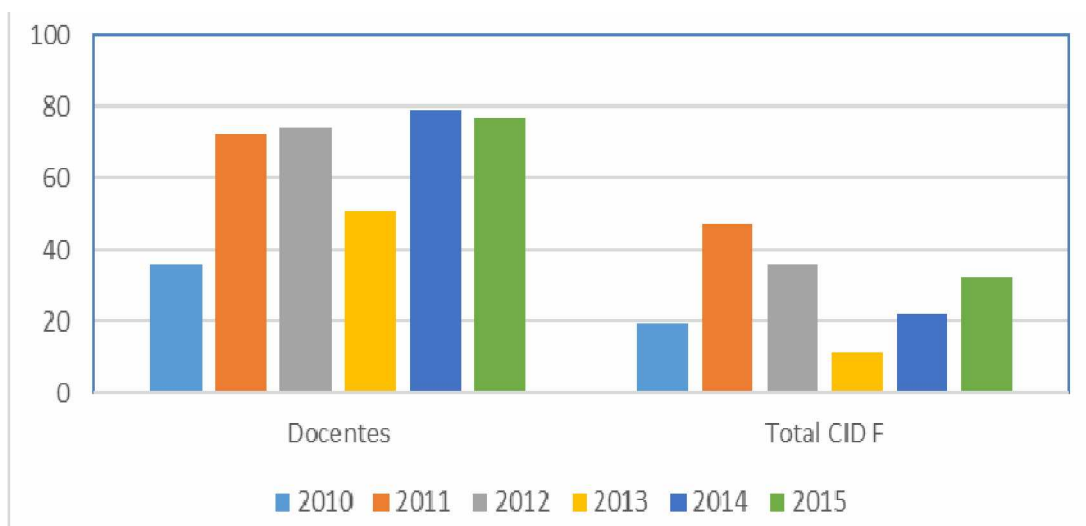
Eixo horizontal: número de docentes por ano

Fonte: MEC 2012

Com mostram as tabelas e os gráficos, as mudanças delineiam uma amplitude da ação do professor. Tarefas foram acrescidas, mas não com contrapartida financeira e exigindo a aceitação de executar trabalhos burocráticos para complementar a exigência do cumprimento de metas, como no caso da expansão universitária. Além disso, os dados apontam uma possível relação entre adoecimento e sofrimento patogênico do trabalhador docente e mudanças impostas pela expansão das universidades, que afetam inclusive e em especial o contexto da UFU.

O Gráfico 9 faz uma comparação do número de afastados no período 2010–5 com o número de afastamento docente com adoecimentos mentais e comportamentais conforme CID F — Código Internacional de Doenças/CID.⁹

GRÁFICO 9. Comparação entre licença-saúde docente e licença-saúde docente CID F



Eixo vertical: número de docentes; eixo horizontal: anos em que ocorreram.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados e observações apresentados até aqui, cabe observar a coincidência deste período com o aumento de doenças psíquicas (CID F) e levantar a hipótese de que poderia estar relacionado com o programa de expansão das universidades, ou seja, com a adesão da UFU ao REUNI. Além disso, aumentou o número de candidatos aos processos seletivos com a chegada do SISU. Somadas as unidades dos cursos superiores da UFU, seus docentes passaram de 789, em 1º/1/2008, para 1.779 em 2016.¹⁰

Os pontos que detectamos nas pesquisas sobre o trabalho do professor universitário como: as mudanças na rotina do trabalho docente, intensificação, desregulação e flexibilização das relações trabalhistas, perda de autonomia, pressão para

⁹ O Código Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) é uma publicação da Organização Mundial de Saúde que visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde.

¹⁰ As fontes da pesquisa levantadas não permitem afirmar se o aumento do número de vagas para alunos e cursos foi da mesma ordem ou não. De fato, pedimos informações à diretoria de processos seletivos sobre número de cursos oferecidos pela UFU com respectivas vagas, discriminado ano a ano, para ver o crescimento. O pedido foi feito por mensagem de *e-mail* e registrado em 14 de fevereiro de 2017. Foi dito que seriam encaminhados pelo centro de tecnologia da informação. Mas até 13 de março de 2017, apesar de várias cobranças não recebemos nenhum comunicado.

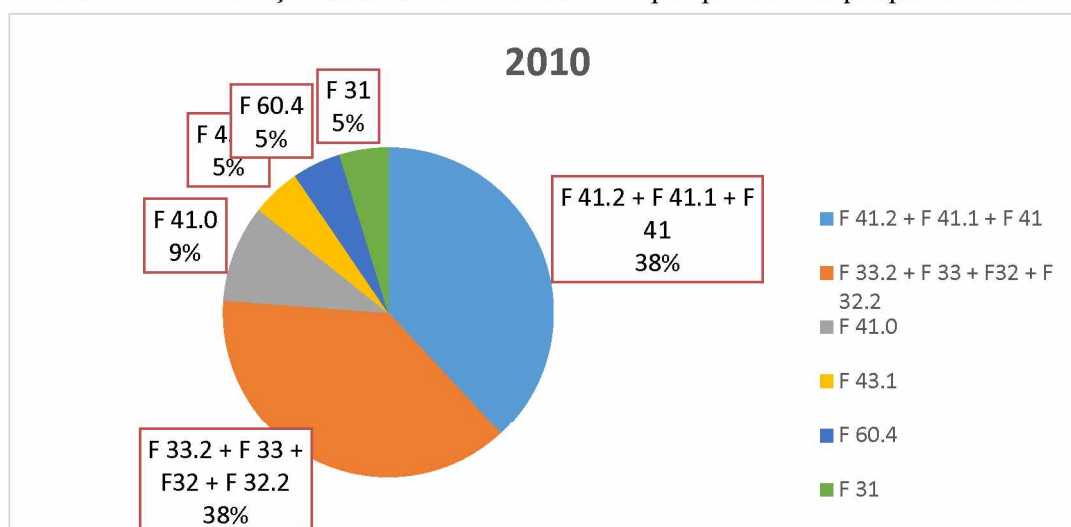
aumentar a quantidade de trabalho nas 40 horas, a cobrança por produtividade, ou seja, os docentes precisam ser mais produtivos e sua produção é medida em quantidade de produtos: de projetos aprovados em instituições de fomento à pesquisa, de publicação de textos etc., de orientações, de participação em eventos acadêmicos, somados ao aspecto de que, na UFU, o aumento de trabalho parece não ser compatível com o número de docentes admitidos no período, caracterizam que na UFU há precarização do trabalho docente.

Nesse caso, convém retomar a ideia de que a sobrecarga de trabalho pode gerar desgaste e sofrimento patogênico (DEJOURS, 2007b). A carga de trabalho, quando em excesso, ultrapassa o limite da capacidade do sujeito e pode gerar a patologia da sobrecarga; está relacionada com a intensificação do trabalho e a ideologia da excelência. Ao final, temos não só sofrimento, mas sofrimento patogênico, ou seja, doença psíquica. Logo, está vinculado à precarização do trabalho.

5.6 Sofrimento psíquico do docente da UFU

Podemos pensar a semelhança dos professores universitários em geral das pesquisas que analisamos o mesmo pode estar acontecendo com os da UFU se verificamos, nos gráficos a seguir, os resultados do processo saúde–doença, dos adoecimentos psíquicos na UFU de 2010 a 2015. Este período é justificado pelo início dos registros das licenças médicas no SIAPENet/UFU. O Gráfico 10 é referente ao ano de 2010, no período de 1º/1/2010 a 31/12/2010.

GRÁFICO 10. Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2010



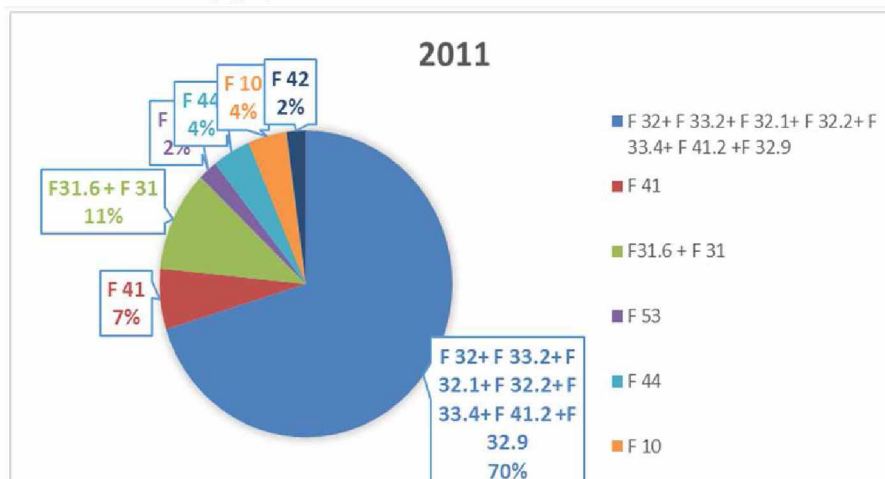
F41: outros transtornos ansiosos; F41.1: ansiedade generalizada; F41.2: transtorno misto ansioso e depressivo; 32: episódios depressivos; F32.2: episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos; F33: transtorno depressivo recorrente; F41.0: transtorno do pânico (ansiedade paroxística episódica); F43.1: estado de estresse pós-traumático; F60.4: personalidade histriônica; F31: transtorno afetivo bipolar

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 10 mostra o número de licenças-saúde dos professores da UFU do ano de 2010. Prevalencem afastamentos por transtornos depressivos F32, F33.2, F33, que somaram 38%, e transtornos ansiosos F41.2, F41.1 e F41, que totalizaram 38%. Assim, há 76% de prevalência dos quadros de depressão e de ansiedade.

Como podemos ver no Gráfico 11, no ano de 2011, a prevalência foi dos transtornos depressivos F32, F41.2, F33.2: 70% dos afastamentos.

GRÁFICO 11. Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2011

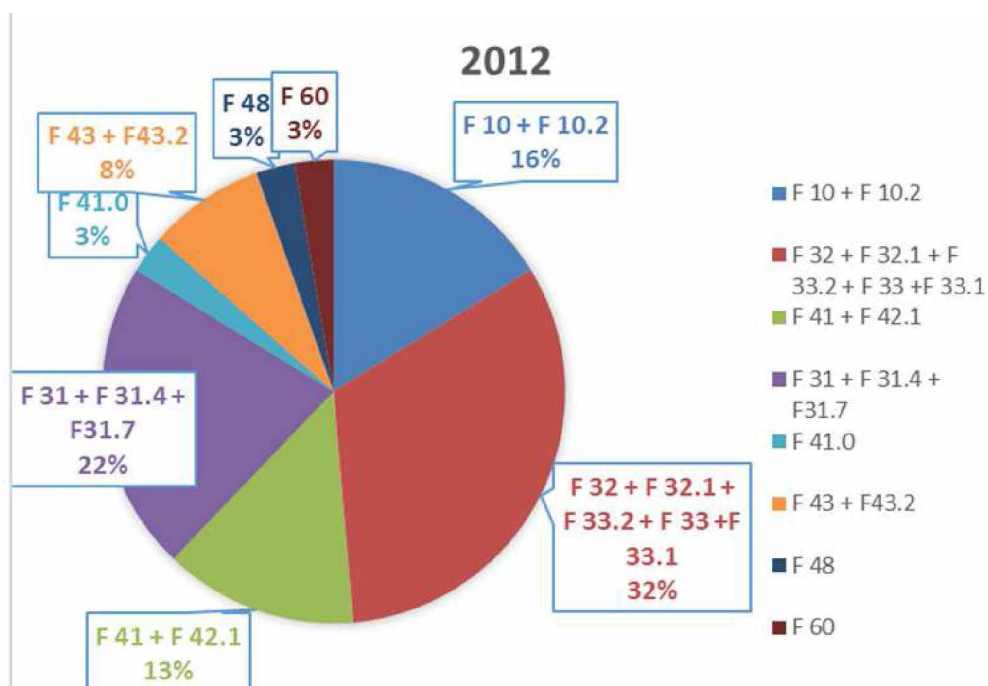


F32: episódios depressivos; F32.1: episódio depressivo moderado; F32.2: episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos; F32.9: episódio depressivo não especificado; F33: transtorno depressivo recorrente; F33.2: transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos; F33.4: transtorno depressivo recorrente atualmente em remissão; F31: transtorno afetivo bipolar; F31.6: transtorno afetivo bipolar episódio atual misto; F41: outros transtornos ansiosos; F41.2: transtorno misto ansioso e depressivo; F42: transtorno obsessivo compulsivo; F10: transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool; F44: transtorno dissociativo de conversão; F53: transtornos mentais e comportamentais associados ao puerpério, não classificado em outra parte; F60.4: personalidade histriônica.

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 12 mostra dados de problemas psíquicos relativos a 2012.

GRÁFICO 12. Licença saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2012

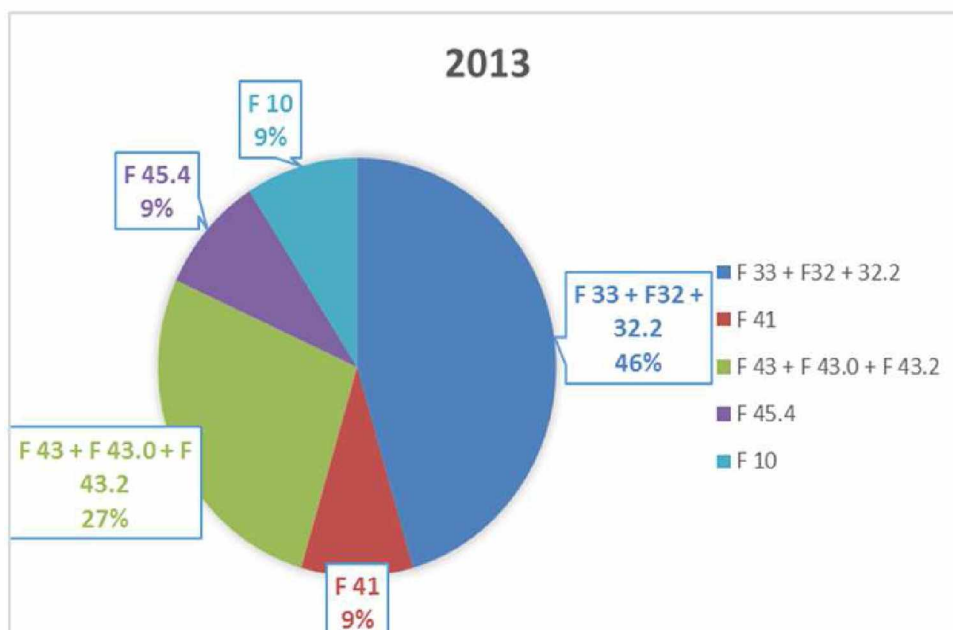


F32: episódios depressivos; F32.1: episódio depressivo moderado; F33: atual moderado; F33.2: transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos; F31: transtorno afetivo bipolar; F31.4: transtorno afetivo bipolar episódio atual depressivo grave sem sintomas psicóticos; F31.7: transtorno afetivo bipolar atualmente em remissão; F41: outros transtornos ansiosos; F41.0: transtorno de pânico (ansiedade paroxística episódica); F42.1: transtorno obsessivo compulsivo com predominância de comportamentos compulsivos (rituais obsessivos); F43: reação ao stress grave e transtorno de adaptação; F43.2: Transtorno de adaptação; F10: transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool; F10.2: transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool — síndrome de dependência; F48: outros transtornos neuróticos e comportamentais associados ao puerpério, não classificado em outra parte; F60: transtorno específico de personalidade.

Fonte: Relatório SIAPENet/ UFU, 2016

No ano de 2013, a prevalência foi de 32% e 13% de quadros ligados à ansiedade. Mas notamos aumento do F10, que indica transtornos mentais e comportamentais ligados ao uso de álcool e/ou síndrome de dependência alcoólica, que ficaram em 16%. *Podemos pensar que haveria, ou poderia desenvolver defesas patogênicas?*

GRÁFICO 13. Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2013

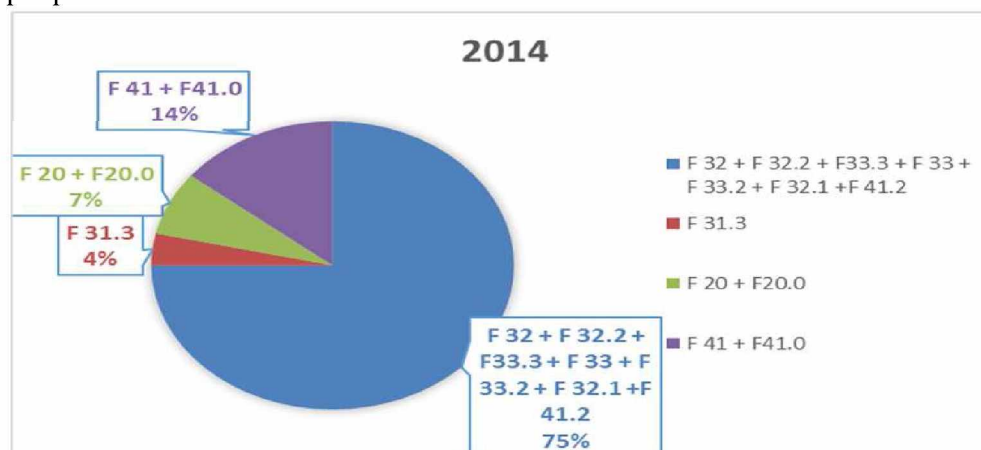


F32: episódios depressivos; F32.2: episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos; F33: transtorno depressivo recorrente; F41: outros transtornos ansiosos; F43: reação ao estresse grave e transtorno de adaptação; F43.0: reação aguda ao estresse; F43.2: transtorno de adaptação; F10: transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool; F45.4: transtornos dolorosos somatoformes persistente.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2014 continua a prevalência, agora de 46% dos docentes de licença médica com processos depressivos e 27% de quadros ansiosos. Observamos que nesse ano aparecem, em comparação com a totalidade dos afastamentos que são, 9% de transtornos mentais por uso de álcool. *Haveria aí uma defesa patogênica?* Ainda cabe dizer citar 9% de transtornos dolorosos somatoformes.

GRÁFICO 14. Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2014



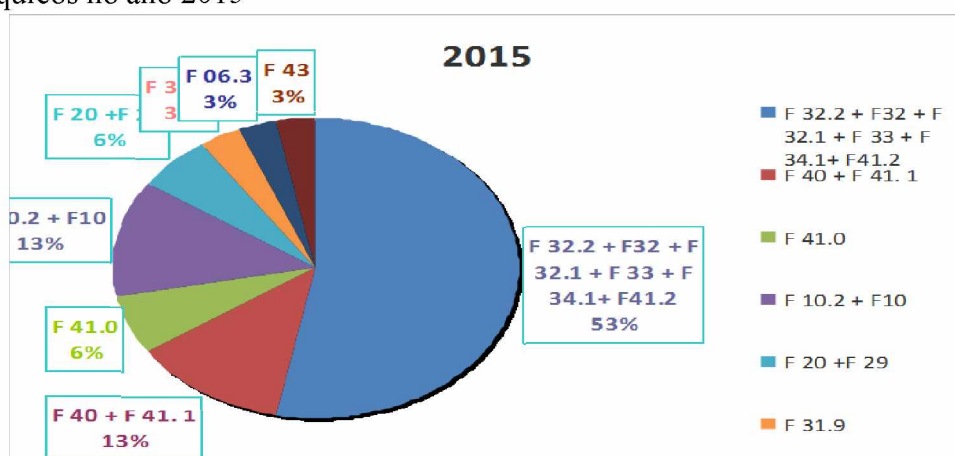
F20: esquizofrenia; F20.0: esquizofrenia paranoide; F32: episódios depressivos; F32.1: episódio depressivo moderado; F32.2: Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos; F33: transtorno

depressivo recorrente; F33.2: transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos; F33.3: transtorno depressivo recorrente episódio atual grave com sintomas psicóticos; F31.3: transtorno afetivo bipolar episódio atual leve ou moderado; F41: outros transtornos ansiosos; F41.0: Transtorno de pânico (ansiedade paroxística episódica); F41.2: transtorno misto ansioso e depressivo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Como se pode ver, em 2014 o cenário foi preocupante, pelo número de casos relacionados com depressão: passam para 75% dos professores em licença médica, enquanto os quadros de ansiedade somam 14%, mantendo a frequência dos quadros depressivos.

GRÁFICO 14. Licença-saúde do docente da UFU por problemas psíquicos no ano 2015



F20: esquizofrenia; F29: psicose não orgânica não especificada; F32: episódios depressivos; F32.1: episódio depressivo moderado; F32.2: episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos; F33: transtorno depressivo recorrente; F31.9: transtorno afetivo bipolar não especificado; F34.1: disritmia; F40: transtornos fóbicos ansiosos; F41: outros transtornos ansiosos; F41.1: ansiedade generalizada; F41.2: transtorno misto ansioso e depressivo; F10: transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool; F10.2: transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool — síndrome de dependência.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Em 2015, os quadros ansiosos regrediram. Também houve redução do número de docentes com quadros depressivos, mas ainda com 53% dos professores em licença médica. Quadros de depressão e ansiedade são indicadores importantes de que as condições e a organização do trabalho podem estar contribuindo para desencadear esse processo de adoecimento. Os quadros ansiosos são importantes e muitas vezes limitantes ou graves quando se associam a quadros depressivos. Os transtornos de ansiedade incluem: transtorno de pânico, transtorno obsessivo compulsivo, ansiedade generalizada, transtorno de estresse agudo e pós-traumático e fobia social. Têm características distintas e específicas, mas compartilham sintomas.

Esses dados permitem entender que, no caso de professores da UFU, o quadro de sofrimento parece se transformar em sofrimento patogênico. Seu adoecimento agrava muito, a ponto de levar ao afastamento. Embora a UFU tenha estrutura para promover a saúde não só do docente, mas de todos os seus servidores, ainda assim procurar essa ajuda parece não ser opção para os professores. Essa é uma constatação que pode contribuir para pensar em ações para a promoção da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi examinar como o referencial da psicanálise de Dejours poderia colaborar para a compreensão do processo saúde–doença do professor de universidade pública. Em consequência disso, os objetivos específicos foram: 1) investigar as condições de trabalho e aspectos do processo de trabalho que podem gerar sofrimento no professor e, a partir disso, 1.1) procurar delinear algumas características do sofrimento docente na UFU, de modo a 1.2) poder subsidiar o setor de ações de promoção à saúde da UFU com conhecimentos sistemáticos que possam ser úteis para planejar ações voltadas à saúde do trabalhador docente da UFU. Para tanto, procurou-se estabelecer um diálogo nas fronteiras da psicodinâmica do trabalho e da saúde do trabalhador com comentadores do tema do sofrimento e do adoecimento do professor universitário.

Foi possível demonstrar que a saúde do trabalhador reúne práticas e estudos no contexto da saúde coletiva e busca compreender determinantes sociais do processo saúde–doença na sua relação com o trabalho; em especial, aqueles que atingem a saúde mental do professor. Foi o que nos ajudou na investigação, em que foi possível vislumbrar a precarização de seu trabalho. Foram identificadas evidências de precarização, tais como a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, a intensificação do ritmo laboral com as mudanças ocorridas nas rotinas de trabalho, a cobrança por produtividade, a perda da autonomia no trabalho, a pressão por aumentar a quantidade de atividades dentro das 40 horas semanais, a produção intelectual tratada como produto, critérios de avaliação institucional do trabalho docente orientados por pressupostos quantitativos, além de a obtenção de recursos para pesquisas ficar a cargo do professor. Esse quadro leva a uma precarização da saúde mental (SELIGMANN-SILVA, 2001).

Quanto ao recorte sobre a Psicodinâmica do Trabalho reportado aos achados do campo da Saúde do Trabalhador, foi possível compreender os processos e o caminho do sofrimento patogênico e do adoecimento psíquico. As alterações e seus efeitos ligados às condições e características da nova conformação da organização do trabalho afetam a saúde psíquica dos professores. Pudemos identificar que o sofrimento, quando não pode ser ressignificado e quando não é favorecida sua transformação em criatividade, pode levar os trabalhadores ao sofrimento patogênico e às descompensações biopsicossociais que compreendemos ser um problema grave no mundo do trabalho e para o docente.

Porém, vimos que a Psicodinâmica do Trabalho propõe ações e análises interpretativas mais precisas das condições de trabalho com vistas a modificar a organização deste. Foi

possível constatar que as políticas para educação superior estão sendo conduzidas pelos determinantes da economia de mercado. Ao que parece, na maioria dos países as universidades estão deixando sua função social para ser uma organização social neoprofissional, com condutas ditadas externamente por um sistema empresarial guiado pela competição. Nessa perspectiva, o professor passou a agregar mais atividades a seu trabalho sem que tenha tido mais tempo para sua execução.

A lógica da produtividade nessa nova configuração se impõe na educação e se insere nas universidades públicas. As características do trabalho docente, o ambiente de trabalho e os fatores psicossociais analisados parecem ser causas maiores e relacionadas com sobrecarga de trabalho, clima organizacional, gênero, sedentarismo, alta exigência física e/ou psíquica e exposição a riscos. É uma manifestação da natureza humana em um contexto social, político e econômico do qual recebe influências e com o qual interage. Assim, o profissional universitário é obrigado a lecionar de 120 e 180 horas por semestre, as quais se acrescem horas de atendimento a alunos, orientação discente, correções e devolução de trabalhos e provas; trabalhos administrativos, pesquisa e produção intelectual. A jornada de trabalho invade a vida privada.

Resultados e discussões foram apresentados segundo cinco categorias temáticas trabalhadas na análise de conteúdo (BARDIN, 2011): 1) condições e organização de trabalho; 2) causas de sofrimento e desprazer; 3) defesas detectadas; 4) sintomas e adoecimentos; 5) causas de prazer e realização. Foi possível verificar que todos os autores apontam condições de trabalho e organização do trabalho como causas de adoecimento do professor universitário; ou seja, corroboram Dejours (1987): em certas condições, a organização do trabalho pode fazer emergir o sofrimento patológico, que impacta no aparelho psíquico. Soma-se a isso a ideia do campo da Saúde do Trabalhador de que, pela organização do processo de trabalho, podemos detectar riscos e agravos à saúde do trabalhador. Portanto, a análise do processo produtivo demonstrou que o trabalhador docente de universidade pública está submetido a riscos físicos e biomecânicos, de acidente e, em especial, para saúde psíquica.

O estudo apresenta grandes indicativos para comprovar a *hipótese de que os docentes da UFU caminham na direção do sofrimento patológico, compreendido por Dejours como adoecimento psíquico*.

Com relação às *causas de sofrimento e desprazer*, os dados da pesquisa podem ser estendidos ao caso dos professores da UFU: conflitos gerados por relações de trabalho problemático em razão de hierarquia e competição entre pares; impotência ante a organização do processo de trabalho, a burocracia e a morosidade dos processos e a diversidade de

funções. Além disso, há cobrança por produção constante de publicação em periódicos acadêmicos; falta reconhecimento do trabalho; a remuneração é baixa; a carga laboral fica sobrecarregada; o desgaste — em especial o mental — impõe-se; e novas atribuições se acrescentam ao trabalho docente na atualidade, dentre outros pontos.

Nas *defesas detectadas*, as estratégias defensivas tentam minimizar e justificar sintomas aparentes de adoecimentos perante adversidades institucionais que tendem a ser patogênicas. Foi possível, segundo alguns autores, verificar situações pontuais às quais as relações afetivas e a criatividade no trabalho ainda subsistem como contraponto ao estranhamento e à dimensão patogênica do trabalho: a submissão excessiva, resistência a mudanças, pouco envolvimento com o trabalho, não percepção e não consciência de problemas vivenciados no dia a dia, negação, racionalização e psicossomatização.

Nas *causas de prazer e realização* no trabalho docente, os autores encontraram o prazer em contraponto ao sofrimento dos professores e ponderaram que a criatividade pode levar o trabalhador a transformar seu sofrimento em algo que lhe dá prazer, criando meios para lidar com ele.

Com relação a *sintomas e adoecimentos*, encontramos dados e circunstâncias de trabalho que fazem da docência uma profissão das mais estressantes do mundo do trabalho e que, como tal, tende a desencadear patologias. A depressão aparece nos estudos de todos os autores, assim como aparecem a perda do sentido no trabalho, as vivências de fracasso, a desvalorização profissional e a falta de reconhecimento.

As depressões associadas ao trabalho se manifestam de maneira sutil: como desânimo de tudo, da vida e do futuro. Às vezes aparece em forma de amargura, conformismo. A relação entre depressão e trabalho precarizado, em que algumas das situações de trabalho, têm sido associadas à constituição de quadros depressivos: humilhação, assédio moral, vínculos de trabalho precários, desemprego e perda do significado do trabalho. A doença pode se ocultar em somatizações: mal-estares, alcoolismo e acidentes no trabalho (SELIGMANN SILVA, 2011).

Quando estão presentes na dinâmica de trabalho com aspectos da organização do trabalho que não podem transformados, pela sublimação, em fonte de prazer e/ou de sentido, as condições que geram sofrimento patogênico podem vir a desencadear um processo de adoecimento, com sintomas físicos e psicossociais. Na Universidade Federal de Uberlândia foi possível constatar que os afastamentos do trabalho por licença-saúde do professor com diagnósticos por CID. F apresentaram, no ano de 2010 a 2015, a prevalência dos processos

depressivos e com alto índice de quadros ansiosos. Tais resultados indicam aspectos do trabalho docente que são patogênicos e, portanto, têm gerado adoecimentos.

A psicanálise de Dejours — a Psicodinâmica do Trabalho — se projeta como fundamento singular para investigar o processo saúde–doença e compreender tanto o sofrimento patogênico quanto o adoecimento do professor de universidade pública. A compreensão construída com base nessa teoria aponta, como sugestão para projetos de cuidado e promoção da saúde do docente da UFU, a criação de um espaço de fala e escuta — tal qual preconiza a clínica do trabalho em Dejours. Em tal espaço se poderia criar condições para estimular uma (auto) reflexão que levasse os docentes a perceber o que vivenciam no trabalho, buscar reconhecimento e trocar experiências e acolhimento entre pares. Estudos como este podem viabilizar a discussão em prol de estratégias e ações de cuidados com a saúde voltados aos professores da UFU. Conhecimentos sistemáticos derivados das pesquisas podem ser subsídios úteis a novos projetos, assim como para aprofundar o conhecimento sobre o adoecimento psíquico de docentes.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335–51, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural o trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO. São Paulo, 28–9 de novembro de 2008.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ARAÚJO, T. M.; GRAÇA, C.; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do modelo demanda-controle. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 8, n. 4, 203, p. 991–1.003, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n4/a21v8n4.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- ARAÚJO, T. M.; SENA, I. P.; VINA, M. A.; ARAÚJO, E. M. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 29, n. 1, p. 6–1, 2005.
- ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427–449, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/07.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- ARENDT, A. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos Professores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349–72, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.
- BAIÃO, L. P. M., CUNHA, R. G. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. *Formação @ Docente*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jan.–jun. 2013.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIRMAN, J. Os sentidos da saúde. *Phisys: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 7–12, 1999.
- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de ensino superior. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v. 15, n. 1, jun. 2012.
- BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503–523, set.–dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI. *O que é o REUNI*, quinta-feira, 25 de março de 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

BRASIL. *Lei 7.596*, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7596.htm>.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *A política de atenção à saúde, previdência e benefícios do servidor público — PASS*. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/1010/723>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

BUENO, M.; MACÊDO, K. A clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. *Ecos — estudos contemporâneos da subjetividade*, v. 2, n. 2, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto 6.096*, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CAMPOS, F. J. S. *Trabalho docente e saúde: tensões da educação superior*. 2011. Dissertação (mestrado em Educação) — Universidade Federal do Pará, Belém.

CAMPOS, M. B. L.; LOPES, R. H. B.; FREITAS, C. M. S. O professor universitário: um estudo sobre atividade acadêmica e tempo livre. *Rev. Universidade e Sociedade*, v. 14, n. 34, p. 67-74, 2004.

CÂNDIDO M. R.; OLIVEIRA, E. A. R.; MONTEIRO, C. F. S., COSTA, J. R., BENÍCIO, G. S. R., COSTA, F. L. Conceitos e preconceitos sobre transtornos mentais: um debate necessário. *Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* (ed. port.), Ribeirão Preto, v. 8, n. 3 dez. 2012.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

CARLOTO, M. S., CÂMARA, S. G. Preditores da síndrome de Burnout em professores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 11, n. 1, p. 101–10, jan–jun. 2007.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5–15, set–out.–nov.–dez. 2003.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: ed. UNESP, 2001.

CODO, W. *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CODO, W. O sujeito trabalhador apesar de seu trabalho? Um exame dos escritos de Cristophe Dejours. *Saúde Mental e Trabalho*, ano 1, n.1, p. 43–55, ago. 2000.

COSTA, J. F. Psicoterapia e doença dos nervos. In: PSICANÁLISE e contexto cultural. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 17–39.

DEJOURS, C.; BURLOT, A. Contribution de la psychopathologie du travail à l'étude de l'alcoolisme. In: DEJOURS, C.; VEIL, C.; WISNER, A. (Dir.) *Psychopathologie du travail (Publié avec le concours du CNRS.)* Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1985, p. 105–11.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7–11, 1986.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: _____. *O indivíduo na organização*: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELY, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho —1985. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELY, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994, p. 120–45.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELY, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho*: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho*: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. Problematizando o conceito de saúde. *Rev. gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 26–40, jan. 1999.

DEJOURS, C. Subjetividade trabalho e ação. *Produção*, v. 14, n. 3, p. 27–34, set. –dez. 2004.

DEJOURS, C. Prefácio. In: MENDES, Ana Magnólia. *Psicodinâmica do trabalho*: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

DEJOURS, C. *Addendum*: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). *Christophe Dejours*: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2008.

DEJOURS, C. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). *Da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*. 3. ed. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 234–52. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931>>.

- ELIAS, M. A. *Equilibristas na corda bamba: o trabalho e a saúde de docentes do ensino superior privado em Uberlândia/MG*. 2014. Tese (doutorado em Psicologia) — Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- FACHINI, L. A. Por que a doença? A inferência causal e os marcos teóricos de análise. In: ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M.; BUSCHINELLI, J. T. P. (Org.). *Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*. Petrópolis: Vozes; 1994, p. 33–55.
- FERREIRA, A. B. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio do Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, A. V. et al. *Precarização do trabalho e saúde docente nas universidades públicas brasileiras*. Fortaleza: ed. UECE, 2015.
- FIGUEIRAS, J. C.; HIPPER, M. I. A polêmica em torno do conceito de estresse. *Psicologia, Ciência e Profissão*, ano 19, n. 3, p. 40–51, 1999.
- FLEURY, A. R. D.; MACEDO, K. B. O sofrimento, as defesas e patologias de professores de uma IES pública. In: FREITAS, L. G. *Prazer e sofrimento no trabalho docente pesquisas brasileiras*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 149–69.
- FREITAS, Claudia Regina; CRUZ, Roberto Moraes, Saúde e trabalho docente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável, 28, Rio de Janeiro, RJ, 13–6 out. 2008. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_072_509_10776.pdf. Acesso em: nov. 2015.
- FREITAS, L. G. Docentes, seu trabalho e a dinâmica de prazer e sofrimento. In FREITAS, L. G. et al. *Prazer e sofrimento no trabalho docente pesquisas brasileiras*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 36–9.
- FREITAS, L. G. O processo de saúde e adoecimento dos professores que atuam em ambiente virtual. In: MENDES, R. (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 41–42.
- FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas, v. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1905/1980.
- FREUD, S. *As pulsões e suas vicissitudes* (edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas, v. 14). Rio do Janeiro: Imago, 1915/1980.
- FREUD, S. *Psicologia de grupo e análise do ego* (edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas, v. 14). Rio do Janeiro: Imago: 1921/1980.
- FREUD, S. *O ego e o id*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas, v. 11). Rio de Janeiro: Imago, 1923/1980.

FREUD, S. *Inibições, sintomas e angústia* (edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas, v. 20). Rio do Janeiro: Imago, 1926/1980.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização* (edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas, v. 21). Rio do Janeiro: Imago, 1930/1980.

FREUD, S. *Um estudo autobiográfico*; inibições sintomas de ansiedade; a questão da análise leiga (edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas, v. 20). Rio do Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, S. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos* (edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas, v. 22) Rio de Janeiro: Imago, 1933/1980.

FRIAS JÚNIOR, Carlos Alberto da Silva. *A saúde do trabalhador no Maranhão: uma visão atual e proposta de atuação*. 1999. 135 f. Dissertação (mestrado em Saúde Pública) — Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Instituto Oswaldo Cruz.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder generalista e fragmentação social*. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

GLINA, D.; ROCHA, L. Prevenção para a saúde mental no trabalho. In: GLINA, D.; ROCHA, L. (Org.) *Saúde mental no trabalho: desafios e soluções*. São Paulo: VK, 2000, p. 53–82.

GONÇALVES, Reinaldo (Org.). *A nova economia internacional — uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GRANEMANN, S. “Previdência privada” é precarização do trabalho?. In: FERREIRA, A. V. et al. *Precarização do trabalho e saúde docente nas universidades públicas brasileiras*, Fortaleza: ed. UECE, 2015.

HASHIZUME, C. M. *Saúde e afeto na docência: estudo com professores de uma universidade pública*. 2010. Tese (doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) — Universidade de São Paulo.

KUENZER, Acácia Z.; CALDAS, Andrea: Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M., FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Org.). *A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividades*. Campinas: Papirus, 2009.

LACAZ, F. A. C. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13 (supl. 2) p.7–19, 1997.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de trabalho. In: _____ (Org.). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- LAURELL, A. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, México, 2, 1982, p. 7–25.
- LE GUILLANT et al. A neurose das telefonistas. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 12, n. 47, p. 7–11, jul.–ag.–set. 1984.
- LEITE, J. L. Produtivismo acadêmico e adoecimento docente duas faces da mesma moeda. In: FERREIRA, A. V. et al. *Precarização do trabalho e saúde docente nas universidades públicas brasileiras*. Fortaleza: ed. UECE, 2015.
- LEMOES, D. V. S. Precarização do trabalho nas federais e os impactos na saúde: o professor no seu limite rev. *Entreideias*, salvador, v. 3, n. 1, p. 95–109, jan.–jun. 2014.
- LEMOES, D. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. *Cad. CRH*, v. 24, n. esp. 1, p. 105–20, 2011.
- LIMA, M. F. E. M.; LIMA-FILHO, D. O. Condições de trabalho e saúde do (a) professor(a) universitário. *Cienc. Cog.*, v. 14, n. 3, Rio de Janeiro, 2009.
- LIMA, M. E. Esboço de uma crítica à especulação no campo da saúde mental e trabalho. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (Org.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 50–81.
- LOPES, M. C. R. *Produção e/ou produtividade: discutindo o trabalho na universidade*. 2006. Tese (doutorado em Psicologia Social) — programa de pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MANCIBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade e sobreimplicação. *Reflexão & Crítica*, v. 20, n. 1, 2007.
- MARIS, R. S.; NUNES C. G. F. O contexto do trabalho dos professores (as) na educação superior: as mudanças no mundo do trabalho e o trabalho no mundo do trabalho. In FREITAS, L. G. *Prazer e sofrimento no trabalho docente pesquisas brasileiras*. Curitiba: Juruá, 2013.
- MARTINS, S. P. *Direito do trabalho*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, K. *O capital: processo de trabalho e processo de valorização*. 2013. <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap05/01.htm>>. Acesso em 28 out. 2016.

MEC, Democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192 acesso em 07/03/2017

MELLO, M. *Sobrevivendo na ciência*. Um pequeno manual para a jornada do cientista publicado em 2/12/ 2015. Disponível em: <<https://marcoarmello.wordpress.com>>.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho a saúde do trabalhador. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n. 5, 341–9, 1991.

MENEZES, L. S., Pânico e desamparo na atualidade, *Ágora*, v. VIII n. 2 jul. / dez, 193-206 Rio de Janeiro, 2005.

MENEZES, L.S., Desamparo, Casa do psicólogo, São Paulo, 2008

MENEZES, L. S. *O olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho*: desamparo pulsão de domínio e servidão. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

MERLO, A. R. C., MENDES, A. M. B. Perspectivas do uso da Psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 12, n. 2, p. 141–56, 2009.

MINAYO- GOMES C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13 (supl. 2), p. 21–32, 1997.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINERBO, M. *Neurose e não neurose*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Doenças relacionadas ao trabalho*; manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: MS, 2001.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1.127–44, set.–dez. 2004.

PINA, J. A. et al. Work intensification and workers' health: a theoretical approach. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 39, n. 130, p. 150–60, 2014.

SAMPAIO, J. J.; MESSIAS, E. L. A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (Org.). *Saúde mental & trabalho*: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 143-172.

SANTOS, D. A. S.; AZEVEDO, C. A.; ARAÚJO, T., M.; SOARES, P. Reflexões sobre a saúde docente no contexto de mercantilização do ensino superior. *Docência Ens. Sup.*, v. 6, n. 1, p. 159–86, abr. 2016.

SANTOS, F. W. C.; BARROS, L. M. *O adoecimento psíquico do docente: um diálogo entre educação e psicologia*– GT 10 Práticas Investigativas na educação superior, V. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/1328>>.

SAWAIA, B. B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Org.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SELIGMAN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SELIGMAN-SILVA, E. Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo. In: FERREIRA, A. V. et al. *Precarização do trabalho e saúde docente nas universidades públicas brasileiras*. Fortaleza: ed. UECE, 2015.

SGUISSARDI, J. R. S. J.; SILVA JÚNIOR, J. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, E. P. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 61–71, jan–abr. 2015.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR/ANDES. *Revista Andes*. Precarização das condições de trabalho 1. Dossiê Nacional, especial, n. 3, abr. 2013. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1904651914.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

TIMM, E. Z.; MOURINO, J. J.; STOBASUSN, M. C. D. O mal-estar na docência em tempos líquidos de modernidade. *Mal-estar Suj.*, Fortaleza, v. 10, n. 3, set. 2010.

TRABALHO. In: FERREIRA, A. B. H. *Dicionário da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://dicionariodoaurelio.com/trabalho>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO. Serviço de Jurisprudência e Divulgação. *Portaria 1.261*, de 6 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/Min_Div/MPOG_Port1261_10.html>. Acesso em: 11 jun. 2016.

UCHIDA, S.; LANCMAN, S.; SZNELMAR, L. I. Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho para o desenvolvimento de ações transformadoras no processo laboral em saúde mental. In: GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. (Org.). *Saúde mental no trabalho: da teoria à prática*. São Paulo: Rocca, 2010, p. 191–209.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/UFU. *Regime Jurídico* — regime de trabalho/atribuições do cargo da lei 8.112 de 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/UFU. Conselho diretor. *Resolução 4/2014*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/UFU. *Edital 085/2016*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Portal de editais. Disponível em: <<http://www.editalis.ufu.br/concursos>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Relatório de afastamento por cargo UFU SIAPENet*. 2010, 2011, 2012, 2013, 2015. Uberlândia, 2016.

VILELA, E. F.; GARCIA, F. C.; VIEIRA, A. Vivências de prazer — sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. *Rev. Eletrôn. Adm.*, v. 19, n. 2, Porto Alegre, maio–ago. 2013. Disponível em: <<https://www2.siapenet.gov.br/saude/portal/public/listaDocumentosPorTipo.xht>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

VILELA, Elena Fátima; GARCIA, Fernando Coutinho; VIEIRA, Adriane. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. *REAd*, Porto Alegre: Edição 75, n. 2, maio–ago. 2013, p. 517–40.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Dialógo Edu.*, Curitiba, n. 14, p. 165–89, jan.–abr. 2014.

ZIMERMAN, D. E. Vocabulário contemporâneo de psicanálise. Porto Alegre: Artmed, 2001.